



REPÚBLICA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXII — N.º 66

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 2 DE JUNHO DE 1967

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

CONVOCAÇÃO DE SESSÕES CONJUNTAS PARA APRECIAÇÃO DE VETOS PRESIDENCIAIS

O Presidente do Senado Federal, de acordo com o disposto no art. 62, § 3º, da Constituição Federal e no art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas, realizarem-se nos dias 15 e 21 de junho do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos vetos presidenciais abaixo mencionados:

Dia 15:

— Veto (total) ao Projeto de Lei nº 3.903-A-66 na Câmara e nº 266-66 no Senado, que dispõe sobre o Estatuto da Pesca;

— Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 4.036-A-66 na Câmara e número 10-67 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de NCr\$ 3.500.000, para atender a despesas resultantes da expansão das atividades de ensino, pesquisa e difusão cultural, da Fundação Universidade de Brasília.

— Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 4.058-A-66 na Câmara e número 11-67 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Justiça o crédito especial de NCr\$ 3.291.576,33 para atender a despesas decorrentes do pagamento da gratificação de função policial instituída pela Lei nº 4.278, de 3 de dezembro de 1965.

Dia 21:

— Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.804-A-66 na Câmara e número 25-67 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de NCr\$ 60.924,21, destinado a atender a despesas com a participação do Brasil na IV Feira Internacional de Nova York, realizada em 1966;

— Veto (total) ao Projeto de Lei nº 1.773-B-52 na Câmara e nº 121-63 no Senado, que dispõe sobre a fixação dos limites da área do Polígono das Secas nos Estados da Bahia, Pernambuco e Minas Gerais;

— Veto (total) ao Projeto de Lei nº 3.597-B-66 na Câmara e nº 31-67 no Senado, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal.

Senado Federal, em 31 de maio de 1967. — Auro Moura Andrade.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 45, nº II, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, promulgo a seguinte:

RESOLUÇÃO Nº 47, DE 1967

Autoriza a Prefeitura da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a realizar operação de financiamento para contrato de elaboração do Estudo Econômico-Financeiro e Pré-Projeto de Engenharia do Metrô daquela Capital.

Art. 1º É a Prefeitura da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, autorizada, a realizar operação de financiamento para o contrato de elaboração do Estudo Econômico-Financeiro e Pré-Projeto de Engenharia do Metrô daquela Capital, assinado com o consórcio Hochtief Aktiengesellschaft für Hoch- und Tiefbauten, vorm., Gebr. Heilmann, estabelecida na cidade de Essen, República Federal da Alemanha; Montreal Empreendimentos S.A., com sede no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, Brasil; e Deutsche

Lisenzian Consulting GmbH, com sede em Frankfurt (Main), República Federal da Alemanha.

Art. 2º O valor global da operação, obedecido o disposto nas leis municipais ns. 6.968 e 7.009, de 1966, não exceda a DM 12.280.000 (doze milhões duzentos e oitenta mil marcos alemães) a taxa de juros de 1,5% (sete inteiros e seis décimos por cento), ao ano, sendo as seguintes as condições de pagamento: 10% (dez por cento) na data de início da vigência do contrato e 90% (noventa por cento) em Notas Promissórias de igual valor, vencendo a primeira 24 (vinte e quatro) meses da data do início da vigência do contrato e a última a 84 (oitenta e quatro) meses da mesma data.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1 de junho de 1967.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

ATA DA 74ª SESSÃO, EM 1.º DE JUNHO DE 1967

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 6ª Legislatura

PRESENCIA DOS SRS. GILBERTO MARINHO, VICTORINO FREIRE, RAUL GIBERTI E GUIDO MONDIN.

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Cívio Maia
Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Cattete Pinheiro
Lobão da Silveira
Victorino Freire

Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Duarle Filho
Mancel Villaca
Argemiro de Figueiredo
Domício Gondim
João Cleofas
José Ermírio
Teotônio Vilela
Rui Palmeira
Leandro Maciel
Júlio Leite
Aloysio de Carvalho
Carlos Lindenberg
Eurico Rezende
Raul Giuberti
Paulo Torres
Vasconcelos Fôrres
Mário Martins
Aurélio Vianna
Gilberto Marinho

Carvalho Pinto
Lino de Mattos
Bezerra Neto
Ney Braga
Adolpho Franco
Celso Ramos
Antônio Carlos
Atílio Fontana
Guido Mondin
Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 26 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE OFÍCIOS DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

I — *Agradecimento de comunicações referentes a Decretos Legislativos* — (Ofício de 30 de maio de 1967):

Nº DAI-DOA-14-650.4 (04) — com referência ao Decreto Legislativo número 5-67, que aprova o Instrumento de Emenda da Constituição da Organização Internacional do Trabalho (nº 3), 1964, adotado pela Conferência Internacional do Trabalho em sua 48ª sessão;

Nº DAI-DOA-15-923 (04) — com referência ao Decreto Legislativo número 6-67, que aprova a Convenção de Vieira sobre Relações Consulares,

ndotada a 24 de abril de 1963, pela Conferência das Nações Unidas.

II — Pedido de prorrogação de prazo para prestação de informações:

Nº DORG-DA-DP-13-303.3, de 29 de maio de 1967 — com referência ao Requerimento nº 217-67, do Sr. Senador José Ermírio.

RESPOSTA A PEDIDO DE INFORMAÇÕES

I — Do Ministério da Aeronáutica:

Aviso nº 20-GM-2-114 R — de 30 de maio de 1967 — com referência ao Requerimento nº 116-67, do Sr. Senador José Ermírio;

II — Do Ministério das Comunicações:

Aviso nº 52-67, de 30 de maio de 1967 — com referência ao Requerimento nº 235-67, do Sr. Senador Athur Virgílio;

III — Do Ministério da Marinha:

Aviso nº 1.182, de 29 de maio de 1967, com referência ao Requerimento nº 271-67, do Sr. Senador Vasconcelos Tôres;

IV — Do Ministério dos Transportes (Avisos de 26 de maio de 1937):

Nº B-71 — com referência ao Requerimento nº 64-67, do Sr. Senador Vasconcelos Tôres;

Nº B-74 — com referência ao Requerimento nº 174-67, do Sr. Senador Vasconcelos Tôres;

Nº B-77 — com referência ao Requerimento nº 250-67, do Sr. Senador Vasconcelos Tôres;

Nº B-78 — com referência ao Requerimento nº 87-67, do Sr. Senador Vasconcelos Tôres;

Nº B-81 — com referência ao Requerimento nº 147-67, do Sr. Senador Vasconcelos Tôres.

Ofício:

Do Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando à revisão do Senado autógrafos dos seguintes Projetos:

Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 1937

(N.º 306-A-1937 — NA CÂMARA)

Aprova a Convenção sobre a Nacionalidade da Mulher Casada, adotada pela Resolução 1.040 (XI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 20 de fevereiro de 1937.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada, com reserva quanto ao artigo X, a Convenção sobre a Nacionalidade da Mulher Casada, adotada pela Resolução 1.040 (XI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 20 de fevereiro de 1937.

Art. 2º O presente Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

MESSAGENS Nº 149, DE 1938, DO PODER EXECUTIVO

Senhores Membros do Congresso Nacional.

De conformidade com o disposto no art. 63, inciso I, da Constituição Federal tenho a honra de submeter à alta apreciação de Vossas Excelências acompanhada de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores o texto da Convenção sobre a Nacionalidade da Mulher Casada, adotada pela Resolução 1.040 (XI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, a 20 de fevereiro de 1937.

Brasília, em 23 de novembro de 1937. — Humberto de Alencar Castello Branco.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE MARINHA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE CRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO

J. B. DI ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento do Imprensa Nacional — BRASÍLIA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Em 6 de outubro de 1966.

A Sua Excelência o Senhor Marechal Humberto de Alencar Castello Branco.

Presidente da República.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de submeter a Vossa Excelência a Convenção sobre a Nacionalidade da Mulher Casada, adotada pela Resolução 1.040 (XI) da Assembleia Geral das Nações Unidas a 10 de fevereiro de 1937.

2. A Convenção em apreço estabelece que nem a celebração nem a dissolução do casamento, nem a mudança de nacionalidade do marido durante o casamento, poderão afetar *ipso facto* a nacionalidade da mulher.

3. Por outro lado, visando a uniformização da família numa só nacionalidade, o artigo 3 prescreve que a estrangeira casada com nacional dos Estados Contratantes gozará de um processo especial de naturalização, ressalvadas as exigências da segurança nacional e da ordem pública.

4. Cumpre-me assinalar, Senhor Presidente que a legislação brasileira tem acolhido tradicionalmente o princípio da livre escolha para a aquisição da nacionalidade, facilitando a concessão da naturalização quando o naturalizando tiver conjuge brasileiro.

5. Para melhor informação dos Senhores Membros do Congresso Nacional, permito-me lembrar a Vossa Excelência que a Convenção sobre a Nacionalidade da Mulher Casada, em vigor desde 11 de agosto de 1938, foi assinada pelo Brasil a 23 de julho do corrente ano, com reserva ao artigo X relativo à jurisdição compulsória da Corte Internacional de Justiça. O artigo citado torna compulsória a jurisdição da Corte, a pedido de qualquer das Partes envolvidas na disputa, razão pela qual foi julgada conveniente a referida declaração de reserva.

6. Creio pois, Senhor Presidente, que a Convenção em apreço merece a aprovação do Poder Legislativo e para esse fim, junto à presente são cópias autenticadas do seu texto, a fim de que, se Vossa Excelência assim houver por bem, se digne remetê-lo ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 66, inciso I da Constituição Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente os protestos do meu mais profundo respeito. — Juracy Magalhães.

CONVENÇÃO SOBRE A NACIONALIDADE DA MULHER CASADA, CONCLUÍDA EM NOVA YORK, A 20 DE FEVEREIRO DE 1937

Os Estados Contratantes,

Reconhecendo que os conflitos de leis e de práticas relativas à nacionalidade têm origem nas disposições relativas à perda ou à aquisição da na-

cionalidade por parte da mulher em virtude do casamento, da sua dissolução ou da mudança de nacionalidade do marido durante o casamento,

Reconhecendo que, no artigo 15 da Declaração universal dos direitos do homem, a Assembleia geral da Organização das Nações Unidas proclamou que "todo indivíduo tem direito a uma nacionalidade" e que "ninguém poderá ser arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade";

Desejando de cooperar com a Organização das Nações Unidas para promover o respeito universal e a observância dos direitos do homem e das liberdades fundamentais para todos sem distinção de sexo.

Concluem nas seguintes disposições:

Artigo I

Os Estados contratantes convêm em que nem a celebração nem a dissolução do casamento entre nacionais e estrangeiros, nem a mudança de nacionalidade do marido durante o casamento, poderão afetar *ipso facto* a nacionalidade da mulher.

Artigo II

Os Estados contratantes convêm em que nem a aquisição voluntária por um de seus nacionais da nacionalidade de um outro Estado nem a renúncia a sua nacionalidade por um de seus nacionais, impedirá a mulher do referido nacional de conservar sua nacionalidade.

Artigo III

1. Os Estados contratantes convêm em que uma estrangeira casada com um de seus nacionais poderá adquirir, a seu pedido, a nacionalidade de seu marido, mediante processo especial privilegiado de naturalização, a concessão da referida nacionalidade poderá ser submetida às restrições que entrarão em vigor da segurança nacional ou da ordem pública.

2. Os Estados contratantes convêm em que não se poderá interpretar a presente Convenção como afetando qualquer lei ou regulamento, nem alguma prática judiciária que permita a uma estrangeira casada com um de seus nacionais, de adquirir, de pleno direito, a seu pedido, a nacionalidade de seu marido.

Artigo IV

1. A presente Convenção estará aberta à assinatura e à ratificação de todos os Estados Membros da Organização das Nações Unidas, assim como qualquer outro Estado que seja ou que venha a ser membro de algum organismo especializado das Nações Unidas, ou parte no Estatuto da Corte Internacional de Justiça, ou a qualquer outro Estado ao qual a Assembleia Geral das Nações Unidas houver endereçado um convite.

2. A presente Convenção deverá ser ratificada, e os instrumentos de ratificação ficarão depositados junto ao Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas.

Artigo V

1. Qualquer dos Estados mencionados no parágrafo 1 do artigo 4 poderá aderir à presente Convenção.

2. Efetuar-se-á a adesão pelo depósito de um instrumento de adesão junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas.

Artigo VI

1. A presente Convenção entrará em vigor noventa dias após a data do depósito do sexto instrumento de ratificação ou de adesão.

2. Para cada um dos Estados que ratificaram a Convenção ou a ela aderiram após o depósito do sexto instrumento de ratificação ou de adesão a Convenção entrará em vigor noventa dias após a data em que este Estado houver depositado o respectivo instrumento de ratificação ou de adesão.

Artigo VII

1. Aplicar-se-á a presente Convenção a todos os territórios não autônomos sob tutela colonial e outros territórios não metropolitanos por cujas relações internacionais for responsável qualquer Estado contratante; o Estado contratante interessado deverá sob reserva das disposições do parágrafo 2 do presente artigo no momento da assinatura da ratificação ou da adesão declarar o território ou os territórios não metropolitanos aos quais a presente Convenção será aplicada *ipso facto* após essa assinatura, ratificação ou adesão.

2. Nos casos em que para efeito de nacionalidade um território não metropolitano não for considerado parte integrante do território metropolitano ou nos casos em que o consentimento prévio de um território não metropolitano for necessário em virtude das leis e práticas constitucionais do Estado contratante ou do território não metropolitano, para que a Convenção se aplique ao referido território aquele Estado empenhar-se-á na obtenção do necessário consentimento do território não metropolitano dentro do período de doze meses a partir da data da assinatura da Convenção por este Estado contratante; após a obtenção deste consentimento o Estado contratante deverá notificá-lo ao Secretário-Geral das Nações Unidas. A presente Convenção aplicar-se-á ao território ou territórios mencionados nesta notificação a partir da data do seu recebimento pelo Secretário-Geral.

3. Após a expiração do prazo de doze meses mencionados no parágrafo 2 do presente artigo, os Estados contratantes interessados comunicarão ao Secretário-Geral os resultados das consultas com os territórios não metropolitanos por cujas relações internacionais são responsáveis e cujo consentimento para a aplicação da presente Convenção não tenha sido dado.

Artigo VIII

1. No momento da assinatura, da ratificação ou da adesão, qualquer Estado poderá fazer reservas aos artigos da presente Convenção, com exceção dos artigos 1 e 2.

2. Qualquer reserva feita de conformidade com o parágrafo 1 do presente artigo não prejudicará o caráter obrigatório da Convenção entre o Estado que tiver feito a reserva e os demais Estados partes, com exceção da disposição ou das disposições que tenham sido objeto da reserva. O Secretário-Geral das Nações Unidas comunicará o texto dessa reserva a todos os Estados que sejam ou que venham a ser parte da presente Convenção. Qualquer Estado parte da presente Convenção ou que se torne parte da mesma poderá comunicar ao Secretário-Geral que não está disposto a considerar obrigado a Convenção com respeito ao Estado que tenha feito a reserva. Essa comunicação deverá ser

feita no caso de um Estado que já tenha parte, dentro de noventa dias a partir da data da comunicação pelo Secretário-Geral e no caso de um Estado que tenha se tornado parte posteriormente, dentro de noventa dias a partir da data em que o instrumento de ratificação ou de adesão for depositado. No caso em que se tenha feito tal comunicação a Convenção não deverá ser aplicada entre o Estado autor da comunicação e o Estado que fez a reserva.

3. Qualquer Estado que tenha feito reservas de acordo com o parágrafo 1º do presente Artigo poderá a qualquer tempo retirar a reserva no todo ou em parte, após sua aceitação, por uma comunicação a este respeito, endereçada ao Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas. Esta comunicação surtirá efeito na data de seu recebimento.

Artigo IX

1. Qualquer Estado contratante poderá denunciar a presente Convenção mediante comunicação escrita dirigida ao Secretário-Geral das Nações Unidas. A denúncia surtirá efeito um ano após a data em que o Secretário-Geral houver recebido a comunicação.

2. A presente Convenção deixará de vigorar a partir da data em que surtiu efeito a denúncia que reduza a menos de seis o número de Estados Partes.

Artigo X

Qualquer questão que surja entre dois ou mais Estados contratantes sobre a interpretação ou aplicação da presente Convenção que não tenha sido solucionada por meio de negociações poderá a pedido de qualquer das partes em conflito, ser submetida à Corte Internacional de Justiça a que as partes interessadas convenham dar manciara de solução-lá.

Artigo XI

O Secretário-Geral das Nações Unidas comunicará a todos os Estados Membros da Organização das Nações Unidas e aos Estados não membros a que se refere o parágrafo 1º do artigo 4 da presente Convenção.

a) As assinaturas e instrumentos de ratificação depositados de conformidade com o artigo 4;

b) Instrumentos de adesão depositados de conformidade com o artigo 5;

c) A data em que a presente Convenção entrar em vigor de conformidade com o artigo 6;

d) Comunicações e notificações recebidas de conformidade com o art. 8.

e) Notificações de denúncia recebidas de conformidade com o parágrafo 1º do art. 9.

f) A abrogação da Convenção, de conformidade com o parágrafo 2 do art. 9.

Artigo XII

1. A presente Convenção, cujos textos chinês, espanhol, francês, inglês e russo fazem igualmente fé, ficará depositada nos arquivos das Nações Unidas.

2. O Secretário-Geral das Nações Unidas enviará cópia certificada da Convenção a todos os Estados Membros das Nações Unidas e aos Estados não membros a que se refere o § 1º do art. 4:

Em fé do que os abaixo-assinados devidamente autorizados por seus respectivos governos, assinaram a presente Convenção que foi aberta a assinatura em Nova York, a 20 de fevereiro de 1957.

PARTE DO RELATOR
I — Relatório

O Poder Executivo encaminhou mensagem ao Congresso Nacional, acompanhada de exposição de motivos do Ministério das Relações Exteriores, propondo a aprovação da Convenção sobre a Nacionalidade da Mulher Casada, adotada pela Resolução

1.040 (XII) da Assembléia das Nações Unidas, a 20 de fevereiro de 1957.

A Convenção em apreço segue formalmente aquelas já adotadas anteriormente pelo Órgão Internacional de origem, reconhecendo "que os conflitos de leis, e de práticas relativas à nacionalidade têm origem nas disposições relativas à perda ou a aquisição de nacionalidade por parte da mulher em virtude do casamento, da sua dissolução ou da mudança de nacionalidade do marido durante o casamento reconhecendo que "todo indivíduo em direito a uma nacionalidade e que "ninguém poderá ser arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade." E, para solução dos conflitos e amparo aos direitos individuais, reconhece, basicamente que:

1 — nem a celebração nem dissolução do casamento entre nacionais e estrangeiros, nem a mudança de nacionalidade do marido durante o casamento, poderão afetar, *ipso facto* a nacionalidade da mulher;

2 — nem a aquisição voluntária do espôso de outra nacionalidade nem a renúncia deste de sua nacionalidade, impedirá a mulher do referido de conservar a sua nacionalidade;

3 — a mulher estrangeira ao casar-se com um nacional de outro Estado poderá adquirir a seu pedido, a nacionalidade do espôso, mediante processo especial privilegiado de naturalização, dependendo a sua concessão do interesse nacional ou de ordem pública;

4 — a Convenção não afetará qualquer lei ou regulamento ou prática judiciária que permita a uma estrangeira, casada com um nacional de outro Estado, adquirir, de pleno direito a seu pedido, a nacionalidade do marido.

II — Parecer

Não vemos pois, nenhuma objeção a ratificação da presente Convenção, certos de estarmos segundo as linhas mestras da Delegação Universal dos Direitos do Homem incrementando o "respeito universal" e a observância dos direitos do homem e das liberdades fundamentadas para todos sem distinção de sexo".

E bem verdade, como informa o Excmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores, em sua exposição de motivos, que a legislação brasileira tem acolhido tradicionalmente a livre escolha para a aquisição de nacionalidade, concedendo naturalização de estrangeiro cujo cônjuge é brasileiro.

Está a Convenção vigindo desde 11 de agosto de 1958, tendo sido assinada pelo Brasil em 28 de julho do corrente ano, com reserva quanto ao artigo X, relativo à jurisdição compulsória do Corte Internacional de Justiça.

Assim sendo, propomos a esta Comissão que aprove a Convenção, pelo que apresentamos, em anexo, projeto do competente decreto legislativo.

Brasília, de 1967 — *Luiz Francisco, Relator.*

PARERE DA COMISSÃO

A Comissão de Relações Exteriores, em reunião ordinária, plenária, realizada em 19 de janeiro de 1967, aprovou unanimemente, o parecer do Relator, favorável à referida Convenção na forma do Projeto do Decreto Legislativo (nº 300-17) anexo.

Estiveram presentes os Senhores Deputados Henrique Turner, Gilberto Campello de Azevedo, Paulo Pinto, Soldanha Dard, Carlos da Costa, Ivete Vargas, Lisboa Medeiros, Oracy de Oliveira, Lery Tavares Brillo Velho, Monteiro de Castro, Mário Tamborindery, Pedro Caldeira, Albino Machado, Joel Barbosa, Raul de Góes, Cunha Bueno e Luiz Francisco.

Brasília 19 de janeiro de 1967. — *Henrique Turner, Presidente — Luiz Francisco, Relator.*

As Comissões de Relações Exteriores e de Legislação Social.

Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 1967

(N.º 300-A-1967 — NA CÂMARA)

Aprova o texto do Acordo Cultural celebrado entre o Brasil e Portugal, assinado em Lisboa em 7 de setembro de 1966.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo Cultural celebrado entre o Brasil e Portugal, assinado em Lisboa, em 7 de setembro de 1966.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 771-63 DO PODER EXECUTIVO

Senhores Membros do Congresso Nacional:

De conformidade com o artigo 66 inciso I da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à apreciação de Vossas Excelências, acompanhada da Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo Cultural, assinado com Portugal, em Lisboa, a 7 de setembro de 1966. — *C. Branco.*

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

A Sua Excelência o Senhor Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, Presidente da República.

Senhor Presidente, Como é do conhecimento de Vossa Excelência, foi assinado no dia 7 de setembro do ano em curso, em Lisboa, um Acordo Cultural entre o Brasil e Portugal.

2. O objetivo do Acordo é o de reforçar e estreitar as relações entre os dois países, por meio de ampla cooperação nos domínios literários, artísticos, científicos, técnicos e universitários, e assim contribuir para a consecução do ideal de maior proximidade e compreensão entre os dois povos.

3. Com esse propósito, o Acordo lança as bases de um programa cultural, a longo prazo, que prevê, como pontos mais significativos, o intercâmbio de professores, cientistas, escritores e intelectuais em geral, por meio de visitas, seminários e conferências; a concessão a estudantes de bolsas-de-estudo de formação e pós-graduação; e a organização periódica de exposições culturais, técnicas e artísticas, de representações teatrais, concertos musicais e de festivais do cinema.

4. A uma Comissão Mista, criada pelo artigo XVI e que deverá reunir-se alternadamente em Brasília e em Lisboa, caberá não somente supervisionar a aplicação do Acordo como também propor a ambos os Governos quaisquer medidas destinadas ao ulterior desenvolvimento das relações culturais entre os dois países.

5. Credo, pois, Senhor Presidente, que o Acordo cultural em apreço merece a aprovação do Poder Legislativo, e para esse fim, junto a presente são colocados o texto do Acordo e um projeto de Mensagem presidencial, a fim de que Vossa Excelência, se assim houver por bem, se digna submetê-lo ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 66, inciso I da Constituição Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência, Sr. Presidente, os protestos do meu mais profundo respeito. — *M. Pio Corrêa.*

ACORDO CULTURAL ENTRE O BRASIL E PORTUGAL

O Governo do Estado Unidos do Brasil e o Governo Português

Tendo em vista que o Acordo de Cooperação Intelectual firmado entre

ambos os Governos, em Lisboa, a 6 de dezembro de 1966, já não correspondia ao crescente desenvolvimento das relações de ordem espiritual entre os dois países.

Conscientes de que a cultura é um dos fatores essenciais da vida humana e que a cooperação cultural é uma das formas mais eficazes de promover a paz e a compreensão entre os povos, decidiram celebrar o presente Acordo Cultural, e, para esse fim, nomearam seus representantes, a saber:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, o Senhor Eurico Magalhães, Ministro de Estado das Relações Exteriores;

O Presidente da República de Portugal, o Senhor Alberto Adriano Rodrigues, Ministro dos Negócios Estrangeiros,

Os quais, após haverem tratado os seus Plenos Poderes, acordaram na loia e devota forma, acordaram no seguinte:

Artigo I

Cada Parte Contratante compromete-se a apoiar a obra que no respectivo território, realize as atividades culturais, promovendo a investigação ou pesquisa e a difusão da cultura da outra Parte Contratante, promovendo, com este fim, o intercâmbio de pessoas, troca de informações e produção de material.

Artigo II

Cada Parte Contratante esforçar-se-á por promover no território da outra o conhecimento do seu patrimônio cultural, por meio de livros, periódicos e outras publicações, conferências, concertos, exposições, edições cinematográficas e teatrais e manifestações artísticas, científicas, técnicas e desportivas, programas radiofônicos e de televisão e demais meios apropriados.

2. A Parte Contratante promotora das atividades mencionadas no parágrafo primeiro caberá o encargo das despesas dela decorrentes, devendo a Parte em cujo território se realizarem as manifestações, assegurar toda a assistência e a concessão das facilidades ao seu alcance.

3. A todo o material que fizer parte das referidas manifestações será concedida, para efeito de desembaraço alfandegário, isenção de direitos e demais taxas penais.

Artigo III

Cada Parte Contratante promoverá, através de instituições públicas ou privadas, especialmente institutos científicos, sociedades de escritores e artistas, câmaras e institutos de livros, o envio regular de suas publicações com destino a bibliotecas a que se refere o artigo X, § 2º.

2. Cada Parte Contratante estimulará a edição, a co-edição e a reedição das obras literárias, científicas, técnicas e literárias de autores nacionais da outra Parte.

3. As Partes Contratantes estabelecerão entendimentos entre si, ou de classe representativa de indústria do livro, com vistas a realização de acordos sobre a tradução de obras estrangeiras para a língua portuguesa e sua difusão.

4. As Partes Contratantes promoverão, através de suas respectivas instituições, a distribuição e a difusão das reedições de obras literárias, científicas e técnicas de autores nacionais da outra Parte.

Artigo IV

Cada Parte Contratante, com o objetivo de desenvolver o intercâmbio entre os dois países no domínio da cinematografia, estimulará e favorecerá

o co-produção de filmes nos termos do presente Acórdão.

2. Consideram-se co-produção, para os efeitos acima a produção conjunta de filmes cinematográficos por organizações ou empresas dos dois países, com a colaboração de artistas e técnicos de ambos, e em que a participação financeira de cada Parte Contratante em cada empreendimento não seja inferior a 40%.

3. Quando forem apresentados projetos de excepcional interesse cultural, a critério da Comissão de que trata o artigo XVI, ou que exijam investimentos financeiros muito vultosos, a participação minoritária pode a ser eventualmente reduzida a trinta por cento, mediante prévia aprovação das autoridades competentes dos dois países.

4. Os filmes realizados em regime de co-produção cinematográfica na forma deste artigo serão considerados nacionais pelos autoridades competentes dos dois países e gozarão dos benefícios e vantagens que a legislação de cada Parte Contratante assegurar às respectivas produções.

5. Os projetos de co-produção cinematográfica deverão ser submetidos à aprovação das autoridades competentes de ambas as Partes Contratantes, pelo menos 90 dias antes da data prevista para o início da filmagem. As mesmas autoridades, uma vez aprovados os projetos, fiscalizarão o cumprimento das suas disposições, examinarão e resolverão as dificuldades que se apresentem na aplicação das disposições sobre co-produções cinematográficas, deste Acórdão, fixando as regras de procedimento a que atenderão os co-produtores luso-brasileiros.

Artigo V

Cada Parte Contratante protegerá em seu território os direitos de propriedade artística, intelectual e científica, originária da outra Parte, da harmonia com as convenções internacionais a que tenha aderido ou venha a aderir no futuro.

2. Igualmente estudará a melhor forma para conceder aos autores da outra Parte o mesmo tratamento que o outorgado aos autores nacionais para o recebimento de seus direitos.

Artigo VI

Cada Parte Contratante favorecerá e estimulará a cooperação entre as respectivas Universidades, instituições de ensino superior, museus, bibliotecas, instituições científicas e tecnológicas e demais entidades culturais.

Artigo VII

Com o fim de promover a realização de conferências, estágios, cursos, investigações ou pesquisas no território da outra Parte, cada Parte Contratante favorecerá e estimulará o intercâmbio de professores, artistas, cientistas, investigadores ou pesquisadores, técnicos e demais representantes de outras atividades culturais.

2. As Partes Contratantes procurarão também prestar toda a assistência necessária àqueles que, em virtude do parágrafo anterior, viagem em missão cultural da outra Parte.

3. As Partes Contratantes procurarão fomentar as viagens de estudo de universitários da outra Parte ao seu território, quando devidamente credenciados pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil e pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, assegurando-lhes todas as facilidades ao seu alcance.

Artigo VIII

Cada Parte Contratante promoverá a criação, nas respectivas Universidades, de cátedras dedicadas ao estudo da história, literatura e demais aspectos culturais da Parte consignatária.

2. As Partes Contratantes procurarão coordenar as atividades dos leitores do Brasil e de Portugal nos outros países.

Artigo IX

As Partes Contratantes, proclamando a identidade do seu idioma comum na tarefa de fomentar a difusão da língua portuguesa e da cultura luso-brasileira por meio da realização de centros culturais para divulgação internacional da língua e da cultura de ambos os países, e contribuirão as iniciativas tomadas no mesmo sentido.

Artigo X

Cada Parte Contratante favorecerá a criação e a manutenção de bibliotecas, arquivos, de centros e institutos para o estudo e a difusão da cultura da outra Parte.

2. Os centros e institutos acima referidos compreenderão bibliotecas, núcleos da bibliografia e da documentação, discotecas, cinematotecas, além de outros destinados à divulgação da cultura literária, artística e científica da Parte interessada a que estarão francamente à consulta pública.

Artigo XI

Cada Parte Contratante promoverá a inclusão nos seus programas nacionais nos vários graus e ramos de ensino da literatura, da história da Geografia e dos demais aspectos culturais da outra Parte.

2. Cada Parte Contratante empenhar-se-á no sentido de que seus livros didáticos não contenham informações errôneas sobre a vida e os valores culturais da outra Parte.

Artigo XII

Cada Parte Contratante concederá anualmente bolsas de estudo a nacionais da outra Parte possuidoras de diploma universitário, profissionais e artistas, a fim de aperfeiçoarem seus conhecimentos ou realizarem investigações ou pesquisas no campo de suas especialidades. As bolsas de estudo deverão ser usadas em território e instituições nacionais de cada Parte Contratante.

Artigo XIII

Cada Parte Contratante concederá equivalência de estudos aos nacionais de qualquer dos dois países que tenham tido aproveitamento escolar em estabelecimentos de ensino da outra Parte, para o efeito de serem transferidos para os seus próprios estabelecimentos de ensino do mesmo grau ou admitidos nos de grau subsequente.

2. A equivalência será estabelecida em face da documentação considerada idônea e devidamente legalizada e sem levar em conta diferenças regulamentares de duração dos ciclos de estudo, procedendo-se, entretanto, à necessária conciliação didática e curricular.

3. Reconhecida a equivalência de estudos de um dos graus, a admissão no grau subsequente far-se-á segundo as condições estabelecidas por aquela das duas legislações que no caso for mais favorável ao interessado.

4. Os alunos que se deslocarem de um país para o outro e queiram nele prosseguir seus estudos, serão autorizados, a título excepcional, a matricular-se fora do prazo, de modo a não sofrerem prejuízos pela falta de coincidência nas épocas escolares.

5. Cada Parte Contratante concederá, para efeito de ingresso em suas Universidades, ou Institutos isolados de ensino superior, dispensa de provas vestibulares ou de aptidão aos nacionais de ambas as Partes, por adores de certificado ou diploma de conclusão de curso de nível médio, expedido por estabelecimento de ensino de uma das Partes Contratantes tendo em conta a alta média do aproveitamento escolar na forma da legislação mais favorável vigente numa das Partes Contratantes. Os pedidos de matrícula nessas condições serão encaminhados por via diplomática e dependerão também de passa porte de viagem com vista regulamentar. Nos demais casos, a matrícula será con-

cedida depois das respectivas provas de admissão, efetuadas em estabelecimentos de ensino superior de uma das Partes e desde que os beneficiários reúnem as condições legais de ingresso.

6. No caso de ingresso sem exame de admissão, em conformidade com o disposto no parágrafo precedente o estudante só poderá obter transferência para o estabelecimento de ensino do país onde fez os estudos de nível médio ao fim de um número de dois anos, salvo, tratando-se de bolsas devidamente credenciadas ou, excepcionalmente, de estudante que, por suas condições peculiares venha a ser considerado pelo respectivo governo em situação semelhante.

7. Para que os princípios do presente artigo possam receber nos dois países idêntica aplicação, as soluções que cada um optar serão imediatamente levadas ao conhecimento da Comissão prevista no Artigo XVI a fim de que esta estude e promova a sua uniformização.

Artigo XIV

Cada Parte Contratante reconhecerá, para efeito de exercício de profissão em seu território os diplomas e títulos profissionais idôneos expedidos por institutos de ensino da outra Parte e desde que devidamente legalizados e emitidos em favor de nacionais de uma ou da outra Parte, favorecendo, em caso de inexistência ou diferença de curso, as necessárias adaptações para o mais próximo.

Artigo XV

Cada Parte Contratante reconhecerá a validade, para efeito de matrícula em curso de aperfeiçoamento e de especialização, dos diplomas e títulos profissionais idôneos expedidos por estabelecimentos de ensino conferidos da outra Parte, desde que os referidos documentos estejam devidamente legalizados, e seus portadores sejam nacionais de uma ou da outra Parte.

Artigo XVI

Para zelar pela aplicação do presente Acórdão, será criada uma Comissão Mista constituída por três representantes de cada Parte Contratante, a qual se reunirá quando necessário e alternadamente na capital dos respectivos países.

2. Na referida Comissão deverão estar representados os Ministérios das Relações Exteriores e da Educação e Cultura do Brasil e os Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Educação Nacional de Portugal. A Comissão será presidida por um dos representantes do país onde se realizará a reunião e a ela poderão ser agregados os técnicos e assessores necessários.

3. Caberá à referida Comissão estudar e propor as medidas adequadas à boa execução do presente Acórdão.

Artigo XVII

O presente Acórdão substituirá, a partir da data da sua entrada em vigor, o Acórdão de Cooperação Intelectual entre o Brasil e Portugal assinado em Lisboa a 6 de dezembro de 1928.

Artigo XVIII

O presente Acórdão entrará em vigor trinta dias depois da troca dos Instrumentos de Ratificação, a efetuar-se na cidade de Brasília, e sua vigência durará até seis meses após a data em que for denunciado por uma das Partes Contratantes.

Em fé do que, os Plenipotenciários acima nomeados assinam e selam o presente Acórdão.

Feito em Lisboa, aos sete dias do mês de setembro de mil novecentos e sessenta e seis, em dois exemplares igualmente autênticos.

Pelo Governo dos Estados Unidos do Brasil: Juracy Magalhães.

Pelo Governo Português: Franco Nogueira.

As Comissões do Poder Judiciário, do Poder Executivo e do Poder Legislativo, de Educação e Cultura e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (Clemente M. Pinheiro) — O expediente não vai à publicação.

Na leitura da lei sobre a ração cuja leitura será feita pelo Sr. 1º Secretário.

F. M. e seguinte

Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1937

"Disposições sobre o salário-mínimo dos menores, e de outras providências".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica revogada a Lei número 5.274, de 24 de abril de 1937.

Art. 2º Volta a vigorar o artigo 80 do Capítulo III Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificativa

A Lei nº 5.274, de 24 de abril de 1937, que revogou o artigo 80 e seu parágrafo único da Consolidação das Leis do Trabalho, deveria ter sua ementa redigida da seguinte maneira:

"Fica permitida a exploração do trabalho do menor no País".

Sim, porque, de fato, é isso que se subentende da lei que ora pretendemos revogar.

Acaso um menor até 18 anos, sujeito ao aprendizado profissional, pode viver com, apenas, 50% do salário-mínimo?

Sera diferente, sua maneira de viver, da de um trabalhador de 18 anos? Não tem esse menor de comer, vestir-se, tomar sua condução e, por que não, divertir-se? Enfim, não leva o menor de 16 a 18 anos, uma vida praticamente igual à do trabalhador maior de 18 anos.

Se o menor trabalha, não é por dilettantismo; é por necessidade imperiosa, para manter-se e aos seus familiares: pai, às vezes incapacitado, mãe, impossibilitada de arranjar melhor emprego, pois precisa cuidar dos afazeres domésticos e de outros filhos ainda menores que o que já pode trabalhar.

A revogação da maldada Lei número 5.274 de 67, é necessária, inclusive, por ser prejudicial aos trabalhadores adultos, porque a concorrência com o menor, que receberá, apenas, 50% do salário-mínimo, será enorme sim, pois os empregadores, logicamente irão dar preferência ao menor, o obvio prestatam o mesmo serviço e seu salário é a metade!

Quando o Ex-Presidente Castello Branco votou esta, permitam-me repetir, maldada Lei nº 5.274, o fez muito bem, pois a Constituição do então, proibia a diferença de salário em virtude da idade.

E lembrem-se os nobres colegas, pertencem ao partido do Governo mas, antes de tudo, sou humano, como sempre fui e, posso afirmar-lhes, não deverei de ser.

Sendo omisso a Constituição de 15 de março de 1967, pois deixou de repetir aquela proibição específica, qual se'a, de que, apenas, ao menor aprendiz poderia ser pago o salário-mínimo por metade do que devido ao trabalhador adulto, o artigo 80 da Consolidação das Leis do Trabalho não é incompatível com a nova Constituição.

Calcula-se que apenas 30% dos menores trabalhadores se encontram dentro das condições legais, deca a falta de escola de formação técnico-profissional, mas ao mesmo tempo, estimula-se, indiretamente a constituição de escolas profissionais, pois que através delas, lograr-se-ia

a redução da remuneração da mão-de-obra.

O que devemos atentar, com referência à Lei nº 5.274, de abril de 1967, são as consequências lesivas que advirão:

a) cessistimulo ao aprendizado profissional, pois, o menor de 16 a 18 anos, podendo ganhar 75% do salário-mínimo, se não tiver aprendizado, não vai querer frequentar uma Escola Profissional para ganhar apenas 50% do salário;

b) exploração abusiva de mão-de-obra mais jovem (de 14 a 16 anos), justamente a que está na faixa de remuneração a base de 50% do mínimo e que não tem aprendizado, em detrimento dos demais menores e do próprio trabalhador adulto.

Não há a menor dúvida que haverá mais emprego para o menor estando os empregadores livres do problema do aprendizado mas, parece-nos, que a um preço muito alto, pois, a legalização desse abuso será em detrimento da formação psíquica e física dos nossos futuros homens brasileiros.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.452 DE 1.5.43

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho

Art. 80. Tratando-se de menores aprendizes poderão as Comissões fixar o seu salário até em metade do salário-mínimo normal da região, zona ou subzona.

Parágrafo único. Considera-se aprendiz o trabalhador menor de 18 e maior de 14 anos, sujeito à formação profissional metódica do ofício em que exerce o seu trabalho.

LEI Nº 5.274 — DE 24 DE ABRIL DE 1967

Dispõe sobre o salário-mínimo de menores, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos da parte final do parágrafo 3º, do artigo 62, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1º Para menores não portadores de curso completo de formação profissional, o salário-mínimo de que trata o Capítulo III do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, respeitada a proporcionalidade com que vigorar para os trabalhadores adultos da região, será escalonado na base de 50% (cinquenta por cento) para os menores entre 14 (quatorze) e 16 (dezesseis) anos de idade e em 75% (setenta e cinco) por cento para os menores entre 16 (dezesseis) e 18 (dezoito) anos de idade.

§ 1º Para os menores aprendizes assim considerados os menores de 18 (dezoito) anos e maiores de 14 (quatorze) anos de idade sujeitos à formação profissional metódica do ofício em que exercem seu trabalho, o salário-mínimo poderá ser fixado em até metade do estatuido para os trabalhadores adultos da região.

§ 2º A execução deste artigo não importará em diminuição de salários para os que estejam trabalhando sob condições pecuniárias mais vantajosas.

Art. 2º Ficam os empregadores obrigados a ter em seu serviço um número de trabalhadores menores de 18 (dezoito) anos não inferior a 5% (cinco por cento) nem superior a 10% (dez por cento) do seu quadro de pessoal, percentuais estes calculados sobre o número de empregados que trabalhem em funções compatíveis com o trabalho do menor.

Art. 3º Ficam revogados o art. 80 o seu parágrafo único da Consolidação das Leis do Trabalho, referido no art. 1º desta lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de abril de 1967; 143ª da Independência e 79ª da República.

A. COSTA E SILVA
Jarbas G. Passarinho

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — O Projeto lido vai às Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Requerimento nº 496, de 1967

(Propõe organização de Comissão Mista destinada ao estudo de matérias de natureza tributária regulamentáveis por Leis Complementares).

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 63, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com a letra "b", do art. 29, do Regimento Comum, requeremos seja constituída uma Comissão Mista de 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados, para, no prazo de 90 (noventa) dias, proceder ao estudo das matérias de natureza tributária que necessitam ser regulamentadas por Leis Complementares, de acordo com a Constituição Federal em vigor.

Justificação

A Constituição promulgada em 24 de janeiro do corrente ano, introduziu disseminadamente normas, umas gerais, outras específicas, referentes a tributos, notadamente no Capítulo V do Sistema Tributário, de modo que as disposições sobre esta matéria que devem ser oportunamente regulamentadas em lei, necessitam receber prévio e acurado estudo do legislador, tendo em vista a enorme importância do sistema fiscal brasileiro e os reflexos de sua aplicação na vida econômica e financeira do País.

Enfatizando a necessidade da regulamentação das taxas e contribuições de melhoria, determina a nova Carta Magna que o sistema tributário nacional precisa ser regido por leis complementares, em resoluções do Senado, e, nos limites das respectivas competências, em leis federais, estaduais e municipais (art. 18).

O direito tributário brasileiro, cujos dispositivos mais importantes se acham contidos nos artigos 18 a 28 da atual Constituição, prevê, inclusive as atribuições para fiscais a que se refere o art. 159, § 1º da Carta Magna.

Mas, ao mesmo tempo que preceitua dever a Lei Complementar estabelecer normas gerais de direito tributário, a Constituição vigente prevê também leis desse tipo, sobre os conflitos de competência tributária e sobre as limitações do poder tributário.

Cabendo, constitucionalmente, à União, aos Estados e aos Municípios a arrecadação de taxas pela utilização dos serviços públicos de sua atribuição legal, além da cobrança de outras taxas e contribuições de que a mesma Constituição prevê a elaboração, de um Código Tributário Nacional, com força de lei complementar, tendo em vista os resultados obtidos pela Lei nº 5.172, de 1936.

De conformidade com a nova Constituição inúmeros preceitos institucionais ou conceituos normativos sobre impostos e taxas, necessitam de legislação complementar, para que não surjam na prática, interpretações conflitantes acerca do âmbito de sua aplicação e sobre o seu caráter de natureza legal.

Assim é que a contribuição de melhoria, taxa integrante do novo sistema Tributário, de acordo com o art. 13 da Constituição em vigor, necessita ser complementariamente regulada, a fim de que os critérios, a forma e os limites de sua cobrança sejam legalmente fixados.

Realçando, também a importância dos empréstimos compulsórios para a vida financeira do País, como medida de excepcionalidade por cujo prisma devem ser encarados, pressupõe a Constituição vigente que sua criação proposta só poderá ser através de lei complementar.

Estabelecendo a Constituição a competência tributária privativa dos Estados, Distrito Federal e Municípios, previu também ela a possibilidade da instituição de novos impostos não especificados na Carta Magna, é tamanha a ênfase dada pela atual Constituição à arrecadação dos tributos que o § 7º, do art. 19, instituiu sistema de convênio firmado entre os diversos débitos da Administração Pública, com a finalidade de coordenar os serviços de fiscalização e arrecadação dos tributos.

Cabe, hoje, à União a fixação de tributos da maior relevância como os tributos de comércio exterior, a saber os incidentes sobre importação e exportação; os impostos sobre patrimônio e renda, compreendendo aqui a propriedade territorial rural, bem como as rendas e proventos de qualquer natureza; os tributos sobre circulação, aqui compreendidos os produtos industrializados, operação de crédito, seguro, câmbio ou as referentes a valores imobiliários, bem assim serviços de transportes e comunicações; impostos de natureza especial, devendo aqui serem enumerados os tributos sobre produção, circulação, importação, distribuição ou consumo de lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos; bem como os impostos sobre produção, importação, distribuição ou consumo de energia elétrica, e ainda os que incidissem sobre extração, circulação, distribuição ou consumo de minerais do país.

Ora, quando se sabe que os impostos sobre operações de crédito, o câmbio e títulos imobiliários, poderão sofrer alteração em suas alíquotas, a fim de ajustá-los aos desígnios da política cambial do governo, e às diretrizes de sua política monetária, é de se desejar que a lei preveja em bases seguras os meios adequados para que a receita desses impostos tenha a sua real destinação, ou seja, a formação de reservas monetárias indispensáveis ao desafogo econômico do País.

Por outro lado determina a Constituição que o imposto sobre produto industrializado é *seletivo*, tendo em vista a natureza dos produtos, não devendo ser, pois, um tributo cumulativo, como, aliás, já previa a Emenda Constitucional nº 18.

Assim, atendendo, à enorme repercussão que teve nos meios econômicos a implantação do ICM, o próprio Governo houve por bem constituir Comissão Executiva, destinada a proceder aos estudos de adaptação do Código Tributário Nacional à Constituição Federal em vigor.

Este ajustamento dos aspectos do Código às disposições constitucionais é indispensável ao aumento das receitas federais e estaduais.

Enquanto não se concluir tal adaptação é de se esperar o crescente ajustamento das dificuldades fiscais.

Esta revisão dos aspectos negativos do ICM se impõe e vem sendo reclamada pelas vozes mais representativas, não só das classes empresariais, como pelas autoridades estaduais e municipais de todo país.

O sistema de cobrança do ICM, por exemplo, vem sendo responsável pelo encarecimento dos gêneros alimentícios, além de incontrolável participação da produção.

A pecuária nacional teve seus próprios problemas agravados, através das dificuldades de seu custo, quanto aquele tributo foi aplicado até mesmo ao novilho magro quando se desloca das terras pobres e fracas a pastagens mais adequadas para engorda e recría.

Ora, isto acontece, não obstante inexistir qualquer operação de venda.

Destarte, a grande maioria dos nossos produtores rurais têm de enfrentar a alíquota desse imposto na própria fonte, onde ele já se apresenta altíssimo.

Por outro lado as penalidades e exigências impostas poderão determinar, sem dúvida, o desestímulo dos produtores e até mesmo o abandono do campo.

A nova realidade tributária está a exigir sobretudo reformulação no setor da fiscalização e da arrecadação, a fim de que esses processos fiscais se adaptem aos interesses dos Estados e dos produtores brasileiros.

Em São Paulo, as entidades agrícolas e pecuárias voltaram a insistir sobre a necessidade urgente de regulamentação daquele imposto para que "a economia agropecuária não continue a suportar, injustamente, todo o peso da tributação, antes superada, equânimeamente, por todos os setores."

Efetivamente, nos termos da lei em vigor, o ICM, estranhamente, incide sobre o lucro bruto obtido pelo produtor, enquanto ao produtor agropecuario é negado qualquer benefício neste sentido, a ele que, por obrigação a pagar o tributo, circula a sua mercadoria e não quando a vende, vale dizer, o produtor rural paga o imposto antes mesmo de vender o produto, ou seja, antes de receber a importância a ela correspondente.

Em Minas Gerais a crise financeira se aprofunda em decorrência do ICM.

Diante do exposto e tendo em vista que o Sistema Tributário Nacional está condicionado a uma criteriosa elaboração das leis complementares previstas na Constituição, a par de soluções de antagonismos entre os dispositivos conflitantes do texto da lei que dispõe sobre o ICM, é que entendemos ser de toda conveniência e mesmo necessidade seja constituída, no Congresso Nacional, Comissão Mista com a incumbência específica de estudar o sistema tributário à luz da nova Constituição.

Sala das Sessões, 1º de junho de 1967. — José Ermírio de Moraes.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — O requerimento lido vai à Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Sobre a mesa, requerimentos de informação que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

Requerimento nº 497, de 1967

Senhor Presidente: Nos termos do Regimento Interno desta Casa do Congresso Nacional, requero a Vossa Excelência seja encaminhado ao Poder Executivo, para que, por intermédio do Ministério da Fazenda, se dê uma manifestação informando:

a) se é verdade que o Brasil do Café mandou sustar o pagamento das produções de café aos cafeicultores do Estado do Espírito Santo, que nos últimos meses tiveram seus cafeeiros arrasados, em decorrência das geadas;

b) em caso afirmativo, quais os motivos que levaram o Brasil do Café a tal atitude;

c) se é exato, sobre o Brasil do Café mandado sustar os benefícios do divórcio entre produtores do Estado do Espírito Santo;

d) em caso afirmativo quais os motivos que levaram o Instituto Brasileiro do Café a tal providência e em que Lei se baseou para tomá-la;

e) juntar às informações ora solicitadas, uma relação dos cafeicultores que tiveram suas contas bloqueadas, especificando o Banco, o montante de cada conta, o Município e a data em que ocorreu o bloqueio.

Sala das Sessões, 19 de junho de 1957. — Carlos Lindenberg.

Requerimento nº 493, de 1957

Senhor Presidente:

Conforme determinação Regimental, solicito a Vossa Excelência encaminhar ao Sr. Diretor do Conselho Superior de Educação, o seguinte pedido de informações:

Que providências estão sendo tomadas no sentido de combater a criação de Escolas de Ensino Superior no País, a fim de resolver o atual problema de excedentes.

Sala das Sessões, 19 de junho de 1957. — Raul Gubert.

Requerimento nº 494, de 1957

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Departamento Administrativo do Pessoal Civil, sobre redução do empenhamento dos funcionários da Rde Viçosa Paraná-Santa Catarina.

(DO SR. VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente:

Na forma da precatória regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Departamento Administrativo do Pessoal Civil — DAPC — se foi tomada alguma providência no sentido de ser feita a revisão do empenhamento dos funcionários da Rde Viçosa Paraná-Santa Catarina, face às grandes injustiças verificadas?

Sala das Sessões, 19 de junho de 1957. — Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 500, de 1957

Solicita informações ao Poder Executivo, através do IPESP, sobre concessão de cursos para os graduandos, visando a formação de pessoal de nível superior, em especial, em relação ao Estado de Alagoas.

(DO SR. VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente:

Na forma da precatória regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do IPESP, quais as providências tomadas visando a construção de cursos para os graduandos públicos federais, com prioridade para os graduandos e excedentes, em Alagoas, Estado de Alagoas, face à situação crítica daquela servidão?

Sala das Sessões, 19 de junho de 1957. — Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 501, de 1957

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, sobre providência de criação de Sociologia, da Faculdade de Filosofia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e do Faculdade Estadual de Letras, de Curitiba, pelo Conselho Superior de Educação.

(DO SR. VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente:

Na forma da precatória regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, quais as providências tomadas no sentido de ser feito o curso de Sociologia da Faculdade de Filosofia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e do curso de Sociologia da Faculdade Estadual de Letras, de Curitiba, pelo Conselho Superior de Educação da referida Faculdade?

indicou o Professor Eraldo de Moraes Filho para a rejeição da Câmara e a Reitoria não determinou ainda a sua nomeação?

Sala das Sessões, 19 de junho de 1957. — Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 502, de 1957

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, sobre o empenhamento de recursos para a construção de uma Faculdade de Filosofia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e do Faculdade Estadual de Letras, de Curitiba, pelo Conselho Superior de Educação.

(DO SR. VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente:

Na forma da precatória regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, quais as providências tomadas no sentido de ser feito o curso de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e do curso de Letras da Faculdade Estadual de Curitiba, pelo Conselho Superior de Educação da referida Faculdade?

Sala das Sessões, 19 de junho de 1957. — Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 503, de 1957

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, sobre a situação da Faculdade de Filosofia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e do Faculdade Estadual de Letras, de Curitiba, pelo Conselho Superior de Educação.

(DO SR. VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente:

Na forma da precatória regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, quais as providências tomadas para que seja feita a construção de uma Faculdade de Filosofia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e do Faculdade Estadual de Letras, de Curitiba, pelo Conselho Superior de Educação da referida Faculdade?

Sala das Sessões, 19 de junho de 1957. — Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 504, de 1957

Solicita informações ao Poder Executivo, através do IPESP, sobre concessão de cursos para os graduandos, visando a formação de pessoal de nível superior, em especial, em relação ao Estado de Alagoas.

(DO SR. VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente:

Na forma da precatória regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do IPESP, quais as providências tomadas visando a construção de cursos para os graduandos públicos federais, com prioridade para os graduandos e excedentes, em Alagoas, Estado de Alagoas, face à situação crítica daquela servidão?

Sala das Sessões, 19 de junho de 1957. — Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 505, de 1957

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, sobre o empenhamento de recursos para a construção de uma Faculdade de Filosofia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e do Faculdade Estadual de Letras, de Curitiba, pelo Conselho Superior de Educação.

(DO SR. VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente:

Na forma da precatória regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, quais as providências tomadas no sentido de ser feito o curso de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e do curso de Letras da Faculdade Estadual de Curitiba, pelo Conselho Superior de Educação da referida Faculdade?

Sala das Sessões, 19 de junho de 1957. — Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 506, de 1957

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, sobre a situação da Faculdade de Filosofia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e do Faculdade Estadual de Letras, de Curitiba, pelo Conselho Superior de Educação.

(DO SR. VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente:

Na forma da precatória regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, quais as providências tomadas no sentido de ser feito o curso de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e do curso de Letras da Faculdade Estadual de Curitiba, pelo Conselho Superior de Educação da referida Faculdade?

Sala das Sessões, 19 de junho de 1957. — Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 507, de 1957

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, sobre a situação da Faculdade de Filosofia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e do Faculdade Estadual de Letras, de Curitiba, pelo Conselho Superior de Educação.

(DO SR. VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente:

Na forma da precatória regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, quais as providências tomadas no sentido de ser feito o curso de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e do curso de Letras da Faculdade Estadual de Curitiba, pelo Conselho Superior de Educação da referida Faculdade?

Sala das Sessões, 19 de junho de 1957. — Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 508, de 1957

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, sobre a situação da Faculdade de Filosofia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e do Faculdade Estadual de Letras, de Curitiba, pelo Conselho Superior de Educação.

(DO SR. VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente:

Na forma da precatória regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, quais as providências tomadas no sentido de ser feito o curso de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e do curso de Letras da Faculdade Estadual de Curitiba, pelo Conselho Superior de Educação da referida Faculdade?

Sala das Sessões, 19 de junho de 1957. — Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 509, de 1957

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, sobre a situação da Faculdade de Filosofia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e do Faculdade Estadual de Letras, de Curitiba, pelo Conselho Superior de Educação.

(DO SR. VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente:

Na forma da precatória regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, quais as providências tomadas no sentido de ser feito o curso de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e do curso de Letras da Faculdade Estadual de Curitiba, pelo Conselho Superior de Educação da referida Faculdade?

Requerimento nº 510, de 1957

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, sobre a situação da Faculdade de Filosofia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e do Faculdade Estadual de Letras, de Curitiba, pelo Conselho Superior de Educação.

(DO SR. VASCONCELOS TORRES)

Senhor Presidente:

Na forma da precatória regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, quais as providências tomadas no sentido de ser feito o curso de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e do curso de Letras da Faculdade Estadual de Curitiba, pelo Conselho Superior de Educação da referida Faculdade?

Sala das Sessões, 19 de junho de 1957. — Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 511, de 1957

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, sobre a situação da Faculdade de Filosofia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e do Faculdade Estadual de Letras, de Curitiba, pelo Conselho Superior de Educação.

(DO SR. VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente:

Na forma da precatória regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, quais as providências tomadas no sentido de ser feito o curso de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e do curso de Letras da Faculdade Estadual de Curitiba, pelo Conselho Superior de Educação da referida Faculdade?

Sala das Sessões, 19 de junho de 1957. — Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 512, de 1957

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, sobre a situação da Faculdade de Filosofia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e do Faculdade Estadual de Letras, de Curitiba, pelo Conselho Superior de Educação.

(DO SR. VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente:

Na forma da precatória regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, quais as providências tomadas no sentido de ser feito o curso de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e do curso de Letras da Faculdade Estadual de Curitiba, pelo Conselho Superior de Educação da referida Faculdade?

Sala das Sessões, 19 de junho de 1957. — Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 513, de 1957

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, sobre a situação da Faculdade de Filosofia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e do Faculdade Estadual de Letras, de Curitiba, pelo Conselho Superior de Educação.

(DO SR. VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente:

Na forma da precatória regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, quais as providências tomadas no sentido de ser feito o curso de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e do curso de Letras da Faculdade Estadual de Curitiba, pelo Conselho Superior de Educação da referida Faculdade?

Sala das Sessões, 19 de junho de 1957. — Vasconcelos Torres.

Requerimento nº 514, de 1957

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Cultura, sobre a situação da Faculdade de Filosofia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e do Faculdade Estadual de Letras, de Curitiba, pelo Conselho Superior de Educação.

(DO SR. VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente:

do geólogo Alberto Ribeiro Lamego sobre o assunto — da realização de estudos para determinar as possibilidades econômicas de exploração das ocorrências minerais já conhecidas e oferecer melhores condições à expansão das empresas em atividade no setor.

Sistematizando, exatamente, as medidas que no seu entender permitiriam racionalizar, em curto espaço de tempo, a mineração no Estado do Rio — o Sindicato dos Mineradores desse Estado elaborou um plano e seguro Plano de Coordenação das Atividades Relacionadas com os Recursos Minerais Fluminenses.

Trata-se de um trabalho seguro e objetivo, Senhor Presidente, cuja tese consiste na afirmação de que com o simples aumento em 20 vezes da produção mineral do Estado em 1966 — meta fácil de ser atingida, se forem adotadas as medidas preconizadas — seria obtida uma produção ao nível de 80 bilhões de cruzeiros, velhos.

Pela participação do Estado e dos Municípios na arrecadação do imposto único sobre minerais — nos termos da Lei 4.425, de 8.10.64 — uma produção mineral no valor de 80 bilhões daria aproximadamente 6 bilhões de cruzeiros velhos, por ano, ao Estado. E com esse acréscimo estaria aberto o caminho para a recuperação das finanças públicas fluminenses, bastante abaladas no presente momento.

O Plano em questão, Senhor Presidente, se adotado, supervisionará dentro do Estado do Rio as atividades de pesquisa, lavra, beneficiamento, transporte, distribuição e consumo de produtos minerais — através de medidas tomadas de conformidade com o que está indicado na faixa de 10 itens que figuram no seu texto.

Para o custeio das despesas com a execução do Plano, inclusive financiamento às empresas, seria aproveitado o Fundo Nacional de Mineração do Ministério das Minas e Energia, reforçado por um Fundo Rotativo a ser criado no âmbito estadual, com a colaboração dos Mineradores, na base da produção, mediante contrato.

O Plano prevê, como órgão executante das providências programadas, a Comissão do Plano dos Minerais do Estado do Rio de Janeiro — COPLAMERJ — com personalidade jurídica e com autonomia administrativa e financeira, diretamente subordinada ao Governador do Estado e integrada por uma Diretoria e um Conselho Consultivo.

Senhor Presidente. Constitui um dos fatos mais velhos e repetidos, através da História do Brasil, a crítica dos contribuintes, dos homens de empresa, às omissões e aos desacertos do Poder Público, no Brasil.

Chego quase a admitir, Senhor Presidente, que em poucos países do mundo se critique tanto o Governo e os governantes, quanto no Brasil.

Mas, o que é raro entre nós, Senhor Presidente, é que as críticas partidas dos chamados homens de livre empresa venham acompanhadas de sugestões construtivas, dentro de um conjunto sistemático de medidas por eles oferecido à consideração do Governante — no caso o Governador do Estado do Rio — com vistas à correção dos desacertos no seu "front" de trabalho, para o benefício final da coletividade.

Colaboração da iniciativa privada com o Poder Público. É este no meu entender, Senhor Presidente o aspecto do movimento ora desenvolvido pelos mineradores do Estado que represento nesta Casa, que merece ser posto em destaque.

Ao fazê-lo, congratulo-me com o Sindicato dos Mineradores do Estado do Rio de Janeiro — do qual partiu a iniciativa que focalizei — e dirijo apelo ao Senhor Ministro das Minas e Energia para que, no que couber, facilite o acolhimento na esfera federal dessas patrióticas e oportunas sugestões levadas ao Governador Geremias Fontes pelos homens que, obscuramente, alimentam os cofres públicos, extraindo as riquezas do subsolo fluminense.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Em expediente lido na sessão de 26 do corrente, o Ministro das Minas e Energia solicita a prorrogação, por trinta dias, do prazo para a prestação das informações pedidas e vários requerimentos, a saber: ns. 137, 143, 172, 176 e 225, do Sr. Senador Vasconcelos Torres; nº 297, do Sr. Senador José Ermirio.

Se não houver manifestação da Casa em contrário, a Mesa terá como concedida a prorrogação pedida e nesse sentido oficiará aquele titular. (Pausa.)

Assim procederá a Mesa.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência deferiu, hoje, os seguintes requerimentos de informações, apresentados ontem:

I — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres:

Ao Ministro das Comunicações — nº 481;

Ao Ministro da Indústria e Comércio — nº 482;

Ao Ministro do Trabalho e Previdência Social — ns. 483, 484 e 485;

II — Do Sr. Senador Carlos Lindenberg:

Ao Ministro da Indústria e do Comércio — ns. 489 e 490;

III — Do Sr. Senador Raul Guberti:

Ao Ministro da Agricultura — número 486.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Duarte Filho, por cessão do nobre Senador Eurico Rezende.

O SR. DUARTE FILHO:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, como é do conhecimento do Senado e de todo o País, o Rio Grande do Norte foi vítima, recentemente, como outros Estados do nordeste brasileiro, da fúria das águas resultantes de chuvas torrenciais da "das seguidamente em parte do território daquela unidade da Federação.

As notícias nos chegavam um drama-maticidade pelas estações de rádio, pela televisão, pela imprensa e por informes particulares, deixando todos nós, nordestinos aqui residentes, estupefatos com a calamidade que de um golpe atingia vários Estados daquela região.

Vozes se fizeram ouvir neste plenário e na Câmara dos Deputados, levando ao conhecimento da nação o que estava ocorrendo na Paraíba, no Rio Grande do Norte e no Ceará, ao mesmo tempo que solicitavam providências urgentes e eficazes das autoridades federais, em socorro das populações vítimas das enchentes. E estas vozes não foram perdidas. Encontramos a ressonância necessária e indispensável na pessoa do Excelentíssimo Senhor Presidente da República e de alguns auxiliares de Sua Excelência, adotando medidas imediatas para atendimento aos desabrigados, ampliando assim as já tornadas efetivas pelos Governos estaduais e

municipais, no sentido de minimizar o sofrimento das vítimas atingidas pela calamidade que se abateu naqueles Estados.

Ingressados com o que estava ocorrendo no Rio Grande do Norte e, particularmente em nossa cidade, a mais atingida e sofrida pelas enchentes, resolvemos ir ao Estado para ver e sentir de perto o drama dos nossos conterrâneos e os prejuízos de ordem material causados pelas enchentes. E ao pisarmos o solo potiguar o nosso desejo maior foi visitarmos as zonas mais atingidas pela calamidade e na impossibilidade de o fazer por via terrestre, dado a impraticabilidade das rodovias, sobrevoamos os vales do Agu e Apodi, onde mais se fez sentir a fúria das águas. E o que vimos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, nos deixou estupefatos diante do espetáculo de miséria que nossos olhos descortinavam. Centenas e centenas de casas residenciais da zona rural, destruídas ou danificadas, muitas delas só assinaladas pelos seus tetos que afloavam ao meio da imensidão das águas; a lavoura ribeirinha completamente destruída; as rodovias cortadas e deterioradas; Salinas invadidas pelas águas, dez das quais total ou parcialmente destruídas; centenas de pirâmides de sal que lá deixamos a poucos meses já não existiam — tinham sido tragadas pelas águas, deixando desfalçada a reserva do nosso parque salinífero em cerca de 78.500 toneladas de sal.

Visitamos os bairros alagados de Mossoró e presenciávamos milhares e milhares de pessoas, uma verdadeira legião de desabrigados, que foram empurrados de suas casas pela violência das águas, perambulando pelas ruas ou olhando entristecidos e quase desanimados para os destroços do que até pouco constituíram os seus lares. E este tem sido o destino do nordestino — ou morrer de sede nas longas estiagens ou perecer envolvido pelas águas nos invernos rigorosos.

Mas, Senhor Presidente, se tanta infelicidade não bastasse a um povo, esquecido e sofrido, uma nova ameaça, muito maior e muito mais danosa do que aquela, paira sobre o Rio Grande do Norte, e se efetivada, ferirá profundamente a economia do Estado e emagrecerá de vez a sua indústria salifera, base do seu esteio econômico.

Ainda sobre o impacto do que vimos e observamos, ao regressar do Estado, passando pelo Rio, fomos informados que setores do nosso comércio já insinuavam a necessidade de uma nova importação de sal, a exemplo do que fora feito em 1964, 1965 e 1966.

Não havia, Senhores Senadores, podemos afirmar, necessidade de importação de sal estrangeiro no trecho passado, pelo menos na quantidade adquirida. Sal existia no parque salinífero do nordeste, quer em suas salinas, quer em armazéns abarrotados do produto nas cidades de Mossoró, Areia Branca e Macau, no Rio Grande do Norte e Aracati, no Ceará, em quantidade suficiente para o abastecimento de todo o país até a safra seguinte. O erro foi do antigo Instituto Brasileiro do Sal, que mandou fazer um levantamento dos estoques nas salinas sem levar em conta centenas de milhares de toneladas de sal armazenadas naquelas cidades. Por esse erro, abarrotaram os portos do Rio e de Santos de sal estrangeiro, enquanto o sal nacional ficava refeito nas fontes produtoras, acarretando prejuízos imensos à indústria salifera e levando à falência dezenas de comerciantes do produto, além de centenas, abruptamente, o intercâmbio que se iniciava promissoramente entre o Norte e o Sul do País.

Antes da importação, centenas de caminhões trafegavam diariamente pelas rodovias que ligam estas duas partes do território nacional, conduzindo mercadorias diversificadas dos Estados sulinos para o outro extremo do País, retornando com sal, como frete de retorno.

Saturado o mercado sulista com o sal estrangeiro, o nacional ficou armazenado nas cidades próximas aos centros produtores, sem comprador e sem possibilidade de sua colocação no mercado interno, em futuro próximo. Daí a debacle da indústria e os prejuízos incalculáveis no comércio do nordeste, em consequência da diminuição acentuada, quase total, do intercâmbio citado.

Segundo o Instituto Brasileiro do Sal, o Brasil importou no período 1964-66, 442.000 toneladas de sal por intermédio daquela xanxaruga e 150.000 toneladas diretamente pela Companhia Nacional de Alcalis. Assim se pode discriminar essa importação, por ano e procedência:

1964		
Alemanha Oriental	40.000	
Alemanha Ocidental	60.000	100.000
1965		
Ilhas Bahamas	42.000	
Chile	20.000	
Venezuela	10.000	
Tunisia	20.000	
U.S.A.	180.000	
Alemanha Ocidental	70.000	342.000
Total de Sal importado em 1964-65, pelo I.B.S.		442.000
A Companhia Nacional de Alcalis, importou em 1965 (Tunisia)		100.000
Em 1966 (Tunisia, Bahamas e Venezuela)		50.000
Total do Sal importado pelo Brasil no triênio 1964-66		592.000

O Sr. José Ermirio — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. DUARTE FILHO — Pois não.

O Sr. José Ermirio — V. Exa. está focando num ponto de alto valor para o país. A região do Rio Grande do Norte, região salinifera por excelência, desde o Rio Mossoró até o Pórtão de Natal, tem salinas extraordinárias. Precisa somente de duas coisas: carregamento barato e transporte a preço razoável. Com isso, não tinha medo o Brasil, que pode até exportar sal.

O SR. DUARTE FILHO — Agradeço o aparte do nobre Senador José Ermirio. Adiante tratarei do assunto do transporte do sal. (Retomando a leitura)

Isto é o que informa o ex-l. B. S. Entretanto, num quadro demonstrativo da Seção de Estatística e Documentação, da Comissão Executiva do Sal, diz que, em 1966 foram entregues ao consumo, além do sal nacional, 126.411 toneladas de sal importado, de procedências diversas, das quais 75.200 toneladas diretamente pela Companhia Nacional de Alcalis (em vez de 50.000). Daquele total 34.942 entregues ao consumo geral e 91.469 destinadas a indústria de transformação. Seja como for: ... 50.000 ou 126.411 toneladas de sal foram importadas em 1966!

Ao findar o ano de 1966 existiam nas salinas do Rio Grande do Norte sem contar o armazenado, 360.032 toneladas de sal, conforme estatística da Comissão Executiva do sal e que aqui transcrevemos:

COMISSÃO EXECUTIVA DO SAL

SEÇÃO DE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAÇÃO

PRODUÇÃO NACIONAL POR ESTADOS SALINEIROS, IMPORTAÇÃO E ENTREGAS AO CONSUMO
ANO CIVIL 1966

PRODUÇÃO NACIONAL POR ESTADOS	PRODUÇÃO			ENTREGA						TOTAL
				CONSUMO GERAL			INDÚSTRIA TRANSFORM.			
	1.º SEM.	2.º SEM.	TOTAL	1.º SEM.	2.º SEM.	SUB-TOTAL	1.º SEM.	2.º SEM.	SUB-TOTAL	
Pará	4	—	4	4	—	4	—	—	—	4
Maranhão	24.858	33.401	58.259	7.525	9.892	17.417	5.612	21.486	27.098	44.515
Piauí	8.210	24.652	32.862	15.958	7.829	23.787	—	—	—	23.787
Cará	53.312	121.830	175.142	70.149	47.243	117.392	—	—	—	117.392
Rio Grande do Norte	423.146	525.243	958.389	329.532	156.745	486.277	66.916	107.851	174.767	660.044
Paraíba	90	—	90	75	—	75	—	—	—	75
Pernambuco	192	—	192	57	CS	125	—	—	—	125
Alagoas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Sergipe	10.324	1.235	11.559	6.225	6.823	13.048	—	—	—	13.048
Bahia	2.038	20	3.018	529	493	932	—	—	—	962
Rio de Janeiro:										
(Sal marinho)	113.013	12.984	125.997	118.948	90.248	209.196	10.174	1.371	11.545	220.741
Sal a vácuo)	47.678	32.535	80.213							
SUBTOTAL	688.815	751.910	1.440.725	549.002	378.231	867.283	82.702	130.708	213.410	1.080.693
Importado: — SUBTOTAL	* 126.411	—	126.411	34.942	—	34.942	53.969	37.500	91.469	126.411
TOTAL	815.226	751.910	1.567.136	583.944	318.281	902.225	136.671	168.208	304.879	1.207.104

FONTE: DF-1

(*) 75.200 toneladas importadas diretamente pela Companhia Nacional de Alcalis.

OBS.: — Sal importado em comparação à Produção Nacional: 8,07%.
Sal entregue à indústria de transformação: 25,26%.

Como vimos a produção Nacional atingiu a 1.440.725 toneladas. Destas só foram entregues ao consumo 1.080.693 toneladas, havendo, pois, um saldo de 360.032 toneladas. Mesmo com este estoque foram importadas em 1966, 126.411 toneladas.

Vejamos a situação em 1965: foram produzidas no Brasil 1.193.633 toneladas de sal, assim discriminadas por Estados:

	toneladas
Maranhão	54.159
Piauí	28.535
Ceará	135.894
Rio Grande do Norte	818.615
Paraíba	247
Pernambuco	455
Alagoas	—
Sergipe	16.013
Bahia	1.586
Rio de Janeiro	93.055
Rio de Janeiro (a vácuo)	50.948
Total	1.193.633

O I.B.S. liberou para o consumo, neste mesmo ano:

	toneladas
Sal nacional	900.651
Sal importado	293.213
Total do sal entregue ao consumo geral	1.193.864
Sal em estoque da safra de 1965	299.032

É evidente que se nosso parque salineiro tinha em estoque, em 1955, 299.032 toneladas de sal, não havia, em absoluto, necessidade de importarmos este produto do estrangeiro.

Mas, Sr. Presidente, a situação em 1964 era outra. Houve, de fato, deficit de sal no País pela queda da produção neste ano, segundo estatística do ex-I.B.S., como veremos:

Produção do sal nacional:

	toneladas
Maranhão	45.232
Piauí	13.193
Ceará	71.431
Rio Grande do Norte	521.292
Paraíba	—
Pernambuco	237
Alagoas	—
Sergipe	2.959
Bahia	9
Rio de Janeiro	45.297
Rio de Janeiro (a vácuo)	54.283
Totalizando	852.902

Entretanto, o ex-I.B.S. entregou ao consumo, somente de sal nacional, 957.695, sendo 752.902 toneladas da safra de 1964 e 204.793 toneladas remanescentes da safra de 1963. Mas o País necessitou de 1.056.633 que foi o consumo total de 1964, havendo pois o deficit de 98.695 toneladas que foi coberto com a importação das 100.000 toneladas compradas à Alemanha Oriental e Ocidental, o que se justifica perfeitamente. O que não podemos nos conformar é termos importado em 1965, 296.213 toneladas quando existia no país de sua própria fabricação, quantidade superior do produto. O que não nos conformamos foi termos importado em 1966, 126.411 toneladas de sal, quando o nosso estoque acusava um saldo de 360.032 toneladas, conforme estatística citada da Comissão Executiva do Sal.

Poder-se-ia alegar que a importação de 1966 (126.411 toneladas) foi efetuada no primeiro semestre, mas nós diríamos, baseados nas informações acima citadas que, neste mesmo período, produzimos 688.815 toneladas. Mas, não é só, Sr. Presidente, o sal armazenado na cidade de Mossoró, para moagem, com um estoque permanente de cerca de 50.000 toneladas, provém, em quase sua totalidade das "salinas" chamadas clandestinas que com uma safra anual de 70.000 toneladas não entram no cômputo geral o nome de clandestinas porque não são reconhecidas pelo órgão controlador, que as tolera, embora façam a sua comercialização lícita, pagando os impostos devidos. Também não são propriamente salinas. Resultam do aprisionamento d'água do mar, que penetram, nas marés altas, em determinados córregos e já depositam os cristais do cloreto de sódio. E diga-se de passagem, constituem um fator sócio-econômico, pois, pertencem a 150 proprietários e abrigam a cerca de 1.000 operários que delas tiram a subsistência para as suas famílias.

Mesmo assim, foi permitida a importação de 126.411 toneladas, segundo a Comissão Executiva do Sal ou mesmo, 50.000 toneladas, segundo o ex-Instituto Brasileiro de Sal. Se essa imprevidência provocou um colapso na indústria salina de todo o país, com prejuízos incalculáveis aos comerciantes do produto, no Nordeste, menor não foi a perda causada à nação. Assim, vejamos.

O preço do sal importado "cif" Rio ou Santos custou em média, segundo a extinta autarquia, US\$ 14,00 por to-

toneladas para recuperação das salinas deterioradas.

Os prejuízos, materiais verificados no parque salineiro do Rio Grande do Norte, para citar apenas o mais atingido, foram mais em consequência dos estragos causados às salinas propriamente ditas, do que pelo sal irragado pelas águas. E para ilustrar essa nossa informação, solicitamos dos Senhores Senadores, que nos ouçam neste momento, a paciência necessária, permitindo-nos descer a minúcias e demonstrar, por unidade produtora, que o sal destruído não afetará o consumo interno. Assim, vejamos:

As margens do Rio Mossoró ou Apoiá

Salina	Toneladas de sal destruído
São Luiz	9.500
Camboinhas	14.000
São Raimundo	25.000
Monte Primo	3.000
São Vicente	6.000
As margens do Rio Assu ou Piranhas	—
Salina Resados	14.000
Salina Wilson Rinalho	5.000
Total ligando toneladas de sal destruído	76.500

Ou sejam 10,93% do sal estocado nas salinas do Rio Grande do Norte, que em nada virá afetar o abastecimento do produto no território nacional, desde que, como já acenhamos, o amparo financeiro seja concedido por intermédio dos Bancos Oficiais para recuperação das salinas sacrificadas pelas últimas enchentes.

É aqui fica o grito de advertência, de apreensão, de angústia que é, ao mesmo tempo, um veemente protesto, ante a perspectiva de nova importação, com grave e real prejuízo à indústria salina nacional.

E de justiça confessar que em gestões feitas por nós, junto ao Ministério da Indústria e Comércio, encontramos da parte do Exmo. Sr. Ministro Macedo Soares a melhor compreensão e a maior boa vontade para a solução dos problemas que afetam no presente a indústria salina do nordeste-financeiramente para recuperação do parque salineiro e a fundação da nova safra e proteção do estuário do rio Mossoró com obras preventivas de alagações. E S. Exa. também comunga conosco contra a importação que se propala.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. DUARTE FILHO — Pois não.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Antes que V. Exa. entre em minúcias, não quero perder a oportunidade de solicitar a V. Exa. uma informação que me parece de importância capital para a Nação e sobretudo para julgamento do Governo que vosso. Segundo despreendo de suas palavras, fizemos importação de sal, no ano passado e no retroado, se não estou enganado — quando a produção do parque salineiro do País era suficiente para o consumo. Entendi ser esta a informação de V. Exa.

O SR. DUARTE FILHO — Afirmai, eminente Senador Argemiro de Figueiredo, baseado em dados estatísticos da Comissão Executiva do Sal, que tínhamos, em 1963, sal estocado num total de 360.032 toneladas.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — E, a despeito disto, ainda se fez a importação...

O SR. DUARTE FILHO — Foram importadas 126.411 toneladas, segundo a estatística que tenho em meu poder e que se acha à disposição de V. Exa.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — V. Exa. não está afirmando, não está anunciando ou relatando fato de pequena gravidade, V. Exa. está denunciando um crime à Nação.

O SR. DUARTE FILHO — É o que estou fazendo.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Importar, quando se está produzindo o necessário para o consumo nacional, quando não há necessidade, é mandar divisas nossas para os países produtores de sal. Assim, V. Exa. tem a solidariedade da bancada paranaense, do protesto que está fazendo. O Governo atual, que parece bem intencionado na condução dos ditos administrativos deste País, deve tomar conhecimento do crime praticado pela administração anterior, em relação à economia nacional. Ela é empobrecida pelo processo criminoso de se importar quando não tínhamos tal necessidade.

O SR. DUARTE FILHO — Nobre Senador Argemiro de Figueiredo, é o meu intuito — denunciar a Nação o crime praticado e evitar que se consuma outro crime maior importando sal no momento em que temos, nas salinas do Nordeste, em estoque, seiscentas mil toneladas de sal. Este é o meu grito de protesto contra essa premeditação.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. DUARTE FILHO — Com todo o prazer.

O Sr. Eurico Rezende — O assunto foi amplamente discutido na época. Lembro-me até de que houve um discurso do ex-Senador João Argemiro a respeito. Formaram-se então duas correntes: uma corrente governamental, entendendo ter sido perfeitamente justificada a medida de importação do sal; e a corrente liderada pelo ex-Senador João Agripino, entendendo que então havia necessidade daquela medida.

Não acredito, pois, que se tenha praticado um crime contra a Nação, porque o Governo passou a surgir, justamente, para combater os crimes. O eminente Senador Argemiro de Figueiredo manifesta, depois do justo elogio, sua confiança no Sr. Presidente Costa e Silva, entendendo que S. Exa. não permitiria, no seu Governo, a adoção de medidas como a que ora é objeto da crítica do nobre orador! Mas devo dizer a V. Exa. que a questão, naquela época, foi tão arduada que figurou na agenda de reunião ministerial onde se encontrava o futuro Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva. Ora, S. Exa. participou da reunião e, portanto, não deve ter visto, na operação, qualquer aspecto de ilicitude. Lembro-me de que, a respeito, o Ministério da Indústria e do Comércio prestou amplas informações. Não tenho aqui o *dossier*, mas sei que prestou amplas informações. Lembro-me, ainda, de que, depois da prestação de informações, o assunto ficou inteiramente superado. E a importação se fez. Entendo, sem conhecer a matéria — que pela ausência é um absurdo — que, em relação ao sal, ocorre o mesmo que tem acontecido com o chumbo e outros minérios. Temos fatos aqui, no Brasil, em que se importa.

De modo que deve haver alguma justificativa válida. Agora, o que não deve ter havido foi a prática de crime contra os interesses do País. A respeito dessa incriminação é com eu, pessoalmente, orando o meu protesto.

O SR. DUARTE FILHO — Senador Eurico Rezende, ouvi com atenção o aparte de V. Exa. Mas V. Exa. omissão deve estar lembrado de que, no início do meu discurso ou fraci que esta importação havia sido motivada pelo levantamento das salinas feito pelo extinto Instituto Brasileiro do Sal, deixando de computar o sal que existia estocado nas cidades de Mossoró, Macau e Areia Branca, no Rio Grande do Norte, e na cidade de Aracati, no Ceará, que se elevava a centenas de toneladas. Pelos dados

fornecidos pelo Instituto Brasileiro do Sal, ficou provado que apenas no ano de 1964 houve necessidade de importar sal, como já declarei. Em 1965, tínhamos, em estoque, 199 mil toneladas de sal e importamos 196 mil toneladas. Não havia, em 1965, necessidade de importar sal. Em 1966, tínhamos em estoque, nas salinas do Rio Grande do Norte, 360.032 toneladas de sal estocado. E fora importadas 126.411 toneladas.

Não quero envolver a personalidade do ilustre ex-Presidente da República, absolutamente. Fiz referência ao Instituto Brasileiro do Sal e tanto minhas palavras são verdadeiras, que houve um inquérito dentro do Instituto, para saber como se tinha processado essa importação tão grande de sal, quando não havia necessidade para tanto. Se estou fazendo essa referência, é porque a minha terra, Sr. Senador Eurico Rezende, é a maior vendedora de sal.

Até o começo do ano de 1965, de Mossoró, cerca de cento e cinquenta caminhões carregados de sal, saíam, diariamente, em carretas, com destino ao Sul do País e traziam de volta mercadorias diversificadas para o Norte. Daí o meu protesto, por ver a minha Cidade sacrificada e os seus quarenta moedores de sal falidos, amigos que conheço desde a infância, trabalhadores sacrificados pela imprevidência de homens que não podem estar à frente de qualquer Instituto. Apelo às autoridades para que evitem a importação do sal, porque se isto acontecer de novo, será um desastre para a minha terra que vive da exportação salinifera.

O Sr. Eurico Rezende — Estou de pleno acordo com V. Exa. e entendo que V. Exa. defenda sua terra, o que aliás tem sido uma constante de V. Exa. nesta Casa, como representante do Rio Grande do Norte e de toda a região salinifera. Mas V. Exa. vai me permitir, diante das suas expressões, caracterizar que o assunto merece estudo, porque V. Exa. mesmo reconheceu que no ano de 1964 houve necessidade da importação.

O SR. DUARTE FILHO — Realmente houve.

O Sr. Eurico Rezende — De modo que isso já faz com que não tenhamos ares de estupefação quando se procura importar sal. Agora, insisto em que o assunto foi estudado não apenas pelo extinto Instituto do Sal. Foi estudado nos níveis intermediários da administração ...

O SR. DUARTE FILHO — Certamente com dados fornecidos pelo Instituto.

O Sr. Eurico Rezende — ... e mais, pelo estado-maior ministerial. De modo que isso realiza no meu espírito a presunção de validade. Mas, congratulo-me com V. Exa. pelos seus cuidados, pelos seus apelos e estou certo de que o Governo procurará dar uma solução a esse problema de modo a que não mais venhamos a importar sal.

O SR. DUARTE FILHO — Já tenho a palavra de S. Exa.; o Sr. Ministro Macedo Soares, de que é contra a importação e tudo fará para não importarmos mais sal.

O Sr. Eurico Rezende — Mas, o Ministro Macedo Soares falou há pouco que é contra a estatização do seguro, falou isso publicamente, e, graças a Deus, vai haver a estatização. De modo que V. Exa. não deve se entusiasmar com a palavra de S. Exa.

O Sr. Aurélio Vianna — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. DUARTE FILHO — Pois não.

O Sr. Aurélio Vianna — Creio que V. Exa. deve aceitar a palavra do Ministro Macedo Soares. É um homem de grande capacidade de trabalho, é de idoneidade moral com-

provada, é homem de posição firmada.

Mas desejo declarar que o discurso de V. Exa. está baseado em estatísticas, em dados concretos irretorquíveis. V. Exa. traz um depoimento para a Nação brasileira e se critica a Voz do Governo que passou, esse governo foi objeto, mais uma vez, de críticas feitas pelo próprio Senador Eurico Rezende que, no seu papel de representante de um povo, do povo do Espírito Santo, quando os interesses da sua gente são atingidos, ele se levanta da tribuna para defender esses mesmos interesses. V. Exa., como nordestino, que sabe dos sofrimentos da nossa gente, do nosso povo, que a inquietação impera naquela região, que a miséria grassa e ameaça o País de verdadeira comoção, como vinham denunciando os autores materiais e intelectuais da denominada Revolução de Abril, como hoje ainda é denunciado este fato por figuras exponenciais da política, das letras e da religião, V. Exa. está fazendo o seu papel na tribuna, e da tribuna lança um grito de alerta, principalmente como governista, para que as autoridades que detêm o poder, neste instante, não cometam o mesmo erro que cometeram as autoridades de um passado muito recente. É possível que, havendo essa quantidade de sal estocado, se promovia uma evasão de divisas necessárias para este País? É possível que, havendo nos campos do Rio Grande do Sul e do planalto, uma quantidade imensa de boi em pé se importe carne? Então quem protesta, quem alerta as autoridades sobre esse problema está cometendo um crime de lesa-pátria ou está prestando um serviço à Nação?

V. Exa. está de parabéns pelo discurso que está pronunciando, e não falo como oposicionista, mas como brasileiro, como representante da Guanabara e como nordestino também.

O SR. DUARTE FILHO — Fico muito grato ao aparte de V. Exa.

Estou aqui dando aqui um brado de alerta contra o que se pretende fazer em relação ao meu Estado, que hoje vive, no seu setor econômico, quase que exclusivamente de sua indústria salinifera. Contra isso estou revoltado.

Não creio, absolutamente, que as altas autoridades da Nação permitam a importação de sal quando temos no nosso parque salinífero, só no Rio Grande do Norte, 360.000 toneladas em estoque.

Retomando a leitura.

A indústria salinifera do nordeste brasileiro data de mais de 300 anos, pois já em 1605, Jerônimo de Albuquerque já doava aos seus filhos terrenos de salinas no Rio Grande do Norte para sua exploração comercial. Durante três séculos e meio essa indústria vem se arrastando por processos rotineiros, a braços humanos, num trabalho exaustivo, que transforma o sertanejo — que era "antes de tudo um forte" — em um homem alquebrado e doente, envelhecendo precocemente, pelo rigor do seu trabalho, todo ele feito sob a inclemência de um sol escaldante e sem a mínima proteção para o seu corpo e para a preservação de sua saúde. Somente o nordestino tem suportado a dureza do trabalho de salina. No Rio Grande do Norte cerca de 30.000 mourejam, nos períodos de estiagem, naquele árduo serviço.

Mesmo assim, já afirmou alguém — "é a salina que equilibra a região, apesar das secas".

Mas, um sopro de renovação vinha se fazendo sentir na indústria extrativa do sal — a sua mecanização —, com o fim de aprimoramento de sua qualidade e diminuição do seu custo nas fontes produtoras. Infelizmente, a importação do sal estrangeiro, processada nos anos de 1964 a 1966, provocando a crise que ainda hoje per-

quase totalidade o ritmo deste grande melhoramento.

Já afirmaram, Senhor Presidente e Senhores Senadores, que o nordestino vive de esperança, se alimenta de esperança e dorme sonhando com a esperança. É o seu destino. É a sua predestinação. E assim sendo, uma nova esperança lhe bate à porta.

O Governo atual está tomando providências que, se efetivadas, como acreditamos, constituirão mais um importante passo para a solução do problema da indústria do sal, transformando em realidade a esperança que obstinadamente vem acalentando várias gerações de norte-riograndenses.

No dia 11 de maio findo, foi assinado, no Gabinete do Ministro dos Transportes, um protocolo, pelo qual o Governo Federal, estabelece um regime de concessão e normas de cooperação para que os industriais saliniferos do Rio Grande do Norte tenham possibilidades de construir terminais nos portos de Areia Branca e Macau, maiores centros produtores de sal do País. Para conhecimento dos Senhores Senadores e, para que fiquem registrados nos arquivos desta Casa, transcrevemos os termos do referido protocolo e que são os seguintes:

"1º) Implantação de dois terminais, um em Macau e outro em Areia Branca".

2º) A operação dos terminais será realizada sob a forma de serviço público, obedecendo ao regime de concessão.

3º) Fica acordado que os industriais saliniferos assumem o compromisso de realizar projetos e construção sob sua responsabilidade, ou de entidades a serem criadas pelos mesmos para tal fim, contando com a colaboração financeira do Governo — financiamento e/ou aval através do Tesouro Nacional ou de estabelecimentos oficiais de crédito.

4º) O Ministro dos Transportes, considerando os aspectos políticos e sócio-econômicos que configuram a questão e a fim de assegurar dentro do espírito da livre empresa a equanimidade de oportunidades às duas áreas, fixa para o início da operação o prazo de 36 meses a serem contados depois de dez dias, a partir desta data, dividido o prazo de 36 meses em: a) apresentação a Comissão dos Terminais Saliniferos do estudo de viabilidade, no prazo máximo de quatro meses; b) idem do projeto no prazo máximo de nove meses; c) início das obras no prazo máximo de dez meses; d) conclusão da construção no prazo máximo de 36 meses.

5º) O Governo considera para efeito de obtenção de financiamento externo a obra como de caráter prioritário.

6º) O Ministério dos Transportes se compromete a providenciar o processamento da concessão das operações das instalações portuárias as entidades que forem criadas, tão logo seja concluído o projeto de viabilidade técnica-econômica.

7º) O Ministério dos Transportes, através da Comissão dos Terminais Saliniferos (CTS), se compromete a entregar dentro de 10 dias aos industriais saliniferos as plantas topo-hidrográficas da região, levantadas em convênio entre o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis e a Diretoria de Hidrografia e Navegação do Ministério da Marinha. (O prazo já foi cumprido e as plantas entregues.)

8º) Concluídos os estudos de viabilidade, as entidades criadas pelos industriais saliniferos apresentarão os mesmos às agências financeiras, nos termos da cláusula terceira.

9º) Fica estabelecido que os terminais deverão, no prazo máximo de 36 meses, entrar em operação simultaneamente, a fim de ficar assegurada a equanimidade estabelecida na condição quarta.

10º) Ocorrendo o fato de um dos terminais não estar concluído ao término do prazo fixado de 36 meses, aquele que já se encontrar em condições de funcionamento entrará em operação sem qualquer embargo.

11º) O Ministério dos Transportes se reserva o direito de intervir em qualquer dos terminais caso não sejam atendidos os prazos estipulados.

1º) A supervisão geral será feita pelo Ministério dos Transportes, através da Comissão de Terminais Saliniferos, e a fiscalização das obras estará a cargo do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis."

Como vimos, o documento impõe prazo rígido para a conclusão dos terminais e, além de outras obrigações, oriundas do Governo Federal, condições foram impostas aos industriais saliniferos, que nos fazem acreditar na sua realização.

Por estes portos saliniferos o meu Estado vem lutando há quase meio século, porque, sem equipamento adequado para o embarque do sal, nos portos de Macau e Areia Branca, o Rio Grande do Norte não teria condições de expandir a sua indústria de sal, nem a possibilidade de baixar o custo do seu produto. Atualmente, operações acessórias encarecem sobremaneira o embarque do sal. É preciso que barcas de 70 a 100 toneladas conduzam o produto das salinas para o costado do navio, fundeado a 10 ou 12 milhas da costa e num ritmo médio de, apenas, 700 toneladas por dia. O que quer dizer, para um vapor de tonagem média, seriam necessários 10 dias para o seu carregamento. Com os terminais em funcionamento, este mesmo vapor será despachado, com carga completa, em apenas 10 horas de trabalho. E a indústria salinifera do Rio Grande do Norte que se encontra estancada com as suas 900.000 toneladas de produção anual, sem condições de expandi-la, por deficiência de embarque, poderá aumentar consideravelmente a sua produção, porque terá assegurado, com os terminais, o seu escoamento. Cálculo mais autorizado estima em 90 por cento a economia nas operações acessórias e em 40 por cento a redução no frete marítimo pela maior rotatividade dos navios.

Por esta razão, Senhor Presidente e Srs. Senadores, nós, norte-riograndenses, só temos motivos de dirigir nossos louvores, nossos parabéns, ao Senhor Ministro Mário Andreazza que com decisão, com firmeza, com patriotismo, abriu amplas perspectivas à iniciativa privada para a solução deste importante problema.

Duas são as medidas essenciais para diminuir o preço do sal e melhor aprimoramento de sua qualidade — a mecanização das salinas, o que é óbvio, e a construção dos terminais saliniferos. Resta-nos um terceiro problema, que, se solucionado, contribuirá, também, para baixar o custo equitativo do cloreto de sódio pelos consumidores. É o equipamento para o desembarque rápido nos portos do Rio Santos, Paranaguá, Rio Grande e Pelotas, maiores centros distribuidores no Sul do País. É uma providência governamental que certamente será tomada na consideração devida.

O embarque, o transporte e o desembarque do sal constituem, no momento, os maiores fatores do seu encarecimento. Enquanto a produção atual consome 14,16 por cento do valor monetário do cloreto de sódio aquelas operações absorvem 70,30 por cento! Cinco vezes mais o seu valor produtivo, como veremos:

O preço médio de uma tonelada de sal a granel, "em" Porto de Santos é

atualmente, de NCr\$ 65,00 — assim discriminado:

Custo de produção — NCr\$ 10,00.
Frete marítimo — NCr\$ 30,00.
Serviços acessórios de embarque — NCr\$ 10,00.
Impostos — NCr\$ 10,00.
Lucros e eventuais — NCr\$ 5,00.
Total: NCr\$ 65,00.

Eis porque, Senhor Presidente, não é exagero afirmar, e disto estamos absolutamente convictos, que, com a mecanização das salinas, reduzindo o custo de fabricação; com os terminais em funcionamento, diminuindo de 10 por cento as operações acessórias de embarque; com a maior rotatividade dos navios, proporcionada pelos terminais e aparelhamento dos portos do sul, baixando em 40 por cento o frete marítimo, a indústria salinera do meu Estado ficará em condições de entregar o sal da sua produção por um preço equivalente a 60 por cento do que o faz atualmente. Isto é, a NCr\$ 39,00.

Não há no Brasil e, provavelmente, no mundo inteiro, região com condições mais favoráveis para fabricação do cloreto de sódio, a custo de elementos naturais, do que os terrenos salinos do Rio Grande do Norte. São impermeáveis, ventos fortes e constantes, que lá chamamos de nordeste, a unidade do ar muito baixa, a ausência de chuvas por longo período do ano, o calor causticante mantido por um sol abrasador, fornecem condições extraordinárias para a evaporação da água do mar e depositar nos terrenos planos os cristais de cloreto de sódio.

Segundo os técnicos do ex-I.B.S., temos possibilidade de produzir 6.000.000 de toneladas de sal no parque salinero de Macau e 4.000.000 no triângulo formado pelos municípios de Areia Branca, Grossos e Mossoró. Só temos de remover os obstáculos que estrangulam a expansão desta importante indústria. Pelos métodos rotineiros ainda adotados em quase todo o Rio Grande do Norte, a produção de sal é apenas de 52,7 quilos por metro quadrado de área de cristalização, mesmo assim, a maior do País, como demonstraremos:

Rio Grande do Norte — 52,7 quilogramas por m² de área de cristalização.

Ceará — 33,2 quilogramas por m² de área de cristalização.

Rio de Janeiro — 27,1 quilogramas por m² de área de cristalização.

Maranhão — 26,8 quilogramas por m² de área de cristalização.

Piauí — 18,3 quilogramas por m² de área de cristalização.

Sergipe — 15,7 quilogramas por m² de área de cristalização.

Bahia — 13,1 quilogramas por m² de área de cristalização.

Pernambuco — 6,9 quilogramas por m² de área de cristalização.

Paraíba — 5,7 quilogramas por m² de área de cristalização.

Alagoas — 1,2 quilogramas por m² de área de cristalização.

Com a mecanização de suas salinas o maior centro produtor do País poderá elevar-se de 52,7 para 300 quilos a produção de sal por metro quadrado de área.

Assim, só com este melhoramento já poderemos vislumbrar o aumento da produtividade, não na base de todas as nossas possibilidades (10.000.000 de toneladas), mas em torno de quatro milhões.

A demanda atual no país é, de aproximadamente, 1.200.000 toneladas, o que nos dá um consumo per capita, por ano, de apenas 15 quilos, o menor índice de consumo deste produto nos principais países do mundo. Vejamos.

Consumo per capita:

U.S.A. — 142 kg.

Inglaterra — 110 kg.

Alemanha Oriental — 115 kg.

Alemanha Ocidental — 73 kg.

Canadá — 113 kg.

Frância — 80 kg.

U.R.S.S. — 29 kg.
Brasil — 15 kg.

Se levarmos em conta, porém, o aprimoramento do produto (maior consumo na indústria de transformação) e o seu menor preço aquisitivo (consumos humanos e pecuário e a sempre crescente procura do produto na indústria de transformação) não seria exagerada a previsão de dobrarmos, em prazo relativamente curto, o consumo per capita, elevando, assim, a nossa demanda para 2.400.000 toneladas. Contudo, sobraría uma quantidade apreciável de sal que, pelo seu baixo custo de produção, nos colocaria em condições vantajosas no mercado competitivo internacional.

Mas, a indústria salinera, com o seu desenvolvimento racional, não se limitará apenas à fabricação do sal comum, do cloreto de sódio, pois, da produção em alta escala resultará abundância de salmoura concentrada que nos fornecerá vários sais de profunda repercussão na economia do país. O aproveitamento destas águas mares fornecerá, além do cloreto de sódio, o gesso, o cloreto de potássio, o sulfato de potássio, o óxido de magnésio, o carbonato de magnésio, o hidróxido de magnésio, o sulfato de sódio, o cloreto de magnésio e o bromo, todos eles com vasto emprego na indústria e na agricultura.

Sómente a produção de cloreto de potássio (cerca de 80.000 toneladas quando aproveitadas todas as águas mares, resultantes da produção de 4.000.000 de toneladas de sal) talvez, só ele, justificasse a industrialização das salmouras concentradas.

O Sr. José Ermirio — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. DUARTE FILHO — Com prazer.

O Sr. José Ermirio — V. Ex.^a referiu-se a produto dos mais necessários ao Brasil. O potássio de Sergipe, por exemplo, até hoje não foi industrializado nem retirado do solo. Aproveitando-se a água-mãe do Rio Grande do Norte, V. Ex.^a calcula — e pude verificá-lo em 1964, quando lá estive — podiam ser produzidas, como subproduto, oitenta mil toneladas. Porque não se resolve isto? Qual a razão desta interferência interna e externa, contra coisas tão úteis ao Brasil? Que resposta o Governo.

O SR. DUARTE FILHO — Nobre Senador José Ermirio, agradeço o seu oportuno aparte.

(Retomando a leitura)

Fonte de adubo potássico, o cloreto de potássio é, para o Brasil, no dizer do professor Frois Abreu, quase tão importante como o petróleo e que só com a fertilização poderemos aumentar a nossa produção agrícola e pastoreil. Vale ressaltar o imenso interesse dos sais de potássio para o mundo, cuja produção até pouco tempo estava em mãos de um cartel chefiado pelos alemães. Os USA e a Inglaterra conseguiram se libertar deste controle, o 1º dentro de seu próprio território após exaustivas pesquisas e o 2º retirando o potássio das águas mares do Mar Morto. Resta-nos libertarmos o Brasil da importação de um produto de máxima importância para sua economia e sua expansão industrial.

E mais. Outros sais, acima citados, serão fornecidos pelas águas mares e terão emprego abundante nas seguintes indústrias já implantadas no País: cimento, papel, celulose, farmacêutica, produtos refratários, borracha, vidros, cerâmica, abrasivos, tintas, plásticos, têxteis, Rilsan sabões e derivados, óleos vegetais, metalúrgica, solventes, anilinas, construção naval, aeronáutica, automobilística, material elétrico, fluido para extintores, pirotécnica, produtos para agricultura (adubos e germicidas), além de tratamento d'água sem o qual muitas vi-

das seriam sacrificadas. Poderíamos citar mais uma centena de empregos desses subprodutos resultantes da industrialização racional do sal. Fizemos referência, apenas, aos mais importantes, de utilização mais vasta, com os quais poderíamos abastecer a indústria nacional e concorrer com o mercado mundial, para colocação dos excedentes, na falta de absorção total pelo consumo interno.

A implantação dessa indústria racional, de grande, de imenso alcance para a economia do nosso país, sabemos, não será tão fácil. Fatores limitativos vultosos, deficiência de elementos humanos nos vários setores da indústria e insuficiência, ainda no momento, de pesquisas, conhecimentos científicos e tecnológicos. Mas, estes fatores, estes problemas, também, se antepõem ao progresso em quase todos os setores da indústria nacional. Mesmo assim, nada temos a recear. Confieemos, e os exemplos já são numerosos, na inteligência, no trabalho e no patriotismo dos brasileiros, que desejam ver sua pátria emancipada com a consolidação do seu parque industrial.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Senadores, o estudo da implantação racional da indústria salinera no nosso Estado não ficaria completo se a ele não juntássemos um outro fator primordial que diz respeito à conservação de sua produção, realizada no período da estiagem anual — o disciplinamento dos rios que margeiam as salinas com o qual seriam evitadas as grandes alagações dos parques salineros, frequentes de ano para ano. Tivemos inundações no Rio Mossoró, onde as salinas são mais vulneráveis as enchentes, em 1917, 1924, 1934, 1951, 1961, 1965 e este ano já três alagações ocorreram, a última das quais, a maior, no mês próximo passado. Nestas alagações, como vimos, 76.500 toneladas de sal foram perdidas e prejuízos incalculáveis se fizeram sentir nas salinas, mesmo onde não houve destruição de sal. Em 1965 foram perdidas 30.000 e em 1961, 250.000 toneladas de sal estocadas nos aterros das salinas do Rio Mossoró, foram destruídas! E assim tem sido em todas as grandes enchentes: destruição de sal estocado e deterioramento das salinas.

Para evitar esses prejuízos frequentes e que põem em perigo a continuidade das imensas possibilidades do parque salinero do Rio Mossoró, é indispensável que se promova, sem perda de tempo, o disciplinamento do referido rio, para o que deverão ser tomadas as seguintes providências:

1º) Construção de barragens no Rio Mossoró;

2º) Construção de barragem no Rio Upanema, afluente do Rio Mossoró e que deságua nas proximidades de sua foz;

3º) Canal de derivação do Rio Mossoró;

4º) Endicamento do Rio Mossoró, próximo ao seu estuário;

5º) Canal de derivação do Rio Upanema para o Rio Mossoró.

São obras que somente o Governo Federal terá condição de executar por intermédio dos seus órgãos especializados — o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e o Departamento Nacional de Obras e Saneamento, com a indispensável cooperação da SUDENE.

Sabemos que aqueles Departamentos estão, técnica e materialmente, em condições de realizar as referidas obras, em prazo relativamente curto. Ao DNOCS ficariam afetos os dois primeiros itens e ao DNOS os três últimos. Data vinda dos seus técnicos, e sem querermos indicar aqueles Departamentos qualquer orientação, mas apenas no desejo de abrir o debate, transcreveremos para aqui as sugestões que nos foram fornecidas.

Ao item 1º — A) Conclusão da Cruz, no município de Lodi, RN., B) Construção do Açude Santa Cruz, no município de Apodi, RN., projetado para acumular 200.000.000 de mts cúbicos d'água e segundo informe que me chega extra-oficialmente, já ampliado para 700.000.000 metros cúbicos..

Ao item 2º — Estudo de um açude no Boqueirão de Poço Verde, Município de Upanema, RN, com características excepcionalmente favoráveis a uma grande bacia, por preço relativamente baixo.

Os itens 3º, 4º e 5º referem-se a obras no estuário do Rio Mossoró, e no seu afluente — Upanema, ficando os seus estudos e execuções a cargo do DNOS. Este Departamento já efetuou estudos preliminares a respeito das enchentes neste estuário. O assunto, segundo nos consta, foi examinado pelo Distrito de Recife, PE, em cuja jurisdição está compreendida a região de Mossoró. O Canal de derivação (item 3º), numa extensão de 25 km, feito pela margem esquerda do rio, serviria de escoadouro suplementar, desviando parte das águas nas grandes enchentes. O item 4º alude ao endicamento do Rio Mossoró próximo a sua foz, numa extensão de 7,5 km o que serviria também para disciplinamento das enchentes. O item 5º diz respeito a canal de derivação, numa extensão de 5 km entre o Rio Upanema e o Rio Mossoró, desaguação neste, o que evitaria as alagações pelo chamado Alagamar, isto é, ficariam as salinas da margem direita do Rio protegidas das grandes alagações.

A execução dessas obras, no que se refere ao DNOCS, além de constituir parte do disciplinamento das rias Mossoró e Upanema, evitando as alagações nas salinas, frequentes de ano para ano, como vimos, evitando prejuízos incalculáveis ao seu parque salinero e pondo em risco a continuidade de sua produção, ainda teria a vantagem de perenizar os referidos rios, possibilitando o abastecimento d'água e saneamento nas cidades de Itaip, Apodi, Felipe Guerra, Governador Dix-Sept Rosado de Mossoró, às margens do Apodi e a cidade de Upanema, banhada pelo rio do mesmo nome. Ainda mais, a perenização desses rios é um incentivo à indústria agro-pastoreil, que dilataria suas imensas possibilidades na região, além de assegurar trabalho e retribuir uma população de 150.000 pessoas da seca e da fome em que vivem.

Dai enviamos o nosso apelo, que é também o do Rio Grande do Norte, ao Exmo. Sr. Ministro do Interior, Gen. Afonso de Albuquerque Lima, para que promova por intermédio do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, com a urgência possível, os estudos e a concretização destas obras que representarão para o Estado a solução de relevante problema sócio-econômico e para o seu povo a sua redenção.

Quanto ao serviços no estuário do Rio Mossoró, complemento do seu disciplinamento, assegurando ao parque salinero do triângulo Mossoró-Areia Branca-Grossos sua sobrevivência e aumento de sua produtividade, ficariam a cargo do DNOS, repartição especializada no assunto. Constatamos, que, em princípios de 1965, este Departamento pôs à disposição do antigo I.B.S., a sua maquinaria para as obras do estuário do Rio Mossoró, solicitando apenas a ajuda financeira da autarquia para as despesas com combustível e manutenção dos equipamentos. Apesar das milhões de dólares acumulados no Fundo do Sal, o então Presidente do ex-I.B.S., se recusou a esta cooperação, mantendo-se tratando de obras que se destinavam ao incremento e aumento da produção salinera. É possível, e acreditamos, que o Departamento Nacional de Obras e Saneamento não disponha dos recursos financeiros necessários

para executar tais obras. Mas, Senhor Presidente e Srs. Senadores, o Fundo de Desenvolvimento do Sal tem, em depósito no Banco do Brasil S. A., ou em empréstimos aos industriais salinheiros, por intermédio deste estabelecimento de crédito, aproximadamente NCR\$ 5.000.000,00 resultantes do lucro da importação do sal no triênio 1964-66, sem contar com os NCR\$ 2.000.000,00 retirados do aludido fundo para o custeio, no corrente exercício, da Comissão Executiva do Sal (Decreto-lei nº 237, de 23 de fevereiro de 1967 — art. 18 e parágrafo 1.º). Já que existe o numerário, por que não utilizá-lo em serviços que representem o amparo e o desenvolvimento da indústria salinheira? Por que não utilizá-lo para ir de encontro a iniquidade que foi tão sacrificada pela importação do sal estrangeiro, tanto a nível deste depósito? Seria uma medida justa e equitativa, não por que terminando, Sr. Presidente, e com o início de tratarmos nesta modesta comissão ao Governo, para solucionar o importante problema, oferecemos à Casa o seguinte

PROJETO DE LEI

Autoriza a Comissão Executiva do Sal a realizar operações de financiamento e obras para proteção da indústria salinheira.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' a Comissão Executiva do Sal, criada pelo Decreto-lei nº 237, de 23 de fevereiro de 1967, autorizada a realizar operações de financiamento de obras com o Departamento Nacional de Obras e Saneamento ou outra entidade de direito público interno, utilizando pelo menos 50% dos recursos a que se refere o art. 1.º do Decreto nº 5.122, de 16 de maio de 1963, no custeio de despesas com a disciplina das vazões do Rio Mosoró e seus afluente, tendo por objetivo a proteção da indústria salinheira.

Parágrafo único. As obras referidas neste artigo terão caráter prioritário e vitalício, sobejando, à construção de barragem e canais de derivação.

Art. 2.º O Poder Executivo, dentro de 30 dias contados da publicação desta lei, baixará os atos necessários à sua execução, inclusive nomeando comissão para, em igual prazo, oferecer estudo técnico relativo ao programa de obras a ser previsto.

Art. 3.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Retorgam-se as disposições em contrário.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente, e peço desculpas por ter abusado do tempo que V. Exa. me concedeu. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

José Guimard
Oscar Passos
Milton Tancade
Sebastião Antier
Petrônio Fontela
Paulo Siqueira
Dinarte Mariz
Domício Gondim
Aron de Melo
José Leite
Antônio Balbino
Jocaphat Marinho
Milton Campos
Benedito Valladares
Mecura Andrade
João Abrahão
Aramando Storni
Pedro Ludovico
Filinto Müller
Melo Braga
Daniel Krieger

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

E' lido o seguinte

Requerimento nº 511, de 1967

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., na forma regimental, que se digne, ouvido o Plenário, oficial ao Senado dos Estados Unidos da América do Norte, no sentido de aquela Casa considerar com simpatia as pretensões do Brasil que serão levadas à consideração da Organização Internacional do Café, por ocasião da reunião preparatória programada para este mês, com vistas à próxima reunião efetiva a realizar-se de 25 de agosto à 16 de setembro de 1967, em Londres.

Esta solicitação se justifica plenamente face à posição que o Brasil sempre tem assumido de colaboração ao bom entendimento entre os países produtores e consumidores, posição, certamente, que tem camuflado para o Brasil a maior carga de sacrifícios, notadamente, nos últimos anos.

Como o maior país produtor de café, o Brasil tem, de modo até generoso, compreendido e suportado entrocamente os maiores crises, procurando conciliar a sua política nacional com a política internacional, por entender que o equilíbrio e a queda proteja relações intensas nessa, numa hora de grande tensão entre as áreas políticas em que está o mundo dividido.

Em contrapartida, os Estados Unidos da América do Norte, como o maior país consumidor de café deve compreender o esforço, a boa vontade e o sacrifício que o Brasil tem se imposto para estabelecer um equilíbrio entre a produção e o consumo procurando, em consequência, orientar sua Delegação que irá a Londres para colaborar e apoiar, por serem os mais justos, os pontos de vista que o Brasil esposará nesta reunião preparatória, através de Heráclio Sabino Coimbra, Presidente do Instituto Brasileiro do Café.

Sala das Sessões, 19 de junho de 1967. — *Nélio Braga*.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — O requerimento vai às Comissões de Relações Exteriores e de Economia.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — O Sr. 1.º Secretário vai proceder à leitura do projeto de resolução que se acha sobre a mesa.

E' lido o seguinte

Projeto de Resolução nº 51, de 1967

Institui Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no Banco do Brasil S. A.

Art. 1.º É constituída, nos termos da letra "a", do art. 149, do Regimento Interno, Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar:

a) as transações autorizadas pelo Banco do Brasil no período de 1.º de janeiro a 15 de maio de 1967;

b) o percentual de empréstimo feito a firmas brasileiras e estrangeiras.

Art. 2.º A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar de sua instalação, para apresentar relatório sobre o apurado, podendo colher depoimento em sessão secreta, requeirando-se os limites do sigilo bancário.

Art. 3.º A Comissão será composta de 7 (sete) Senadores e terá o crédito especial de NCR\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros novos) para as despesas decorrentes do seu funcionamento, inclusive deslocamento de pessoal da Capital da República, se for o caso.

Art. 4.º No desempenho de suas funções, poderá requisitar funcionários do Senado ou do Poder Público Federal.

Justificação

O presente Projeto de Resolução se justifica por envolver uma grave, muito grave denúncia ao Governo atual, às correntes partidárias e ao povo brasileiro. Não a formulo, todavia, para que se perca nos primeiros comentários, nem, tampouco, para que se atue mais uma irregularidade a débito do patriotismo do nefasto e impróprio Governo anterior. Denunciei-a para que sejam convocados a esta Senado e deponham em Comissão de Inquérito os principais responsáveis pela criminosa liberalidade com que se manipulou o dinheiro da Nação.

Oraço ao meu conhecimento, Senhor Presidente e Senhores Senadores, que dias antes, às vésperas quase, da alta provocada do dólar, o Banco do Brasil autorizou empréstimos em premissória a várias firmas estrangeiras que operam no País, em escala que atinge as raízes do escândalo.

A transação, como é óbvio, esmaga todos os ritos de normalidade operacional e reporta como um privilégio, um favorecimento ilícito, uma medida de exceção que rompeu todas as normas do Banco Oficial. Sabe-se, Senhores Senadores, como é rígido e rigoroso o Banco do Brasil ao efetivar empréstimos em todas as suas cartilhas. Não atenta ele tão somente pela liquidez das operações, mas, principalmente, pela a finalidade social do empréstimo.

Ora, às vésperas de uma alteração cambial, quando os círculos da intimidade do anterior Governo se debruçaram à busca de dinheiro para a compra do dólar, companhias estrangeiras aderiram ao festival da negociação e encordaram em suas malhas o sôvero Banco do Brasil transformando-o em "galinhas dos ovos de ouro" que lhes multiplicou as fortunas da noite para o dia.

E, além disto, uma outra informação, por igual da suma gravidade, vem ao meu conhecimento: 70% dos tomadores de numerário no Banco do Brasil eram firmas estrangeiras. Tão escandalosa é a estatística que no intuito de atar as dimensões da escandalosa preferência a atual direção do Banco deliberou diminuir para 50% a incidência do ignominioso privilégio.

Assim é Senhor Presidente e Senhores Senadores, que atendendo à índole da apuração ora solicitada, é possível que por imperativo das normas do instituto pelo sigilo bancário, necessitemos fazer funcionar a Comissão sob o timbre do segredo de Justiça. Entendo-lo da maneira melhor, em paz com a lei, mas realmente contra a vergonhosa trama, amarrando a preciosa operação, em todas as fases do seu trâmite.

Sala das Sessões, 19 de junho de 1967. — *Senador José Ernirio de Moraes*.

1. Argemiro de Figueiredo
2. Joaquim Lobão da Silveira
3. Paul Gluberti
4. V. B. Ferreira Neto
5. Leonardo Mariz
6. Carlos Lindenberg
7. Adílio Fontana
8. Eurico Recende
9. Duarte Filho
10. Vasconcelos Torres
11. Paulo Tórcs
12. José Martins
13. Pedro Ludovico
14. Tristão Vilela
15. Catete Pinheiro
16. Victorino Freire
17. Wilson Gonçalves
18. Aurélio Vianna
19. José Ruben de Lencastre
20. Melo Braga
21. Edmundo Levi
22. Júlio Leite

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — O documento lido contém subscritores em número para constituir, desde logo, Resolução do Senado, nos termos do art. 53, da Constituição e do art. 149, letra "a", do Regimento Interno. Será publicado para que produza os devidos efeitos.

A Presidência fará, oportunamente, de acordo com as indicações partidárias, a designação de seus membros.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — O projeto-de-lei, lido da tribuna pelo eminente Senador Duarte Filho, vai às Comissões de Constituição e Justiça, de Indústria e Comércio e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 491, de 1967, de autoria do Sr. Senador Manoel Villaga, solicitando urgência, nos termos do Artigo 326, letra 5.ª, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 64-67, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região — no valor de NCR\$ 681.000,75, para o fim que especifica.

Em votação o requerimento. Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

Em consequência da deliberação do Plenário, o projeto-de-lei figurará na Ordem do Dia da quarta sessão ordinária que se seguir à presente.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1.º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte

Requerimento nº 512, de 1967

Nos termos do art. 213, letra q, do Regimento Interno, requeiro alteração da Ordem do Dia, a fim de que a matéria constante do item nº 2, seja submetida ao Plenário depois da do item 6.

Sala das Sessões, em 1 de junho de 1967. — *Eurico Recende*.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Consequentemente, passa para último lugar da Ordem do dia a matéria constante do item 2.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire)

Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 48, de 1967, que suspende, em parte, nos termos do Art. 45, inciso IV, da Constituição Federal, a execução do Art. 107 da Constituição do Estado de São Paulo (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça em seu Parecer nº 202, de 1967).

Em discussão o projeto. (Pausa) Não havendo quem peça a palavra para a discussão, dou-a como encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado. Irá à Comissão de Redação.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 48, DE 1967

Suspende, em parte, nos termos do art. 45, inciso IV, da Constituição Federal, a execução do art. 107 da Constituição do Estado de São Paulo.

Art. 1º E' suspensa a execução do art. 107 da Constituição do Estado de São Paulo, na parte em que estende aos funcionários municipais vantagens asseguradas aos funcionários estaduais no art. 93, julgada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária de 18 de agosto de 1963, no Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 13.270, de São Paulo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, devendo as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Item 4:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 48, de 1967, que suspende, nos termos do inciso IV do Art. 45, da Constituição, a execução do Art. 107 da Constituição do Estado de São Paulo, declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça em seu Parecer nº 319, de 1967).

Em discussão o Projeto? Se nenhum dos Srs. Senadores de- sejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa)

Encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O Projeto vai à Comissão de Rec- cação.

E' o seguinte o Projeto apro- vado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Suspende, nos termos do inciso IV do artigo 45 da Constituição, a execução do artigo 4º e seus parágrafos 1º e 2º da Lei nº 8.675, do Estado de São Paulo.

Art. 1. Fica suspensa a execução do artigo 4º e seus parágrafos 1º e 2º da Lei nº 8.675, de 23 de janeiro de 1965, do Estado de São Paulo, declarados inconstitucionais pelo Su- premo Tribunal Federal, nos termos do seu acórdão de 2 de março de 1963, publicado no Diário da Justiça de 25 de outubro do mesmo ano, nos autos da Representação nº 677.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e- vogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Item 5:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nú- mero 33, de 1967, (nº 1934-B-64, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir atra- vés do Ministério da Agricultura, o crédito especial de NCr\$... 300.000,00 (trezentos mil cruzei- ros novos) para atender às des- pesas com a assistência às regiões dos Estados do Pará e Piauí, atingidas pelas enchentes, tendo Pareceres, sob números 203 e 325, de 1967, das Comissões

— de Finanças, favorável.

— de Constituição e Justiça (audiência solicitada, em virtude do Requerimento nº 292, de 1967, do Sr. Senador Eurico Rezende), pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1-CCJ que oferece.

Em discussão o Projeto.

O SR. CATTETE PINHEIRO:

Pego a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Tem a pala- vra o nobre Senador Cattete Pi- nheiro.

O SR. CATTETE PINHEIRO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, o Senado vai apreciar o projeto em discussão no momento em que regiões do Pará voltam a sofrer efeitos de inundação que trazem grandes prejuízos a todo o Estado.

Dêse fato nos dá conhecimento te- legrama do Governador do Estado, que passarei a ler para ciência do Senado, num apelo no sentido da aprovação do Projeto. Muito embora relacionado o fato anterior, a situa- ção presente, parece-me poderá le- var o Executivo a uma ação mais de- cisiva e imediata, como reclamado.

Aproveito, assim, a oportunidade para também dirigir apelo ao Senhor Presidente da República no sentido de uma rápida ação de ajuda ao Es- tado do Pará.

O telegrama tem o seguinte teor:

Dirijo veemente apelo à Re- presentação do Pará, para que leve ao Sr. Presidente da Repu- blica comunicação da situação calamitosa que as enchentes na região do Baixo Amazonas, com cidades submersas e surto de ma- lária se vem verificando. Gover- nador Alacid Nunes assiste, com a desastrosa aplicação do ICM, a redução da receita mensal do Estado. Não é possível alimentar população interiorana cercada pelas águas, como nos municí- pios de Fero, Colares, Almerim, São Felix do Xingu, Altamira, Monte Alegre e outros, assolados pelas epidemias de malária e tifo sem ajuda dos órgãos fe- derais integrantes do Ministério da Saúde, impedidos de atuar em face da falta de planejamen- to e da não previsão para esta época, de uma atuação nessas zonas como a que se deseja ...

O Sr. Lobão da Silveira — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — Estou assistindo o pro- nunciamento de V. Exa. em favor das vítimas das enchentes no Estado do Pará, na região do Baixo Ama- zonas, que bem merecem o apoio e a ajuda do Governo Federal em hora tão crucial para aquelas popula- ções.

O SR. CATTETE PINHEIRO — Grato ao aparte de V. Exa.

Diz ainda o Sr. Governador:

“... Urge intervenção dedica- da e prestimosa da Representa- ção Paraense, a fim de conseguir numerário de colaboração im-ediata além de atuação do Depar- tamento de Saúde Pública. Cordiais saudações Dr. Renato Fran- co, Governador do Estado do Pará, em exercício.”

Era o que eu tinha a dizer, Senhor Presidente. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Continua em discussão o projeto. (Pausa.)

Se mais nenhum Senador quiser fa- zer uso da palavra, encerrarei a dis- cussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda. (Pausa.)

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pau- sa.)

Está aprovado.

E' o seguinte o projeto apro- vado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 33, DE 1967

(Nº 1.934-B-64, na Casa de origem)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Agricultu- ra, o crédito especial de NCr\$... 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros novos), para atender às despesas com a assistência às regiões dos Estados do Pará e Piauí, atingidas pelas enchentes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo au- torizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de NCr\$ 300.000,00 (trezentos mil cru- zeiros novos), para atender às des- pesas com a assistência às regiões dos Estados do Pará e Piauí, atingi- das pelas enchentes.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata o presente artigo será registrado pelo Tribunal de Contas da União e automaticamente distri- buído ao Tesouro Nacional.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Em votação a emenda. (Pausa.)

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pau- sa.)

Está aprovada.

A matéria irá à Comissão de Re- dação.

E' a seguinte a emenda apro- vada:

EMENDA Nº 1 — CCJ

Ao parágrafo único, do art. 1º: Suprima-se.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Item 6:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nú- mero 285, de 1966 (nº 3.493-D-66 na Casa de origem) que dispõe sobre a concessão de transporte gratuito, ou com abatimento, nas estradas de ferro da Rede Ferro- viária Federal S. A., tendo

Pareceres Contrários, sob nú- meros 291 e 292, de 1967, das Co- missões:

— de Transportes, Comunica- ções e Obras Públicas;

— de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa.) Se nenhum Senador quiser fazer uso da palavra, declararei encerrada a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Passa-se à votação do projeto, em escrutínio secreto, nos termos do Re- gimento.

O SR. EURICO REZENDE:

Sr. Presidente, peg a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. EURICO REZENDE:

(Pela ordem) — Senhor Presiden- te, o projeto que V. Exª anuncia em processo de votação recebeu pareceres contrários de todas as comissões.

(Victorino Freire) — Porfeito

O SR. EURICO REZENDE — Mas deve ser mais perfeitamente ainda. A Cons- tituição estabelece que a lei é tida como rejeitada. Parece-me que não há necessidade de deliberação do Ple- nário.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Essa maté- ria, nobre Senador, já foi discutida aqui no plenário, e o que ficou es- tabelecido é que o projeto que vem da Câmara dos Deputados, em vota- ção, deve ser votado em escrutínio secreto, não pode ser rejeitado na votação. Somente projetos de lei- gem no Senado, com pareceres con- trários das comissões, a Presidente a pode dá-los como rejeitados.

O SR. EURICO REZENDE — En- daria a V. Exª, Sr. Presidente, que me permitisse agora fundamentar a questão de ordem.

Sr. Presidente, o art. 61 da nova Constituição estabelece:

O projeto de lei aprovado por uma Câmara será revisto pela outra, em um só turno de dis- cussão e votação.

O § 2º, vale dizer, que integra o Art. 61 reza o seguinte:

§ 2º O projeto de lei, que re- ceber parecer contrário quanto ao mérito de todas as Comissões, será tido como rejeitado.

Repetindo: o art. 61 prevê, inclu- sive, a figura da instância revisora que, na prática, variante, é o Se- nado, porque diz:

O projeto de lei aprovado por uma Câmara será revisto pela outra, em um só turno de dis- cussão e votação.

O § 2º que é componente do artigo 61, diz:

§ 2º O projeto de lei, que re- ceber parecer contrário, quando o mérito, de todas as Comissões, será tido como rejeitado.

Verifica-se, então, que o art. 61 prevê, inclusive, a hipótese de re- visão e reatuação em se tratando de Ca- mara revisora a proposição, de con- formidade com o § 2º, tendo por re- sultado de todas as Comissões, a lei tida como rejeitada.

Quanto ao parecer que isto é de uma cláusula e luminosa dignas de Brasília, Sr. Presidente.

Do modo que eu não fico com a impressão de que a figura de re- visão constitucional, que é o Se- nado, se todos os pareceres foram con- trários, a proposição está rejeitada e a única formalidade que resta a ser adotada é a declaração de rejeição por parte de V. Exª. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — O assunto foi amplamente discutido em plenário, anteriormente. O Senador Josephat Marinho observou que só poderiam ser arquivados, através da rejeição, os projetos do Senado quando tivessem pareceres contrários de todas as co- missões. Mas os que vêm da Ca- mara deveriam ser submetidos à apreciação do Plenário.

Na ocasião, o Senado acompanhou a observação do Senador Josephat Marinho.

O SR. ALBERTO DE CARVALHO:

Não houve votação. A votação do Plenário é que prevalece.

O SR. PRESIDENTE:

Não houve votação; houve obser- vação.

Atendendo, porém, à questão de ordem do nobre Senador Eurico Re- zende, a Mesª vai retirar o Projeto da Ordem do Dia e mandá-lo à Co- missão de Constituição e Justiça, para que seja dada uma decisão.

O Projeto é retirado da Ordem do Dia e vai à Comissão de Constitui- ção e Justiça.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1967, originário da Câmara dos Deputados (nº 5-67 na Casa de origem), que aprova o texto do Decreto-lei nº 322, de 7 de abril de 1967, que estabelece limitações ao reajustamento de aluguéis e dá outras providências (projeto incluído na Ordem do Dia nos termos do Art. 171, número III, do Regimento Interno), dependendo de pronunciamento das Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças.

Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende, para emitir parecer em nome da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. EURICO REZENDE:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, trata-se de Mensagem que conduziu ao Congresso Nacional o texto de decreto-lei baixado pelo Senhor Presidente da República, o que estabelece limitações ao reajustamento de aluguéis e dá outras providências.

S. Ex.^a, o Chefe do Governo, editou o decreto, invocando dispositivo constitucional que permite a adoção de medida desta natureza sempre que o autorizar o interesse da segurança nacional.

Remetido o expediente à Câmara, a matéria alcançou a Casa congênere, no dia 13 de abril do ano em curso, e lá tramitou durante 30 dias.

Todos nós sabemos que a Câmara dos Deputados é um canteiro de valores do talento e da cultura nacional, principalmente no campo jurídico. Inobstante toda a densidade cultural que caracteriza os Membros daquela Casa, a Câmara dos Deputados não chegou a uma conclusão. Ficou em regime de perplexidade, tendo em vista tratar-se de matéria inteiramente nova e de rara sensibilidade também.

Na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, esteve o Projeto para receber parecer escrito. Mas, por falta de formalidades, ou seja, a anexação do original do decreto-lei, a proposição não foi votada naquele órgão técnico da Casa. Então, foi incluída em Ordem do Dia.

Ontem, assim de ímpeto, recebi o processo da Mensagem para dar parecer justamente quando tivemos uma sessão que se adentrou pela noite, no exercício da liderança do Governo, tive que participar ativamente dos trabalhos, convocado pelos pronunciamentos dos eminentes Senadores Mário Martins, Josaphat Marinho e Pedro Ludovico.

Após a sessão de ontem não me foi possível estudar a matéria e hoje, de manhã, tivemos uma reunião do Congresso Nacional que, como as outras, versou o palpitante assunto da sua Presidência.

Agora, abre-se a oportunidade para, em nome da Comissão de Constituição e Justiça, manifestar meu ponto de vista. Se se tratasse de um pronunciamento isolado meu, não teria dificuldade em fazê-lo, em formulá-lo, em explicitá-lo. Mas é que eu estou sob o peso da responsabilidade de um colegiado, em cujo nome teria de falar.

Então, Sr. Presidente, dentro da humildade cristã que me caracteriza, confesso a V. Ex.^a que não estou em condições de dar o meu parecer, porque não tive tempo para estudar a matéria. Não tenho poder de responsabilidade, mas tenho zelo no cumprimento de qualquer tarefa que envolva responsabilidade.

Com essas justificativas e com essas desculpas, peço a V. Ex.^a que me conceda um prazo razoável para que eu

possa me comportar à altura do trabalho que me foi conferido.

Teremos ainda, Sr. Presidente, sessão amanhã e segunda-feira. E, segundo informa a zelosa Secretaria-Geral da Presidência, o prazo só terminará na terça-feira.

O SR. PRESIDENTE:

(O Sr. Victorino Freire) — Informo a V. Ex.^a que o prazo terminará na segunda-feira e é improrrogável. Acresce, ainda, que talvez não haja número na sessão de amanhã. Então, sendo o prazo improrrogável, o projeto será considerado aprovado, sem o veredicto do Congresso.

O SR. EURICO REZENDE — V. Exa. vai-me permitir dizer que está muito pessimista.

O SR. PRESIDENTE:

Não estou pessimista.

O SR. EURICO REZENDE — V. Ex.^a, está dizendo que amanhã não haverá número. Tenho a impressão de que haverá. Os Srs. Senadores estarão aqui nas suas oficinas e nas suas frentes de trabalho, não só amanhã como na segunda-feira também, de modo que não faria nunca esta injustiça aos meus prezados colegas; e até no sábado, se houver necessidade, aqui estarão, porque o Brasil só se reconstrói pelo trabalho. Esse trabalho que, na opinião de Rui Barbosa, deve ser executado com mão diurna e mão noturna. Então, V. Ex.^a me dá uma sugestão, um prazo até segunda-feira, porque assim teria a oportunidade de aproveitar o fim de semana para, com o assessoramento de meus prezados colegas aqui no Senado, inclusive V. Ex.^a, que no momento preside o nosso trabalho, o Senador Manoel Villaga, o Senador Adolpho Franco e outros colegas então, oferecer o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Victorino Freire) — A Presidência não está em condições de conceder o prazo neste momento. Pediria a V. Ex.^a um esforço. Suspenderia a sessão por meia hora para que V. Ex.^a dê o parecer, porque a matéria é improrrogável.

O SR. EURICO REZENDE — Senhor Presidente, inclino-me à decisão de V. Ex.^a e concordo em examinar a possibilidade de, em meia hora, apreender todo o assunto, e se possível, dar o meu parecer.

Devo dizer a V. Ex.^a, porém que só o darei quando tiver consciência plena de que estou decidindo na conformidade dos preceitos constitucionais.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Concedo o prazo solicitado por V. Ex.^a, mas não suspenderei a sessão, porque há oradores inscritos.

O SR. AURELIO VIANNA:

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURELIO VIANNA:

(Pela ordem). — Senhor Presidente, estou inscrito em terceiro lugar. Não estando presente o nobre Senador Edmundo Levi, pediria a V. Exa. usar a tribuna, desde que a sessão não foi suspensa.

O SR. PRESIDENTE:

(Victorino Freire) — Não foi suspensa. Apenas solicitaria a V. Ex.^a, Senador Aurélio Vianna, aguardar um minuto, a fim de o Senador Guido Mondim assumir a Presidência, pois estou inscrito em primeiro lugar. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Tem a palavra o nobre Senador Victorino Freire.

O SR. VICTORINO FREIRE:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, queria trazer ao conhecimento do Senado carta que recebi do Marechal Eurico Dutra, na qual S. Ex.^a agradece as homenagens que lhe foram prestadas nesta Casa por ocasião de seu natalício, ocorrido em 18 do mês passado. (Lendo)

Rio de Janeiro, 27 de maio de 1967

Meu prezado amigo Senador Victorino Freire.

Não me surpreendeu sua manobra a 40 na tribuna do Senado ao ensejo de meu aniversário natalício. E que de longa data sua exemplar fidelidade, política e pessoal, em todos os momentos, principalmente nos mais espinhosos, o enroscou entre as afeições mais caras que venho cultivando.

Uma vez mais — e com as generosas expressões de sempre —, faz lembrar os rumos por mim adotados à frente do Governo, de estrita observância à Constituição e tenaz luta pela pacificação dos espíritos.

Julgo-me amplamente recompensado pelo que me foi dado fazer em benefício do País, pois o julgamento de meus concidadãos, expresso da altíssima tribuna do Senado pelo meu caro amigo e pelos nobres Senadores que fizeram coro ao seu discurso, constitui, seguramente, uma afirmativa do acerto dos rumos por mim adotados.

Apresentando-lhe meus mais fervorosos agradecimentos pela homenagem prestada rogo transmiti-las aos ilustres Senadores Vasconcelos Torres, Daniel Krieger, Pedro Ludovico, Ruy Carneiro, Gilberto Marinho, Fernando Corrêa, Filinto Müller, Aloisio de Carvalho e a todos os seus nobres pares.

Acerte as expressões da minha estima de seu amigo. J. Eurico G. Dutra.

Cumpro, assim, Sr. Presidente, o honroso encargo que me deu o Senhor Marechal Eurico Dutra, para transmitir ao Senado os seus agradecimentos.

Aproveito a oportunidade de estar na tribuna para retificar informação vinculada num órgão de imprensa, de que o Marechal Dutra me havia dado credenciais para articular, aqui em Brasília, com outros políticos, a criação de novo partido. A única credencial que S. Exa. me deu foi a de ler esta carta no Senado. Não deve, porém, pairar dúvida, nesta Casa, nem fora dela, de que eu acompanharei S. Exa. em qualquer posição que, politicamente, tome, na vida nacional. Era o que eu tinha a dizer, Senhor Presidente. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Tem a palavra o Sr. Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURELIO VIANNA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, leio, num dos jornais do Rio de Janeiro, uma nota sobre Brasília, que muito me impressiona, cujo início é o seguinte:

(Lendo):

“Enquanto o Governo Federal apregoa pelo Brasil e pelo Exterior sua inabalável decisão de fixar-se definitivamente em Brasília — inclusive com Ministros, baixando portarias destinadas à mudança de órgãos da Guanabara — a Prefeitura do Distrito Federal vai atravessando a mais

melancólica fase de sua história, sofrendo mutilações em seu Orçamento para investimento que atualmente está abaixo da dotação de 1964”.

Este é o início da nota publicada no “O Globo” de 29 de março próximo passado.

Fui analisar o assunto, e o resultado das minhas observações está contido neste discurso.

(Lendo):

Como Senador e membro da Comissão do Distrito Federal não posso e nem devo silenciar quando a imprensa noticia a falta de interesse do Governo Central pela consolidação de Brasília, a nossa jovem Capital.

O que se afirma é que as obras necessárias à definitiva fixação de Brasília estão paralisadas ou em via de paralisação à falta de verbas.

E, também, que a que devam ser iniciadas pela nova administração ficará no papel se os socorros do Governo Federal não chegarem a tempo de serem imediatamente aproveitados.

A receita do Distrito Federal é calculada este ano em cerca de 180 milhões de cruzeiros novos.

A porção que caberia ao Governo Federal é de quase 49 milhões de cruzeiros novos.

Pois nos levantamos com uma situação vexatória, de vez que o Orçamento tução verdadeiramente insustentável, da União encontramos apenas 120 milhões de cruzeiros novos destinados à nossa Capital, quantia insuficientíssima para a realização das obras essenciais e já programadas.

Foi imposto um programa de contenção das despesas, quando as verbas exigidas já eram reduzidas e insuficientes.

Convém salientarmos, como mais adiante provaremos, que a contenção das despesas recaí particularmente no orçamento destinado à realização de obras públicas, o que nos levará fatalmente à cessação dos trabalhos com a consequente dispensa, de mais de 10 mil operários o que terá terríveis repercussões na vida econômica e financeira do Distrito Federal.

O Sr. João Abrahão — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AURELIO VIANNA — Com grande prazer.

O Sr. João Abrahão — Ilustre Senador Aurélio Vianna, desejo, na qualidade de Presidente da Comissão do Distrito Federal, cumprimentar Vossa Excelência por esse pronunciamento patriótico, que cala profundamente nos corações de todos aqueles que desejam ver concretizada essa obra extraordinária que é a Capital Federal. Creio, Sr. Senador, que o espírito patriótico que V. Exa. apresenta à Casa, neste instante, deve merecer os aplausos de todos os Srs. Senadores e a atenção especial do Sr. Presidente da República, para que haja, o mais breve possível a consolidação da Capital Federal nestas condições. Sr. Senador, apresento em nome da Comissão do Distrito Federal, da qual tenho a honra de ser o Presidente, as nossas congratulações e a nossa solidariedade pelo trabalho que Vossa Excelência presta, neste instante.

O SR. AURELIO VIANNA — E nós outros, pelo aparte que V. Exa. acaba de pronunciar, Brasília é obra irreversível. Que todos nos compenetre-mos deste fato. Não é frase óca, acadiana e sem sentido a de que Brasília é cidade de integração e integração nacional. E as palavras dos homens públicos, para merecerem fé, precisam ser traduzidas em fatos, em atos.

Senhor Presidente continuemos:

(Continua lendo):

E os compromissos já assumidos com as firmas construtoras?

E a repercussão no país, particularmente nas praças do Rio, São Paulo,

Jóias e Minas, com as quais mais de certo comerciamos?

Só no setor "Secretaria de Viagem e Obras Públicas", os cortes orçamentários alcançaram a polpuda soma de 18 milhões de cruzeiros novos.

No que tange ao plano de habitação, foram cortados três milhões e seiscentos mil cruzeiros novos.

No setor urbanismo a verba foi reduzida de 8 bilhões e quatrocentos milhões de cruzeiros antigos.

Na Agro-Pecuária, Assistência e Previdência Social, o corte foi total.

Para Energia e Comunicações, a redução foi de quase 4 bilhões de cruzeiros antigos.

Em síntese:

Teremos a paralisação completa das obras do Hospital de Taguatinga e o diamante das instalações dos Hospitais do Gama e Sobradinho.

Ficará a nossa Metrópole, com a redução drástica da verba destinada à Energia, com um atraso de 12 meses, no mínimo, no seu programa energético, o que abalará profundamente os alicerces do nosso progresso e do nosso desenvolvimento.

Crescendo a cidade, os seus problemas imediatos serão fatalmente agravados. E a cidade cresce!

Sem energia e força as grandes cidades ruirão no descrédito e na insatisfação.

E as redes aéreas para as cidades periféricas ou Satélites?

Com o corte feito da verba para prosseguimento da nova Estação do Aeroporto de Brasília, não serão iniciadas as obras de escavação e fundações, que praticamente só terão resultados econômicos, se realizados no período da estiagem.

A construção do novo aeroporto é obra essencial para transformar Brasília em cidade internacional, de fato.

No que diz respeito ao Saneamento Urbano verificamos que os cortes foram drásticos e impedem a realização integral dos trabalhos de abastecimento de água às cidades satélites, bem como a conclusão das obras, já iniciadas, do sistema de esgoto sanitário daquelas cidades e do Plano Piloto.

Os cortes feitos, virão impossibilitar o funcionamento das escolas e hospitais há pouco construídos, e dos em construção, dando margem, também, a que os esgotos da Asa Norte poluam as águas do nosso lago concorrendo, ainda, para que continuem precárias as condições de escoamento sanitário das Cidades Satélites.

Os cortes, no setor habitação, nos levará fatalmente a reduzir o programa de construção de habitações populares, nesta cidade cujas favelas crescem assustadoramente, criando já agora, um problema social a curto prazo dificilmente sanável.

Blocos de apartamento, já contratados, para funcionários, não serão concluídos, e ainda, alguns outros cujo prazo de entrega seria para fins deste ano, também não serão ultimados.

No setor Segurança Pública, verificamos que a redução traz como resultado o adiamento das obras de construção dos quartéis em Sobradinho, Gama e Plano Piloto, assim como do quartel do Corpo de Bombeiros de Taguatinga — quanto à sua complementação — deixando-se também para o futuro a construção das Unidades de Incêndio, de Sobradinho e Planaltina. Note-se que haveria um verdadeiro colapso na vida funcional de Brasília.

Não sendo as obras concluídas, serão os preços fatalmente reajustados, concorrendo para o seu encarecimento.

Os cortes no programa de "Defesa e Segurança Nacional" impedirão a utilização do prédio destinado à sede do EMFA.

O corte total: NCr\$ 1.000.000 de cruzeiros novos.

Tivemos outra surpresa quando descobrimos que até as verbas destinadas à conclusão do belo edifício do Ministério das Relações Exteriores só

não foram reduzidas porque totalmente cortadas.

Outros cortes e reduções vão nos levar à paralisação dos trabalhos dos passeios, meios-fios, ajardinamento, abrigos de passageiros, campos de esportes gramados etc.

Os cortes alcançaram neste setor, a importância de mais de 8 bilhões de cruzeiros velhos.

Não foi poupado nem mesmo o nosso Jardim Zoológico, alegria da criançaçada de Brasília. O corte foi total.

Tudo o que foi programado, para atender à Fundação do Serviço Social e para a construção do Centro de Recuperação e Triagem de menores, foi por terra.

A Assistência Social sofreu um golpe terrível.

O novo Prefeito de Brasília tem um plano de obras para ser urgentemente executado.

Não havendo, no Planalto Goiano, creio mesmo que em todo o Planalto Amazônico, assistência a menores no que diz respeito à Psicopedagogia, é inadiável a criação de uma instituição deste tipo, ou similar para atender aos menores desajustados, servindo, também, de orientação para os pais. Pois, Srs. Senadores, também não há verba para esse empreendimento.

A assistência aos tuberculosos, em Brasília, é insuficiente.

A construção de anexos, em hospitais, já projetados, é imprescindível. Também não há verbas para essa construção.

Não temos, em Brasília, um Hospital de Psiquiatria. Hoje, são atendidos, apenas, 40 enfermos no Hospital Distrital.

A Prefeitura interna, através de convênios, fora do Distrito Federal, cerca de 200 pacientes, ainda com o ônus dos transportes, que são dispendiosos.

Em fins deste ano estará concluído o Conjunto São Jorge. São 20 blocos de três andares. Isto representa 312 apartamentos de três quartos. Próximo a este conjunto será concluído outro com 216 apartamentos.

A previsão é de 2.000 crianças, em idade escolar, que ali passarão a viver no fim do ano.

Onde as escolas para atendê-las? Não existem. A Prefeitura pleiteia verbas, em caráter prioritário, para a construção das escolas necessárias ao atendimento da população infantil que ali se formará.

Há necessidade da construção de um Centro de Assistência aos Núcleos Rurais e de prédios para os postos de resfriamento do leite.

Urge sejam feitos os estudos dos solos e abertura de poços artesianos para irrigação dos nossos gramados, sob pena de vermos a sua quase total inutilidade. E também não há verbas.

Com o crescimento vertiginoso da população de Brasília, torna-se necessária a construção da barragem de Santa Maria, visando ao aumento das reservas de águas no Tórt, sem o que dentro em pouco a cidade sofrerá a tragédia das torneiras secas.

A rede Hospitalar de Taguatinga precisa ser aumentada.

Aquela cidade satélite tem uma população de 100 mil habitantes, possuindo apenas 80 leitos hospitalares. Necessitará urgentemente de 500 leitos, no mínimo.

Pois bem: a Prefeitura deseja completar a obra e não tem recursos. O nosso Teatro Nacional precisa, para este ano, de 6 milhões de cruzeiros novos, para obras essenciais.

Não é mais possível adiarmos a inauguração dessa obra que dá fôlego de cultura e civilização à nossa Capital.

Brasília está ameaçada de sofrer um colapso na sua vida normal.

Esta obra formidável, esse monumento de vontade e de fé, essa obra gigantesca de integração não pode parar.

O Governo Costa e Silva tem um compromisso do honorário com Brasília,

assumido perante o Brasil e quando de sua posse, perante o mundo.

Brasília espera que cumpre o seu dever, consolidando-a definitivamente. Basta que autorize o recolhimento, a crédito do Distrito Federal, do ICM, no que incide sobre o Irig, e a administração de Brasília estará desafiada.

Que o faça o quanto antes e receberá os justos aplausos desta população e do Brasil inteiro.

Nós que aqui vivemos, que aqui estamos para ficar, que esperamos seja Brasília realmente o marco de cultura, de fé nos destinos deste País, marco plantado no Planalto goiano, nós não nos conformamos com o que se está passando. Desejamos, sinceramente, que o Sr. Presidente da República, em tomando conhecimento do que existe na tragédia de Brasília, providencie imediatamente e determine sejam abertos os créditos, sejam concedidas as verbas de que Brasília necessita para sua confirmação, para sua consolidação. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Tem a palavra o Sr. Senador José Ermírio, por cessão do Sr. Senador Mário Martins.

O SR. JOSÉ ERMIRO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, acabo de receber de Recife notícia do alocamento do Engenheiro-civil Gercino Malagueta de Pontes, vítima de rombose.

O Engenheiro Gercino Malagueta de Pontes foi fundador e membro destacado do antigo PSD, ex-Superintendente da Rede Ferroviária do Nordeste, ex-Secretário de Viagem e Obras Públicas do Governo Agamenon Magalhães e executor do Plano de Pavimentação.

Constituinte de 1946, homem de admirável trabalho, honrou o seu mandato no Congresso e, em todos os postos para que foi indicado pelos governos estaduais, cumpriu integralmente o seu dever, trazemos, pois, ao plenário desta Casa a manifestação dos sentimentos da bancada de Pernambuco pela grande perda, para que fique registrada nos anais do Senado Federal. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Tem a palavra o nobre Senador Vasconcelos Torres.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Tem a palavra o nobre Senador Antônio Carlos.

O SR. ANTÔNIO CARLOS:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, a Constituição do Brasil, no seu Art. 157, § 10, dispõe que:

“A União, mediante lei complementar, poderá estabelecer regiões metropolitanas, constituídas por Municípios, que independentemente de sua vinculação, administrativa, integrem a mesma comunidade sócio-econômica, visando à realização de serviços de interesse comum”.

Esse dispositivo foi incluído na Constituição face ao acolhimento que mereceu, da Comissão Mista e do Plenário, emenda de autoria do nobre Senador Eurico Rezende.

Tenho para mim que o mandamento constitucional veio atender a uma urgente necessidade, veio atender a realidade brasileira, permitindo que a União possa constituir zonas metropolitanas, reunindo municípios da mesma região sócio-econômica, de modo a que possam tais comunidades

resolver harmonicamente problemas urbanos que, dia a dia, se agravam. Perante a Constituição a soma de esforços do Governo central, do Governador do Estado e dos governos locais, indispensáveis a solução de problemas que se vêm arrastando em várias regiões do nosso país em prejuízo dos legítimos interesses de suas laboriosas populações.

O Estado que represento nesta Casa possui uma região — a região da capital — que se enquadra perfeitamente nos objetivos e nas finalidades do art. 157, § 10, da nossa Constituição.

A imprensa, por outro lado, transmitiu ao País a boa notícia de que o Sr. Ministro Afonso Augusto de Albuquerque Lima, titular da Pasta do Interior, determinara a assessores seus a elaboração da lei complementar que permita a vigência do § 10 do art. 157 da Carta Magna, isto é, a execução desse notável trabalho de integração regional, através da criação das regiões metropolitanas.

Os jornais chegaram a adiantar os municípios do nosso País que seriam objeto dessa lei complementar, as regiões que seriam contempladas com os benefícios e as providências que o Governo poderá adotar, desde que criadas as regiões metropolitanas.

Para surpresa do povo catarinense, especialmente dos seus representantes, nada se disse, nesse noticiário, quanto à criação de uma região metropolitana em Santa Catarina, especialmente na região de nossa Capital, Florianópolis.

Deslocada do centro geográfico e não se situando também no centro geográfico e não se situando também no centro econômico daquela Unidade da Federação, Florianópolis, de tão ricas tradições, enfrenta as maiores dificuldades, para se afirmar como Capital do Estado e para preencher as necessárias condições de centro político e social de Santa Catarina. Por outro lado, no continente, próximo a Florianópolis, a ilha de Santa Catarina, situam-se mais de doze municípios, que são de fato tributários de Florianópolis, cujos serviços públicos básicos são comuns aos serviços públicos básicos da Capital do meu Estado; municípios que abastecem Florianópolis de gêneros de primeira necessidade; municípios que têm como fonte de energia elétrica aquelas fontes que servem a Florianópolis, que usam o serviço de abastecimento d'água da Capital do Estado; municípios que são residência ou domicílio de um número muito grande de catarinenses que desenvolvem sua atuação, seja no serviço público, seja na iniciativa particular, na cidade de Florianópolis.

Por tudo isso, Sr. Presidente o problema feriu a sensibilidade dos responsáveis pela administração pública do Estado e do Município da Capital. E o Sr. Prefeito de Florianópolis dirigiu o seu ofício fazendo um histórico do problema e solicitando a atuação decidida da Bancada federal no sentido de conseguir-se, junto ao Ministério do Interior, a inclusão da Região de Florianópolis no projeto de lei complementar que virá regulamentar o § 10 do art. 157.

O ofício está assim redigido:

Como sabe o ilustre Parlamentar, vive a capital catarinense a dura incógnita de seu desenvolvimento, em virtude de uma gama de fatores negativos, que seria ocioso enumerar, por serem de conhecimento pleno de V. Exa.

Tomei ciência de que o Excmo. Sr. Ministro do Interior elabora, nestes dias, mensagem governamental a ser encaminhada ao Congresso Nacional, visando a regulamentação do parágrafo 10 do artigo 157 da Constituição Fe-

deral, que dispõe sobre o estabelecimento de regiões metropolitanas, "constituídas por municípios que, independentemente de sua vinculação administrativa, integrem a mesma comunidade sócio-econômica, visando a realização de serviços de interesse comum."

Está, neste caso, obviamente, o chamado "Grande Florianópolis", formado pela capital catarinense e pelos municípios de São José, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Biguaçu, Angelina, Rancho Queimado, Aguas Moínas, Garopaba, São Bonifácio, Ganchos, Anitópolis, Paulo Lopes e Antônio Carlos.

Segundo fui informado, extrajudicialmente, o anteprojeto a que já aludi, exclui Florianópolis e os municípios que formam a sua região, omitindo o nosso Estado, enquanto inclui os Estados vizinhos ao nosso.

O objetivo do presente é formular apelo ao operoso parlamentar — o que estou fazendo a todos os Senhores Senadores e Deputados por Santa Catarina — para que não se pratique mais uma injustiça a Florianópolis, não só como município da capital, mas e muito mais como núcleo central de uma grande região empobrecida e marginalizada, que está a merecer a melhor das atenções do Governo Federal.

A grosso modo, são os seguintes os aspectos comuns aos municípios que formam o "Grande Florianópolis":

a — energia elétrica;

b — abastecimento de gênero de primeira necessidade: a maioria dos municípios mencionados concorre para o abastecimento dos mercados de consumo da capital;

c — educação: converge para Florianópolis considerável contingente de jovens de todos aqueles municípios, a cada de enriquecimento intelectual e profissional; Florianópolis dispõe da única Universidade Federal no Estado de Santa Catarina;

d — Florianópolis constitui, igualmente, quase o único centro de trabalho de toda a região, convergindo para a capital verdadeira massa humana, diariamente, em busca dos elementos necessários à sobrevivência;

e — para Florianópolis, em compensação, e como acontece com o fator abastecimento de gêneros, é desviado o maior acervo de água, para consumo de sua população, provinda dos municípios vizinhos.

Estou certo de que as Bancadas catarinenses atentarão para os fatos aqui rápida e páliamente alinhados, bem como de que somarão os seus esforços, a sua capacidade, a sua inteligência, o seu prestígio e o seu interesse, para que Florianópolis e os municípios que formam a grande região metropolitana catarinense sejam incluídos naquela anteprojeto.

Da necessidade de uma atuação urgente e imediata, sabe V. Exa. tanto ou melhor do que eu.

Peço receba as expressões do meu profundo reconhecimento pela atuação de V. Exa., reconhecimento que não é apenas meu, porém de toda a região do "Grande Florianópolis". Saudações Cordiais. — Adécio Garibaldi S. Thiago — Prefeito Municipal.

Sobre o mesmo assunto recebi também telegrama da Assembléia Legis-

lativa do Estado, nos seguintes termos:

"Exmo. Sr. Antônio Carlos Konder Reis

LD. Senador
Brasília.

A Assembléia Legislativa de Santa Catarina, por proposta do Deputado Fernando Viegas, no momento em que o Congresso Nacional examina proposta visando regulamentar o parágrafo 10 do Art. 157 da Constituição do Brasil, que dispõe sobre o estabelecimento de regiões metropolitanas, solicita seus esforços, no sentido de que Florianópolis e municípios circunvizinhos que integram a mesma comunidade sócio-econômica sejam incluídos naquele anteprojeto. Saudações. Deputado Aureo Vidal Ramos — Presidente."

E ainda no mesmo sentido manifestou-se a Associação Comercial da Capital do meu Estado, através do seguinte telegrama:

"Senador Antônio Carlos Konder Reis

Cumprindo deliberação unânime de nossa Diretoria, solicitamos o empenho de V. Exa. para a inclusão no projeto de lei que regulamentar o art. 157, parágrafo 10 da Constituição, da região chamada grande Florianópolis, de maneira a acelerarmos o desenvolvimento econômico de Florianópolis e municípios circunvizinhos. Atenciosamente Dietrich Wangenheim — Presidente da Associação Comercial de Florianópolis.

Vê assim o Senado que as manifestações partem das mais diversas fontes, das mais diversas autoridades da Capital do meu Estado, retratando para a representação ao Congresso Nacional e para o Governo, para o Poder Executivo, desejo justificado de Florianópolis de ser incluído no Projeto de lei complementar que virá regulamentar o parágrafo 10 do Artigo 157 da Constituição do Brasil.

Esta inclusão, Sr. Presidente, permitirá a Florianópolis um ritmo de progresso que acompanhe o desenvolvimento de todo o Estado de Santa Catarina e especialmente das outras Capitais dos Estados brasileiros.

Não falta à população de Florianópolis vontade de trabalhar; perseverança, capacidade, espírito de iniciativa. Não faltam à ilha de Santa Catarina e à região do continente vizinha condições naturais de beleza de panorama, de recursos naturais capazes de permitir um progresso acelerado. Faltam recursos, Sr. Presidente, exatamente. Não faltam a tradição, o patriotismo e um grande trabalho desenvolvido por Florianópolis, no sentido da integração social, política e econômica de Santa Catarina.

Faltam recursos, falta um programa que, orientado e superintendido pelo Governo Federal, possa congrega os esforços da União, do Estado e daqueles municípios que constituem a "grande Florianópolis", de modo a que o dispositivo da Constituição entre em vigor também em Santa Catarina.

Deixo aqui, pois, o meu apelo ao sentido de o Sr. Ministro do Interior, General Atencio de Albuquerque Lima, fazer constar do anteprojeto, cuja elaboração determinou, a capital do meu Estado e a "grande Florianópolis", região que merece a atenção, o desvelo e o carinho dos Poderes Públicos.

Ainda sobre assunto de grande interesse do meu Estado, quero trazer à Casa o telegrama que recebi da

Assembléia Legislativa de Santa Catarina: (Lendo)

Bancada Catarinense

Senado Federal — Brasília — Dp.

Por proposta do Deputado Fernando Viegas foi encaminhado aos Senhores Senhores Presidente da República e Ministro do Interior e aos organismos regionais o seguinte telegrama: "Honra-me comunicar a V. Exa. que a Assembléia Legislativa de Santa Catarina, por unanimidade de seus membros, aprovou proposição solidarizando-se com a aula do Exmo. Sr. Governador Ivo Silveira, apelando a V. Exa. no sentido que a sede da SUDESUL seja fixada em terra catarinense. Nosso Estado, centro geográfico dos Estados da Região Sul do País, tem todas as condições para projetar o importante organismo federal, no sentido do desenvolvimento equânime de importantíssima área brasileira. Saudações. Deputado Leclian Slovinski — Presidente."

Já há alguns anos, em 1954 exatamente, o então Ministro da Agricultura, Sr. João Cleofas, de quem tive a honra de ser Chefe de Gabinete, determinou ao grande técnico Felisberto Camargo um estudo sobre o problema dos efeitos das secas periódicas na região oeste do Rio Grande do Sul, especificadamente nos Municípios de Alegrete, Quaraí, São Borja em Municípios vizinhos. O trabalho daquele técnico foi um trabalho notável e concluiu com uma série de sugestões para que a calamidade das secas não atingisse aquela região — região de pecuária, como sabe e conhece melhor do que eu o Presidente dos nossos trabalhos — e se pudesse então aproveitar todos os recursos daquela rica região do Rio Grande do Sul. O trabalho concluiu sugerindo a execução de um plano que envolvia trabalhos de engenharia e trabalhos de agronomia, desde a construção de barragens, a regularização dos cursos d'água que cortam as regiões, até trabalho com sub-soladoras de modo a se aumentar a espessura do solo dos campos de Alegrete e municípios vizinhos, a fim de que, na seca, determinados tipos de vegetação venenosa não viessem a causar os maiores prejuízos, com a morte de grande número de rezes dos rebanhos ali sediados.

A ideia do Engenheiro-Agrônomo Felisberto Camargo desenvolveu-se através dos estudos feitos sobre seu relatório nos diversos Departamentos do Ministério da Agricultura. E mais tarde, já no Governo do Sr. Juscelino Kubitschek, o Ministério da Agricultura encaminhou exposição de motivos ao Presidente da República propondo a criação de uma Superintendência para elaborar e executar um plano que atendessem não só aquela região do Rio Grande do Sul mas toda a região da fronteira sudoeste do nosso País.

O projeto contemplava, inicialmente, apenas municípios da fronteira sudoeste, desde Pelotas até a fronteira de Santa Catarina, localizados no Estado gaúcho. Na Câmara dos Deputados, na Comissão de Finanças exatamente, quando o projeto era estudado pelo Sr. Deputado José Fragelli, representante do Mato Grosso através de emendas apresentadas pelos representantes de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso, estendeu-se a ação da Superintendência ao Plano Econômico de Valorização da Fronteira Sudoeste do País aos demais Estados daquela região. E, assim, criou-se um organismo para elaborar e executar um plano de desenvolvimento econômico de todos os municípios da fronteira sudoeste dos Estados de Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Consignou-se, ainda, no projeto de lei, que anualmente a União deveria incluir no

Orçamento uma dotação de 500 milhões de cruzeiros, que a cada ano seria acrescida de 10%, para atender às despesas com a elaboração e execução daquele Plano.

O Plano, Sr. Presidente, jamais foi elaborado como deveria ser, mas as dotações foram, em muito ou em pouco, aplicadas. Alguns dos critérios adotados pela Superintendência não me pareceram os mais acertados. Ao invés de as verbas serem aplicadas em obras de infraestrutura — transportes, comunicações, energia elétrica — foram dissemunadas para atender a uma série de problemas, importantes por certo, mas cuja solução definitiva dependia, e ainda depende, da solução dos problemas de infraestrutura da região.

Agora, o Sr. Ministro do Interior, segundo estou informado, deseja Plano de Valorização da Fronteira Sudoeste do País num organismo com a força, com a expressão, com os recursos, com os instrumentos da SUDENE e da SUDAM, fazendo com que ele não atenda, apenas aos municípios da chamada fronteira sudoeste do País, mas também a toda a região sul do País: Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso. Estabelecerá ele critérios para a elaboração de um plano racional que venha, como determinará a Constituição, ao Congresso para ser apreciado e aperfeiçoado.

Deste modo, a região sul do Brasil, sem prejuízo das outras regiões do nosso País e sem diminuir o ritmo dos programas em execução na Amazônia, no Nordeste e no Vale do São Francisco, se beneficiará de um organismo que permita não só a aplicação de recursos federais naqueles Estados como também coordene as atividades da União, dos Estados e dos Municípios, assim não continuaremos a assistir ao espetáculo dos serviços paralelos, da dispersão de verbas e da perda de recursos.

A criação da SUDESUL será, realmente, um passo avançado no desenvolvimento de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso. O projeto, através do estudo, pelo Congresso Nacional, proporcionará numa tomada de consciência de todos os representantes da nação problemas dos que afligem heroicas populações, principalmente as que residem no interior dos Estados a que me venho referindo.

A sugestão da localização da sede desse organismo em terras catarinenses, é uma decorrência da situação geográfica do nosso Estado.

Será a primeira vez que o Estado de Santa Catarina vai merecer a honra e a responsabilidade de ser sede de um organismo federal de expressão.

Florianópolis, Lajes ou outra qualquer cidade catarinense poderá abrigar a SUDESUL, que, assim, atuará no centro geográfico da região. De modo algum isso virá prejudicar a execução do plano da SUDESUL nos demais Estados que integram a região a ser beneficiada.

Julgo uma aspiração das mais legítimas de Santa Catarina, que se compadece com a realidade do problema, que atende aos interesses do desenvolvimento do plano que se anuncia e que dará ao organismo uma expressão excepcional.

Se a Sede ficar em outra capital, onde funcionam outros organismos federais, da mesma expressão, certamente para a SUDESUL não se voltarão as atenções da opinião pública e das autoridades, como se localiza num Estado como Santa Catarina, centro geográfico da região. Acresce, ainda, que o meu Estado não possui outro organismo com a expressão deste, cuja criação e instalação é anunciada.

Quem conhece as regiões pioneiras do Rio Grande, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso, pode, perfeitamente, avaliar a importância desse organismo. O que tem sido feito nas

regiões fronteiriças aos nossos Estados, como Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, vizinhos do Uruguai, da República Argentina e do Paraguai, as cidades que lá têm surgido, a produção que vem alimentar os grandes centros consumidores do nosso País, os esforços de industrialização, os hospitais que se levantaram, as obras públicas realizadas, tudo isto é devido principalmente ao esforço do colonizador, desse herói anônimo que vem fazendo a grandeza do Brasil naquelas terras dos nossos Estados.

Temos, portanto, a consciência plena da importância da SUDESUL, do que ela poderá valer para os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso e, acima de tudo o que ela poderá valer para o Brasil.

O Sr. Atílio Fontana — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS — Ouço o Senador.

O Sr. Atílio Fontana — Nobre Senador, V. Ex. focaliza assunto de interesse do Brasil e de Santa Catarina com muita objetividade: a localização da sede da SUDESUL. Faz V. Ex. sentir, por várias razões, inclusive pela situação geográfica, a necessidade de que o seja em Florianópolis ou outra cidade do nosso Estado. Entendemos, pois, que V. Ex. está com toda a razão. O Estado de Santa Catarina — é preciso ressaltar — colocando-se entre o sexto, o sétimo ou o oitavo Estado da Federação, na contribuição ao Tesouro Nacional não tem sido tratada nos últimos anos como merece. Do Governo Federal muito pouco tem recebido. A SUDESUL anteriormente Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Fronteira Sudoeste do País em geral é sempre sediada no Estado do Rio Grande do Sul ou Paraná nunca em nosso Estado. É justa portanto a reivindicação de Santa Catarina. Esperamos que o Governo tomando conhecimento do brilhante discurso de que V. Ex. está proferindo dê ao Estado de Santa Catarina pelo menos a sede do novo organismo. Aliás a propósito tive oportunidade de falar com o Sr. Ministro do Interior, que me declarou estar disposto a conceder em que a sede da SUDESUL seja em nosso Estado. Todavia, sabemos que outros Estados mais poderosos do que o nosso, territorial e economicamente falando, estão pleiteando a sede da SUDESUL. Esperamos, pois, que Sua Excelência o Senhor Presidente da República, aceite a proposição do Sr. Ministro do Interior, e dê a Santa Catarina a sede daquele organismo, porque, o merece, não apenas geograficamente, mas também, por ser um dos melhores contribuintes para a Renda do País. É de Justiça, portanto, que nosso Estado participe, de forma mais eficiente e importante, do atual Governo da União.

O SR. ANTONIO CARLOS — Sou grato ao aparte de V. Ex. Dê-me conclusão que nossa reivindicação não se prende a quaisquer regionalismos. Estamos absolutamente convencidos — como demonstrou V. Ex. no aparte — que Santa Catarina reúne as condições ideais, como centro geográfico da região, para abrigar a sede da SUDESUL. Se, para localização, o Governo fizer como estatísticas absolutamente seguras de que fará, ename técnico do problema, sem outra preocupação senão a de estabelecer a sede desse organismo na localidade ideal, Santa Catarina será escolhida para acolher os escritórios centrais e a direção dessa superintendência. O que tornará possível a solução dos grandes problemas que a Região Sul, principalmente aqueles setores pioneiros, está enfrentando.

Ainda há pouco, Sr. Presidente, pouco antes de 15 de março o então Ministro dos Organismos Regionais, Dr. João Gonçalves de Souza, realizou uma concentração de técnicos e autoridades ligadas à Superintendência da Valorização Econômica da Região Sudoeste do País, na cidade de Joazeiro, centro econômico e maior comunidade do Vale do Rio do Peixe. E lá, tomou conhecimento deste fato extraordinário — a paralisação das obras da BR-282, não só nos trechos Florianópolis-Lajes, Lajes-Joazeiro, Joazeiro-Xanxerê, como também no trecho pioneiro importante até para a segurança nacional, para afirmação da soberania do nosso País, que é o trecho Xanxerê, Xaxim, São Miguel do Oeste, Itapiranga, com um ramal para Dionísio Cerqueira. Enquanto, no outro lado, no território de Missionis, nas circunvizinhanças das cidades de Poçadas, Bernardes e Irigoin, existem estradas, aeroportos, modelar, um belo hotel, do lado brasileiro, existe maior produção. É verdade, há maior número de cidades.

Em 1954, o velho Chapecó era apenas um Município e uma Comarca. Hoje, são 33 municípios e 9 Comarcas, mas a presença do Governo, a presença do Poder federal, especialmente que tem recursos e meios para atender às reivindicações e às necessidades das regiões pioneiras, essa presença não se faz sentir.

E a BR-82, nesse trecho importante para a economia catarinense, corta região grande produtora de suínos, de cereais e outros gêneros de primeira necessidade, região que possui vários frigoríficos, agora está sendo construída, na cidade de São Miguel do Oeste, uma grande fábrica de óleo vegetal; região não tem aquilo que é indispensável para que ela possa transportar — o que os seus habitantes produzem — aos centros de consumo.

O Sr. Atílio Fontana — Permite V. Ex. mais um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS — Ouço o nobre Senador.

O Sr. Atílio Fontana — Nobre Senador, V. Ex. focaliza, agora, a região oeste de Santa Catarina. Joazeiro, realmente como V. Ex. afirmou, é o maior centro do Vale do Rio do Peixe, poderíamos dizer de todo o oeste catarinense. Com referência ao problema de estradas, ainda há poucos dias, recebíamos um telegrama da Associação Rural de Ipiranga protestando contra o critério de aplicação de uma verba orçamentária de dois bilhões e não sei quantos milhões de cruzeiros na BR-282 do trecho Campos Novos-Joazeiro. E reivindicavam aqueles nossos breves contrâneos a aplicação dessa verba de Xaxim à fronteira com a Argentina. Tive oportunidade de me manifestar, a este respeito, ao Sr. Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. Fiz sentir a S. S. que essa verba deveria ser aplicada no referido trecho Xaxim-São Miguel do Oeste. Infelizmente, verifico, agora, que a verba será aplicada no trecho Campos Novos-Joazeiro, enquanto que no Extremo Oeste de Santa Catarina, se encontra uma das maiores salinas do País. V. Ex. ainda há pouco, declarou, isto é muito justo porque existe de fato o regime da pequena propriedade, propriedade familiar. São muito, bem orientadas e cultivadas aquelas terras da atividade, mas se encontram com grandes problemas de estradas. O Governo precisa atender com muita presteza, com maior rapidez para o problema da construção, da implantação da BR-282, no que tange ao trecho Xaxim-São Miguel do Oeste, na parte fronteira com a Argentina. Desta forma poderá dar um escoamento seguro ao gado suíno, cereais e outros produtos daquela rica região do Estado de Santa Catarina.

O SR. ANTONIO CARLOS — Grato ao aparte de V. Ex., Senador Atílio Fontana. Realmente, acredito que esses problemas de infra-estrutura, naquela região do nosso Estado e em todo o Estado de Santa Catarina só poderão ter solução pronta e efetiva se uma superintendência, um organismo, com instrumentos capazes, vier a coordenar os esforços da União, do Estado e dos Municípios.

Sr. Presidente, acolhendo aceitando e fazendo minha a reivindicação da Assembléia Legislativa e do Exmo. Sr. Governador do meu Estado, no sentido de que a SUDESUL seja localizada em terra catarinense, quero ressaltar que nesta minha manifestação não vem qualquer sentimento regionalista, nada que não represente o desejo de, servindo ao meu Estado, servir aos legítimos interesses da Região Sul do Brasil e, deste modo, cumprir meu dever, ainda que de maneira modesta, para com meu País. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o nobre Sr. Senador Mello Braga.

O SR. MELLO BRAGA:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, coloquei-me em observação, desde o início do atual Governo, com referência às diversas nomeações feitas para os mais altos postos da administração do país e, dentre estas, me chamou principalmente a atenção, o cargo do Presidente da Diretoria do Instituto Brasileiro do Café, mais simplesmente, Presidente do IBC.

Sem demérito para quaisquer outras escolhas, foi particularmente feliz o Senhor Presidente da República ao nomear para Presidente do IBC, Horácio Sabino Coimbra. Para a principal autarquia econômica federal não poderia ter havido melhor escolha.

Era inadiável que se colocasse à frente do setor cafeeiro um homem de alta envergadura técnica e moral. Horácio Sabino Coimbra, paulista de nascimento e paranaense de coração, homem moço, de 43 anos, filho de Cesário Coimbra, que foi Presidente do Instituto Paulista de Café, tem toda sua formação ligada ao café. Herdou de seu pai todas as peregrinas virtudes que o fizeram um paulista profundamente respeitado e prestigiado, e herdou grandes conhecimentos sobre café. Honradez, capacidade e trabalho dinâmico o vem caracterizando desde a juventude. Os conhecimentos recebidos de seu ilustre pai foram extraordinariamente ampliados, passando a dominar a matéria-café em todos os seus ângulos e aspectos. Exercita esses conhecimentos na cafeicultura diretamente, como lavrador de café; na comercialização e na industrialização, como fabricante de café solúvel de excelente qualidade; no financiamento à lavoura, comércio e indústria cafeeira, como banqueiro. Na exportação, como exportador de café solúvel para vários países do mundo, com venda de toda produção de sua indústria, adiantadamente por muitos meses, impondo-se a concorrentes pela qualidade de seu produto e pela agressividade de suas vendas; na política cafeeira nacional e internacional, como homem de negócios que estabeleceu importantes contactos no país e no exterior, inclusive tomando parte em delegações oficiais. Sua vida é o melhor título que o credenciou para o alto posto de Presidente do Instituto Brasileiro do Café. Sua vida é o próprio endosso garantido que o Governo possui ao sua atuação à frente daquela importante autarquia econômica.

Parabenizo os governadores do Paraná e de São Paulo que o indicam. Parabenizo o Senhor Ministro da Indústria e Comércio por concordar com

essa indicação. Parabenizo o Senhor Presidente da República pela nomeação.

Nesta hora difícil para o Governo Federal, em início de gestão, quando lhe cabe elaborar e pôr em execução seu amplo plano político de governo; que deverá atingir a todos os setores da sua própria atividade interna e externa, estabeleceu-se uma expectativa maior em relação à política econômico-financeira e, dentro dela, a política cafeeira.

Justifica-se, sem dúvida, esse destaque a respeito da política do café, pois, apesar de enfraquecimento da posição exportadora do Brasil, as divisas resultantes da exportação desse produto representam, como todos sabem, cinquenta por cento de seu total, ou sejam setecentos e cinquenta milhões de dólares anuais.

Há de se notar, Sr. Presidente que de publicação recentemente feita pelo jornalista Teófilo Andrade, consta uma série de elementos com referência à comercialização do café, no período de 1961 a 1963.

Naquele período o Brasil exportou 52.862.000 sacas de café, com uma receita de dois bilhões e 101 milhões de dólares, o café à base de trinta e nove dólares e 74 cents por saca. Os Países da América Central, com a Colômbia à frente, exportaram 44 milhões e 103 mil sacas, com uma arrecadação de 2 bilhões e 217 milhões de dólares, à base de 50,26 dólares.

A África do Sul exportou 41 milhões e 922 mil sacas, arrecadando um bilhão e 366 milhões de dólares, à base de 32 dólares e 40 cents a saca.

Já vimos que no período de 1964 a 1966 o Brasil exportou apenas 45 milhões e 346 mil sacas, arrecadando dois bilhões e 280 milhões de dólares, ou seja, à base de 50 dólares e 28 cents por saca, com um acréscimo de 25% no preço. Isto com os cafés de tipos mais finos.

A Colômbia e Países da América Central exportaram 43 milhões e 812 mil sacas com arrecadação de 2 bilhões e 566 milhões de dólares, ou seja, à base de 59 dólares e 2 cents, com acréscimo de 17,5% no preço.

Já a África do Sul passou a exportar 51 milhões e 220 mil sacas, com arrecadação de um bilhão e 993 milhões de dólares, ou seja à base de 38 dólares e 96 cents por saca, com aumento de 20%.

Vemos daí que o Brasil teve decréscimo na sua exportação de 7.516.000 sacas. A América Central teve também decréscimo de 291 mil sacas e a África do Sul teve aumento na sua exportação de 9 milhões e 192 mil sacas, o que representa, sem dúvida, uma diminuição em nossa exportação, com reflexos os mais danosos na nossa economia.

Outro dia ainda, ouvimos discurso do nobre Senador Atílio Fontana em que S. Exa. nos dava um rápido esboço da situação cafeeira e afirmava que de janeiro a março de 1966 o Brasil havia exportado 256.194 toneladas e, no mesmo período janeiro a março, de 1967, 213.395 toneladas e, no mesmo período, janeiro a março, de 1967, 213.395 toneladas somente. Houve portanto, um decréscimo de 43.099 toneladas. Em dólares, o decréscimo foi de 207.746 para 156.687 dólares. Por conseguinte, temos uma diferença para menos na balança de 53.039 dólares num período de três meses apenas. Por aí nós vemos que a nossa política cafeeira tem caminhado, até certo ponto, de maneira desastrosa.

O Sr. Atílio Fontana — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. MELLO BRAGA — Pois não.

O Sr. Atílio Fontana — O problema do café, o atual Presidente do IBC está empenhadíssimo em resolver, bem como o Sr. Presidente da República. Ainda ontem estivemos

conversando com S. Exa. Mas o que tá obstando a nossa maior exportação são dois fatores. O primeiro é o nosso estoque de café não é de validade tão boa como exigem os compradores. O nosso café, V. Exa., sabe muito bem porque representa aqui, nesta Casa, o Estado maior produtor, não tem sido aprimorado na sua qualidade.

Parece que temos cuidado mais da quantidade do que da qualidade. E' n dos grandes problemas, mas sei que a atual administração está tentando resolvê-lo. O segundo motivo é que tem diminuído a nossa exportação é o fato de os outros países produtores, os da África, da América Central ou da Colômbia, na América do Sul, terem cuidado muito de alcançar os mercados consumidores de maneira muito mais rápida. Segundo que nos expôs o representante do Instituto Brasileiro do Café em Hamburgo, se tivéssemos lá um maior estoque de café de tipos variados e, principalmente, finos — porque a Alemanha não nos compra maior quantidade de café exatamente porque o nosso café não corresponde às exigências do consumidor alemão — seria muito mais fácil suprir o mercado. Temos experiência neste setor e podemos assegurar que é uma das razões por que temos perdido mercado: é que nosso café não é tão bom quanto seria necessário ser, e que ele não está sendo colocado de maneira a poder suprir os mercados consumidores com rapidez, pontualidade, com facilidade. Esta é a razão por que eu espero a atual política cafeeira do Governo brasileiro mova essas dificuldades, para que tão possamos alcançar aquele nível que todos nós desejamos no mercado internacional do café: exportar, ao menos, as nossas cotas.

O SR. MELLO BRAGA — Agradeço o aparte de V. Exa. Sobre este ponto poderíamos talvez discutir uma tarde toda. Mas V. Exa. há de notar que todos os países produtores do café nesses últimos anos sofreram. O café do Brasil, foi o que obteve maior índice com relação ao seu valor, embora a sua cota não esteja de todo satisfatória. Pelos dados que há pouco li, vemos que o café do Brasil sofreu na alta percentual de 25%, quando o café da América do Sul subiu 15% e o da África do Sul, 20%. O maior valor percentual do nosso café, está representado efetivamente do tipo do café que passamos a exportar. A produção que temos é excessiva. Temos nos dado ao luxo de guardar o café tipo 5, 6, 7 e 8, para apenas exportarmos os tipos 2, 3, e 4. Exportamos os tipos mais recomendados pelo mercado internacional — "sumatra", "bourbon", "néro mundo" e outros exigidos. Temos, então, em condições de entrar no mercado internacional, inclusive oferecendo os tipos exigidos por ele.

Com relação a esta particularidade, poderemos baixar um segundo plano, que talvez não seja o do Governo. Não sou partidário do café tipo 2, 3 e 4. Sou partidário do café com aroma e sabor do tipo 5 para cima, porque é o que mais se presta para fazer o café solúvel. O café de tipo grão, quando torrado para ser posteriormente transformado em café solúvel, deixa uma "borra" em tal quantidade que é antieconômico, ao passo que os de tipo baixo são os de grão miúdo, são os cafés que impossem perfeitos podem produzir o aroma e o sabor, que é o que mais interessa ao consumidor. Ao passo que o café quando solúvel o aroma desaparece para permanecer só o sabor, sabor que todos nós encontramos no café dos tipos mais finos, dos mais, grãos, dos tipo 2, 3 e 4, como poderemos encontrar também no café dos tipos mais baixos. Na Europa, como os Estados Unidos, o que interessa é o

café solúvel, porque o americano e o europeu não se querem dar ao trabalho de comprar um coador, apagar um bule, pôr água para ferver e passar o café. Preferem o sistema mais simples. Com o café solúvel basta verter a água quente no café. E esse café solúvel pode se produzir de qualquer tipo que queiramos exportar.

Até ontem os exportadores do café do Brasil não tinham maior preocupação com relação ao preço lá fora, porque o Instituto Brasileiro do Café assegurava o preço do produto adquirido, por um prazo de 90 dias. O atual Presidente do Instituto eliminou essas condições até ontem existentes, o que representou, no exercício de 1966, um prejuízo para o IBC de mais de trinta milhões de dólares, quantia que pagou de indenização aos exportadores do Brasil, em razão das baixas sofridas pelo nosso café.

O SR. ATTÍLIO FONTANA — Permite V. Exa. outro aparte? (Assentimento do orador) — V. Exa. tem toda razão quando diz que não podemos apenas pensar em produzir café fino, mesmo porque isso não seria possível. Existem áreas, em nosso País, que não têm condições de produzir cafés finos. A verdade, é que o atual Presidente do Instituto Brasileiro do Café já tomou as providências no sentido de exportarmos, como estamos exportando, cafés de qualidades mais baixas, de classificação mais baixa.

O SR. MELLO BRAGA — Não é propriamente qualidade; é classificação mais baixa.

O SR. ATTÍLIO FONTANA — Exatíssimo. Desta maneira, estamos dando vazão de parte dos nossos estoques de café de classificação mais baixa. Na verdade há países, tradicionalmente consumidores, como a própria América do Norte, a Itália, a Alemanha, que exigem também grande percentagem de cafés finos.

Para o café solúvel, como V. Exa. muito bem focalizou há pouco, é possível o aproveitamento do café de classificação mais baixa, mas quando se trata de exportar o café *in natura*, do café verde, como se costuma dizer, é necessário um produto de qualidade. Assim, só poderemos enfrentar a concorrência dos competidores com a colocação no mercado de cafés finos. Caso contrário, perderemos terreno. Quanto ao produto solúvel, estamos conseguindo o mercado, fazendo com que nossos competidores gritem contra nossa exportação de café solúvel, mas é a saída, para aproveitarmos os cafés de classificação mais baixa.

O SR. MELLO BRAGA — Agradeço muito o aparte de V. Exa. Prosseguindo, Sr. Presidente: (Lê)

Os lavradores reclamam, com razão, justos preços; os comerciantes reclamam, com razão, lucros normais; os Estados cafeicultores reclamam, com razão, tributos razoáveis; e o Brasil reclama, com razão, maiores divisas.

Todos reclamam com razão. Como estabelecer as múltiplas coordenadas? Como equilibrar os múltiplos dados do complexo problema? Como encontrar a solução adequada desse problema, que vem a ser um denominador comum para todos os interessados, o qual representará um equilíbrio interno de preço, lucro, tributo e divisas? Como achar a solução própria desse problema no campo internacional, já que o Brasil está preso à Organização Internacional do Café e aos seus acordos e diretrizes, que constitua também um denominador comum para todos os países membros, o qual representará um equilíbrio externo de preços e de quotas, de mercados tradicionais e de mercados novos, de cafés verde e de café solúvel? Como conjugar esse

equilíbrio interno e esse equilíbrio externo?

Essas são as inúmeras premissas das quais o Presidente Horácio Sabino Coimbra precisará tirar conclusões favoráveis à lavoura e comércio cafeeiros, aos Estados produtores e ao Brasil.

Diante da amplitude e da complexidade da matéria, diante da responsabilidade e da expressão econômico-financeira do café, é indispensável que o país e o seu povo, os poderes executivo e legislativo, os lavradores e comerciantes de café, todos enfim, compreendam a posição ingrata e difícil em que se encontra o Presidente do IBC, com cerca de sessenta dias de exercício no espinhoso cargo.

Recebeu o Instituto Brasileiro do Café necessitando de ser reestruturado, conforme determina o Decreto-lei nº 200, da Reforma Administrativa, tendo a Diretoria sido sobrecarregada com a transferência para si das atribuições deliberativas da Junta Administrativa pelo recente Decreto nº 60.737, de 1967. Recebeu o Instituto Brasileiro do Café às vésperas da época de ser estabelecido o regulamento de embarque para a nova safra e o seu esquema financeiro. Recebeu o Instituto Brasileiro do Café com seus compromissos firmados perante a Organização Internacional do Café.

Os senhores senadores não de convir que no exigiu prazo de sessenta dias enfrentar e decidir essa intrincada situação, é obra gigantesca, é obra ciclópica, é — afirmo eu — obra impossível.

O Presidente Horácio Sabino Coimbra não é milagreiro e nem mágico. É um técnico em café, entre os maiores que o Brasil possui. É um homem que se impôs um sacrifício imenso de família, de negócios e de saúde. Marginalizou — por completo — seu interesse privado para dedicar-se por inteiro ao interesse público. Merece, portanto, admiração, respeito e apoio.

Ele representa a esperança de dias melhores para a cafeicultura e para o país, e é por isso que o café e o Brasil necessitam de dar o tempo preciso ao Presidente Horácio Sabino Coimbra e conceder-lhe o imprescindível crédito de confiança a fim de que ele realize a obra que toda a nacionalidade aguarda: a redenção do café brasileiro!

No desejo de que o seu sucesso seja completo, encaminhei à Mesa um pedido de apoio, que solicitamos da parte dos Srs. Senadores dos Estados Unidos, que é o nosso principal mercado de consumo e que está vasado nos seguintes termos:

Requeiro a V. Exa. na forma regimental, que se digno, ouvido o Plenário, oficial ao Senado dos Estados Unidos da América do Norte, no sentido de aquela Casa considerar com simpatia as pretensões do Brasil que serão levadas à consideração da Organização Internacional de Café, por ocasião da reunião preparatória programada por este mês, com vistas à próxima reunião efetiva a realizar-se de 25 de agosto a 16 de setembro de 1967, em Londres.

Esta solicitação se justifica plenamente face à posição que o Brasil sempre tem assumido de colaboração ao bom entendimento entre os países produtores e consumidores, posição, entretanto, que tem canalizado para o Brasil a maior carga de sacrifícios, notadamente, nos últimos anos.

Como o maior país produtor de café, o Brasil tem, de modo tão generoso, compreendido e suportado estoicamente os maiores ônus, procurando conciliar a sua política cafeeira com a política internacional, por entender que o equilíbrio daquela provoca reflexos intensos nesta, numa hora de grande tensão entre as áreas política em que está o mundo dividido.

Em contrapartida, os Estados Unidos da América do Norte, como maior país consumidor de café, deve compreender o esforço, a boa vontade e o sacrifício que o Brasil tem se imposto para estabelecer um equilíbrio entre a produção e o consumo, procurando, em consequência, orientar sua Delegação que irá a Londres para colaborar e apoiar, por serem os mais justos, os pontos de vista que o Brasil esposará nessa reunião preparatória, através de Horácio Sabino Coimbra, Presidente do Instituto Brasileiro do Café.

Sabe-se, Senhor Presidente, que nos Estados Unidos o Senado tem uma expressão extraordinária, como tem o Senado do Brasil em nossa terra.

Sabemos do alto conceito do povo americano para com o Senado americano, como o povo brasileiro tem por esta Casa. Dai, Senhor Presidente, a esperança de que o Senado do Brasil, dirigindo-se aos Srs. Senadores dos Estados Unidos, possam encontrar apoio daqueles representantes do povo norte-americano na próxima conferência do café, porque sabemos das grandes pressões existentes de parte de diversas instituições não só de entidades privadas, como públicas, que procuram sempre diminuir o preço para fazer um pouco de política, em favor de sua própria economia, que, em última análise, é nosso sacrifício.

Assim, concluindo esta oração, espero que o requerimento que foi encaminhado à Mesa e enviado às comissões competentes, ao ser apreciado oportunamente pelo Plenário, venha a receber o apoio da Casa.

Era o que tinha a dizer (Muito bem. Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Tem a palavra o Sr. Senador Bezerra Neto.

O SR. BEZERRA NETO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, é sempre grato à Casa quando registramos, nos seus trabalhos, que determinados serviços públicos ou autoridades responsáveis pela administração atendem às solicitações dos nossos requerimentos de informações.

O Sr. Ministro da Saúde, com presteza que elogiamos, atendeu a uma solicitação nossa a respeito do surto de malária que grassava na região do Araguaia e do Rio Garças, no Município de Barra do Garças.

As respostas do Ministério aos itens do nosso Requerimento não são de todo satisfatórias, quanto ao plano do Ministério, mas não deixam de abordar o problema, no que toca ao combate à malária no Estado de Mato Grosso, e descrevem minudentemente a planificação da campanha de erradicação da moléstia. Ora, Senhor Presidente, o que tínhamos solicitado do Ministério eram providências a respeito de um surto surgido em determinada região daquele vasto Município. A situação é grave, de modo que já falamos pessoalmente com o Sr. Ministro da Saúde e voltamos novamente a S. Exa., encarecendo a gravidade do problema e solicitando uma solução independentemente do plano geral, tendo em vista o fato isolado.

Assim, Sr. Presidente, passo a ler, para que conte dos nossos Anais, a resposta ao requerimento de informações que fizemos ao Sr. Ministro da Saúde. Esperamos que, no caso particular do surto aparecido e ainda persistente numa determinada região do vasto Município de Barra do Garças, S. Exa., independentemente do plano geral, ordene as providências. Acreditamos que a supressão do serviço que ali era localizado e que Sua Excelência informa será sediado em Rondonópolis foi um grave erro, senão uma das causas do reaparecimento

to da malária naquele vasto Município.

É o seguinte:

(Lendo:)

“INFORMAÇÕES PRESTADAS

1. Em Barra do Garças havia, realmente, um distrito da Campanha de Erradicação da Malária, que não conseguia preencher as condições operacionais para esse tipo de unidade fixa, em consequência das precárias vias de acesso, dificuldades de comunicações, transportes, abastecimento, etc. Informa a chefia do Setor (Estado) que foi considerada mais eficiente, naquela área ainda não abrangida pela erradicação, a execução de serviço itinerante, coadjuvado por postos de notificação voluntária, cuja rede será intensificada. Os atuais distritos da CEM são regionais (grupos de municípios) e apresentam estrutura mais complexa, condizente com o vulto e responsabilidades inerentes às operações efetivas de erradicação da malária, que são sistêmicas, ordenadas com rigoroso planejamento e em contínua expansão, até que abranjam a totalidade do território considerado. Para tal tipo de trabalho é necessária uma boa estrutura de base, pois recursos de vulto são empregados e devem capitalizar em termos de saúde e recuperação comunitária.

No Baixo Araguaia de Mato Grosso, região já amazônica, a transmissão ocorre durante todo o ano, com exacerbações estacionais. Tal situação sofrerá profunda modificação a partir do próximo ano, cujas operações de ataque, já programadas, incluem praticamente todo o território do Estado. Todavia, é dada assistência medicamentosa a doentes, inclusive através do Setor Goiás, expressamente autorizado a colaborar com as comunidades da margem esquerda do rio Araguaia, mesmo porque conta com maiores facilidades operacionais.

3 — De acordo com as informações dadas no item 1, a sede do futuro distrito técnico-administrativo será Rondonópolis, já

em estruturação, com apoio, nesta fase, em Cuiabá. Será um distrito amplo, para funcionar como segura base operacional, e atenderá os municípios de Rondonópolis, Alto Araguaia, Alto Garças, Barra do Garças, Guiratinha, Jaciara, Itiquira, Mutum, Ponte Branca, Araguaína, Poxoréu, Tesoro, General Carneiro e Torixoréu, totalizando uma população, estimada pela CEM, de 141.610 habitantes, para o ano transacto de 1968.

A criação e instalação de um distrito técnico-administrativo (DTA), unidade complexa e onerosa, só se justifica quando há, na localidade a ser selecionada para sede, amplas condições para funcionar como base — e não núcleo — operacional, por isso que comanda a totalidade das operações de erradicação da malária, em grupos significativos de municípios.

Abaixo dele, e em linha descendente direta, podem ser criados distritos técnicos e subdistritos com funções mais simples e para áreas menores, mas tudo em planejamento global, exigindo a pré-existência do DTA.

Assim, áreas menores e municípios, serão atendidos por turmas da CEM, apoiadas nas mencionadas unidades e sub-unidades.

Situação Atual e Planejamento Para o Estado de Mato Grosso

O Plano Nacional de Erradicação da Malária foi elaborado à base de prioridades demográficas, econômicas e orçamentárias.

Não teria, o Ministério da Saúde, recursos para atender, de uma só vez, toda a área de malária do país, correspondente a mais de 80% do seu território. A própria legislação que regula a matéria determina que o programa se implante e se expanda gradualmente, de acordo com os recursos existentes.

Assim, foram seguidas as prioridades, como é fácil verificar-se pelos relatórios anuais, cumprindo-se também a expansão do programa. Só neste ano, novo contingente de 800.000 casas entrará na fase de ataque da Campanha.

Para 1968, está programada a inclusão de toda a área malárica

de Mato Grosso, num total estimado de 240.000 casas.

Atualmente já estão sob operações efetivas e regulares de erradicação áreas correspondentes a 90.000 casas, fora as localidades atendidas em caráter de emergência, na eclosão de surtos.

Estão nessa área as localidades situadas na faixa de fronteira com os países limítrofes e na divisa territorial com os Estados limítrofes.

O resto do Estado encontra-se em fase preparatória, mais lenta em Mato Grosso, em virtude da extensão territorial, rarefação demográfica e dispersão domiciliar, com meios de comunicação e vias de transporte pouco desenvolvidos. Todavia, o reconhecimento geográfico com cadastramento domiciliar e familiar prossegue, sem interrupção, e é feito por pessoal próprio da CEM, especialmente treinado.

A Campanha mantém, dentro das suas possibilidades, cooperação com os órgãos de saúde do Estado, e realiza borrifações com inseticida em áreas mais explosivas e presta assistência medicamentosa às populações, enquanto se conclui a fase preparatória para o desencadeamento de operações de inseticida regulares, cíclicas e supervisiona-

das, que constituem a principal arma da fase de ataque, complementada com medicação sistêmica dos doentes que foram sendo detectados.

Com tais providências a Campanha estará protegendo toda a população do Estado, num total de mais de 1 milhão de habitantes, em caráter permanente, até a erradicação final da endemia.

É só Sr. Presidente, (*Muito bem! Muito bem!*).

O SR. PRESIDENTE:

(*Guido Mondim*) — Tem a palavra o nobre Sr. Senador Gilberto Marinho.

O SENHOR SENADOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE:

(*Guido Mondim*) — A Mesa dará atendimento à solicitação de V. Excelência.

Lembro aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para hoje, às 21 horas.

É evidente a falta de número para prosseguimento dos trabalhos. Assim, vou encerrar a sessão, designando para a de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão em 2 de junho de 1967

(SEXTA-FEIRA)

1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 24, DE 1967

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo número 24, de 1967, originário da Câmara dos Deputados (nº 5-67, na Casa de origem), que aprova o texto do Decreto-Lei nº 322, de 7 de abril de 1937, que estabelece limitações ao reajustamento de aluguéis e dá outras providências (Projeto incluído na Ordem do Dia nos termos do Art. 171, nº 1º, do Regimento Interno), dependendo de pronunciamento das Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças.

2

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 44, DE 1967

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 348, de 1957), do Projeto de Resolução nº 44, de 1967, que revoga a Resolução nº 32, de 25 de março de 1935, revogada pela Resolução nº 83, de 14 de outubro de 1965, e dá outras providências.

MESA

Presidente — Moura Andrade — (ARENA — SP)
 1º Vice-Presidente — Nogueira da Gama — (MDB — MG)
 2º Vice-Presidente — Gilberto Marinho — (ARENA — GB)
 1º Secretário — Dinarte Mariz — (ARENA — RN)
 2º Secretário — Victorino Freire — (ARENA — MA)
 3º Secretário — Edmundo Levi — (MDB — AM)
 4º Secretário — Castello Pinheiro — (ARENA — PA)
 1º Suplente — Atílio Fontana — (ARENA — SC)
 2º Suplente — Guido Mondim — (ARENA — RS)
 3º Suplente — Sebastião Archer — (MDB — MA)
 4º Suplente — Raul Giuberti — (ARENA — ES)

Liderança

DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger — (ARENA — RS)

Vice-Líderes:

Paulo Sarasate (ARENA — CE) Eurico Rezende — (ARENA — ES)

DA ARENA

Líder — Filinto Müller — (MT)

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE)

Antônio Carlos — (SC)

Rui Palmeira — (PB)

Manoel Vilaca — (RN)

Vasconcellos Torres — (RJ)

DO MDB

Líder — Aurélio Vianna — (GB)

Vice-Líderes:

Bezerra Neto — (MT)

Adalberto Senna — (ACRE)

Lino de Mattos — (SP)

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermirio

Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

TITULARES

José Feliciano
 Ney Braga
 João Cleophas
 Teotônio Vilela
 Júlio Leite

SUPLENTE

Atílio Fontana
 Leandro Maciel
 Benedicto Valladares
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco

MDB

José Ermirio
 Mártio Martins

Aurélio Vianna
 Pedro Ludovico

Secretário: J. Ney Passos Dantas.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA

TITULARES

Milton Campos
 Antonio Carlos
 Aloysio de Carvalho
 Eurico Rezende
 Wilson Gonçalves
 Petronio Portela
 Carlos Lindenberg
 Rui Palmeira

SUPLENTE

Vasconcelos Torres
 Daniel Krieger
 Benedicto Valladares
 Alvaro Maia
 Lobão da Silveira
 José Feliciano
 Menezes Pimentel
 Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho

Aarão Steinbruch
 Aurélio Vianna
 Mário Martins

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — 13-6.

Reuniões: quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão

Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA

TITULARES

José Feliciano
 Lobão da Silveira
 Petronio Portela
 Eurico Rezende
 Atílio Fontana

SUPLENTE

Benedicto Valladares
 Adolpho Franco
 Arnão de Melo
 José Leite
 Mello Braga

MDB

João Abrahão
 Aurélio Vianna
 Secretário: Alexandre Mello.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Mário Martins

ARENA

TITULARES

Carvalho Pinto
 Carlos Lindenberg
 João Leite
 Teotônio Vilela
 Domicio Gondim
 Leandro Maciel

SUPLENTE

José Leite
 João Cleofas
 Duarte Filho
 Sigefredo Pacheco
 Filinto Müller
 Paulo Torres

MDB

Mário Martins
 Pedro Ludovico
 Lino de Mattos

José Ermirio
 Josaphat Marinho
 João Abrahão

Secretário: Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 15,30 horas.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

TITULARES

Menezes Pimentel
 Mem de Sá
 Alvaro Maia
 Duarte Filho
 Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

Benedicto Valladares
 Antonio Carlos
 Sigefredo Pacheco
 Teotônio Vilela
 Petronio Portela

MDB

Adalberto Senna
 Lino de Mattos

Antônio Balbino
 Josaphat Marinho

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quartas-feiras às 15h 30m.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(16 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

TITULARES

João Cleofas
 Mem de Sá
 José Leite
 Leandro Maciel
 Manoel Vilaca
 Clodomir Milet
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco
 Paulo Sarasate
 Carvalho Pinto
 Fernando Corrêa

SUPLENTE

Antônio Carlos
 José Guomard
 Daniel Krieger
 Petronio Portela
 Atílio Fontana
 Júlio Leite
 Mello Braga
 Carlos Lindenberg
 Celso Ramos
 Teotônio Vilela
 Rui Palmeira

MDB

Argemiro Figueiredo
 Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Arthur Virgílio

Josaphat Marinho
 José Ermirio
 Lino de Mattos
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10h.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

TITULARES

Ney Braga
 Atílio Fontana
 Adolpho Franco
 Domicio Gondim
 João Cleophas

SUPLENTE

Júlio Leite
 José Cândido
 Rui Palmeira
 Arnão de Melo
 Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino
 José Ermirio

Pessoa de Queiroz
 Pedro Ludovico

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. FL-0.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petronio Portela

Vice-Presidente: José Cândido

A R E N A**TITULARES**

Petronio Portela
Domício Gondim
Alvaro Maia
José Cândido
Mello Braga
Júlio Leite

SUPLENTE

José Guimard
José Leite
Lobão da Silveira
Manoel Villaga
Celso Ramos
Duarte Filho

M D B

Aarão Steinbruch
Rui Carneiro
Arthur Virgílio

Bezerra Netto
Mário Martins
Adalberto Sena

Secretário: Cláudio I. O. Leal Neto

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: Domício Gondim

A R E N A**TITULARES**

Domício Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg

SUPLENTE

José Feliciano
Mello Braga
José Guimard
Vasconcelos Torres
Rui Palmeira

M D B

Josaphat Marinho
José Ermirio

Aarão Steinbruch
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. O. Leal Neto

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

COMISSÃO DE POLICÃO DAS SECAS

(4 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

A R E N A**TITULARES**

Rui Palmeira
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Júlio Leite
Duarte Filho

SUPLENTE

Menezes Pimentel
José Leite
Domício Gondim
Leandro Maciel
Petronio Portela

M D B

Rui Carneiro
Aurélio Vianna

Pessoa de Queiroz
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. O. Leal Neto

Reuniões: Quinta-feira às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

A R E N A**TITULARES**

Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sa
Eurico Rezende

SUPLENTE

José Feliciano
Daniel Krieger
Adolpho Franco
Rui Palmeira
Petronio Portela
Clodomir Millet

M D B

Jose Ermirio
Lino de Mattos
Josaphat Marinho

Antônio Barbino
Aurélio Vianna
Aarão Steinbruch

Secretário: Arnaldo Cavalcanti Mello Júnior

Reuniões: Quartas-feiras às 15 horas

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Teotônio Villela

A R E N A**TITULARES**

Teotônio Villela
Antônio Carlos
José Feliciano
Lobão da Silveira

SUPLENTE

Felinto Muner
Mem de Sa
José Leite
José Guimard
Bezerra Neto

M D B

Secretário: Mário Nelson Duarte

Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

A R E N A

Benedicto Valladares
Meninto Muller
Aloysio de Carvalho
Antônio Carlos
José Cândido
Arnon de Melo
Mem de Sa
Rui Palmeira

Alvaro Maia
Fernando Corrêa
Celso Ramos
Wilson Gonçalves
José Guimard
José Leite
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

M D B

Pessoa de Queiroz
Aarão Steinbruch
Mário Martins

Pedro Ludovico
Aurélio Vianna
Argemiro Figueiredo

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SAÚDE

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

A R E N A**TITULARES**

Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaga

SUPLENTE

Júlio Leite
Clodomir Millet
Ney Braga
José Cândido

M D B

Pedro Ludovico

Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Torres

Vice-Presidente: Oscar Passos

A R E N A**TITULARES**

Paulo Torres
José Guimard
Sigefredo Pacheco
Ney Braga
José Cândido

SUPLENTE

Attilio Fontana
Adolpho Franco
Manoel Villaga
Mello Braga
Júlio Leite

M D B

Oscar Passos
Mário Martins

Adalberto Sena
Pedro Ludovico

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**COMPOSIÇÃO**

(7 membros)

Presidente: Vasconcelos Torres
Vice-Presidente: Arnon de Melo**A R E N A****TITULARES**Vasconcelos Torres
Carlos Lindenberg
Arnon de Melo
Paulo Torres
José Guimard**SUPLENTE**José Feliciano
Antonio Carlos
Manoel Villaga
Menezes Pimentel
Celso Ramos**M D B**Arthur Virgílio
Adalberto Sena
Secretário J. Ney Passos Dantas
Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.Lino de Mattos
Aarão Steinbruch**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÃO
E OBRAS PÚBLICAS**

(5 membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Leite
Vice-Presidente: Lino de Mattos**A R E N A****TITULARES**José Leite
Celso Ramos
Arnon de Melo
Atílio Fontana**SUPLENTE**José Guimard
Petronio Portela
Domício Gondin
Carlos Lindenberg

Lino de Mattos

M D B

Arthur Virgílio

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quintas-feiras, às 16:00 horas.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(5 membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Guimard
Vice-Presidente: Clodomir Milet**A R E N A****TITULARES**José Guimard
Fernando Corrêa
Clodomir Milet
Alvaro Maia**SUPLENTE**Lobão da Silveira
José Feliciano
Filinto Müller
Egelfredo Pacheco**M D B**Adalberto Sena
Secretário: Alexandre Meilo
Reuniões: Terças-feiras às 13:00 horas.

Oscar Passos

PREÇO DESTA NÚMERO, NCr\$ 0,01